



Sibely Joaquina Pereira Lima

**Construção da parentalidade adotiva
em famílias monoparentais**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro,
março de 2024



Sibely Joaquina Pereira Lima

**Construção da parentalidade adotiva em
famílias monoparentais**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutorado pelo Programa de
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica)
da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo:

Profa. Terezinha Féres-Carneiro
Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Rebeca Nonato Machado
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas Magalhães
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Isabel Cristina Gomes
Universidade de São Paulo – USP

Profa. Maíra Bonafé Sei
Universidade de Londrina – UEL

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Sibely Joaquina Pereira Lima

Graduou-se em Psicologia Clínica pelo Centro Universitário Hermínio da Silveira – IBMR (Laureate International Universities) em 2015. Pós-graduada em Jung pelo Centro Universitário Hermínio da Silveira – IBMR em 2010. Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2018. Bacharel em Violoncelo e Licenciada em Música pela Universidade de Brasília.

Ficha Catalográfica

Pereira-Lima, Sibely Joaquina

Construção da parentalidade adotiva em famílias monoparentais / Sibely Joaquina Pereira Lima; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2024.

116 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2024.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Famílias adotivas monoparentais. 3. Motivações. 4. Perda e luto. 5. Transmissão geracional. 6. Transmissão da história da criança. I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

À minha mãe, Jacyara, pelas inquietudes e vivências
que sobressaíram à minha percepção e que me
levaram a observar e buscar compreender o papel
das relações familiares no processo de constituição
identitária dos sujeitos.

Agradecimentos

À minha orientadora Professora Terezinha Féres-Carneiro pelas observações, correções, apoio e estímulo para a realização deste trabalho.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Às professoras Rebeca Machado e Mônica Dias pelas valiosas apreciações por ocasião da Banca de Qualificação.

Às colegas do Mestrado e Doutorado do grupo de orientação da Professora Terezinha Féres-Carneiro pelas trocas valiosas.

À equipe de pesquisa do LEFaC, coordenada pela Professora Terezinha Féres-Carneiro, que ao longo de seis anos constituiu um ambiente instigador e promotor de aprendizado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da PUC- Rio pelas aulas enriquecedoras.

Aos funcionários da PUC-Rio pelo suporte técnico e amigável.

Aos participantes desta pesquisa por compartilharem suas experiências as quais possibilitaram esta investigação.

A Erich Meyer pelo inspirador amor aos estudos e à pesquisa, e pelo incentivo.

Aos meus pais Jacyara e Adalberto pelos esforços empreendidos em favor da minha educação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Pereira-Lima, Sibely Joaquina; Féres-Carneiro, Terezinha. **Construção da parentalidade adotiva em famílias monoparentais**. Rio de Janeiro, 2024. 116p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese investiga a construção da parentalidade em famílias adotivas monoparentais. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados nove mulheres e três homens com idades entre 38 e 61 anos dos estratos socioeconômicos médios de quatro cidades brasileiras que adotaram crianças há mais de dois anos. Os resultados foram analisados segundo o método de análise de conteúdo em sua vertente categorial. Das análises realizadas emergiram nove categorias: *além da infertilidade, motivações para o perfil, motivações emocionais profundas, reações iniciais da criança, sentimentos de perda e luto da criança, articulação de duas histórias, questões inter-raciais, narrativas da filiação adotiva, e transmissão da história das origens*. Os resultados e suas análises são apresentados em quatro artigos. No primeiro, investigam-se as motivações na transição para a monoparentalidade adotiva. Os dados indicam que a ausência de um parceiro ou a falta de interesse em dividir a parentalidade ocupa um lugar central; as motivações para o perfil da criança se transformam por meio de um processo de releitura do desejo, mas também recebem a influência dos profissionais envolvidos na adoção. No segundo artigo investigam-se os impactos da adoção na construção da parentalidade. Constata-se que as experiências pregressas e os sentimentos de perda e luto da criança constituem os principais impactos. No terceiro artigo, investiga-se a transmissão geracional na construção da parentalidade. Os processos identificatórios e afetivos estão em primeiro plano e a história pessoal com os pais é articulada à da criança como meio para que ela elabore sua história adotiva. O quarto artigo investiga a transmissão geracional da história da criança. Constata-se que as crianças necessitam conciliar sua história atual com as suas origens; os pais devem levar em conta a curiosidade da criança e sua capacidade de absorver informações, confiar no vínculo estabelecido com os filhos e redefinir verdades traumáticas em um trabalho psíquico conjunto.

Conclui-se que a construção da parentalidade adotiva em famílias monoparentais apresentou-se marcada por motivações que se diferenciam daquelas dos casais, caracterizando-se pela configuração do desejo de parentalidade em fase tardia da vida, com o predomínio de processos identificatórios e do desejo de transmitir. As motivações para o perfil da criança se renovam em um processo de releitura do desejo. Emergiram como principais impactos da adoção as reações iniciais da criança, percebidas de forma diferente entre adotantes masculinos e femininos, abrindo uma discussão sobre o contexto social que coloca o bem-estar infantil centrado na mulher. Adicionalmente, os sentimentos de perda e luto da criança desafiam os pais a lidarem com seus próprios sentimentos e as ambiguidades da adoção, e a desenvolverem uma abertura quanto aos sentimentos dos filhos. A transmissão intergeracional no grupo pesquisado é marcada por rupturas com o modelo biparental de família, com a homogeneidade racial intrafamiliar e com a família biológica da criança. As experiências individuais com os pais ganham intensidade, não recebendo a influência da parentalidade de um parceiro. O trabalho psíquico de inscrição da criança em uma genealogia não é afetado pelas hesitações próprias das famílias com casais. As diferenças inter-raciais ganham visibilidade em se tratando de famílias com uma única linha genealógica, observando-se o valor da rede de laços da família por propiciar identificações, favorecendo a construção de uma identidade racial positiva. As adoções inter-raciais promovem a experiência da alteridade racial, que transforma os valores familiares de uma geração à outra, tornando a parentalidade um lugar privilegiado de (re)socialização racial. A transmissão da história das origens revela-se altamente desafiadora, porém essencial para a constituição identitária da criança adotada e para a consolidação da parentalidade adotiva. No que tange às crianças menores, observa-se o valor de diferentes tipos de narrativas e da comunicação não verbal.

Palavras-chave

Famílias adotivas monoparentais; motivações; perda e luto; transmissão intergeracional; transmissão da história da criança.

Abstract

Pereira-Lima, Sibely Joaquina; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Construction of adoptive parenthood in single-parent families**. Rio de Janeiro, 2024. 116p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis investigates the construction of parenthood in single-parent adoptive families. A qualitative research was carried out, in which nine women and three men aged between 38 and 61 years old from the average socioeconomic strata of four Brazilian cities that adopted children more than two years ago, were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method in its categorical aspect. From this analysis, nine categories emerged: *in addition to infertility, motivations for the profile, deep emotional motivations, child's initial reactions, feelings of loss and grief of the child, articulation of two stories, interracial issues, narratives of adoptive affiliation, and transmission of the story of origins*. The results and their analyzes are presented in four articles. In the first, motivations in the transition to single adoptive parenthood are investigated. The data indicate that the absence of a partner or the lack of interest in sharing parenting occupies a central place; the motivations for the child's profile are transformed through a process of reinterpreting the desire, but they are also influenced by the professionals involved in the adoption. The second article investigates the impacts of adoption on the construction of parenthood. It appears that the child's previous experiences and feelings of loss and mourning constitute the main impacts. In the third article, generational transmission in the construction of parenthood is investigated. The identification and affective processes are in the foreground and the personal history with the parents is articulated with that of the child as a means for them to elaborate their adoptive history. The fourth article investigates the generational transmission of the child's story. It appears that children need to reconcile their current history with their origins; parents must take into account the child's curiosity and their ability to absorb information, trust the bond established with their children and redefine traumatic truths in joint psychic work. It is concluded that the construction of adoptive parenthood in single-parent families was marked by motivations that differ from those of couples, characterized by the configuration of the desire for parenthood at a later

stage of life, with the predominance of identification processes and the desire to transmit. The motivations for the child's profile are renewed in a process of reinterpreting the desire. The child's initial reactions emerged as the main impacts of adoption, perceived differently between male and female adopters, opening a discussion about the social context that places child well-being centered on women. Additionally, the child's feelings of loss and grief challenge parents to deal with their own feelings and the ambiguities of adoption, and to develop openness regarding their children's feelings. Intergenerational transmission in the researched group is marked by ruptures with the two-parent family model, with intra-family racial homogeneity and with the child's biological family. Individual experiences with parents gain intensity, not being influenced by a partner's parenting. The psychic work of enrolling the child in a genealogy is not affected by the hesitations typical of families with married couples. Interracial differences gain visibility in the case of families with a single genealogical line, observing the value of the family's network of ties in providing identification, favoring the construction of a positive racial identity. Interracial adoptions promote the experience of racial otherness, which transforms family values from one generation to the next, making parenting a privileged place for racial (re)socialization. The transmission of the story of origins proves to be highly challenging, but essential for the constitution of the adopted child's identity and for the consolidation of adoptive parenthood. Regarding younger children, the value of different types of narratives and non-verbal communication is observed.

Keywords

Single-parent adoptive families; motivations; loss and grief; intergenerational transmission; transmission of the child's story.

Sumário

1. Introdução	11
2. Motivações na transição para a monoparentalidade adotiva	16
2.1. Método	21
2.2. Resultados e Discussão	24
2.3. Considerações finais	33
3. Famílias monoparentais: impactos da adoção na construção da parentalidade	35
3.1. Método	41
3.2. Resultados e Discussão	44
3.3. Considerações finais	52
4. Transmissão psíquica: construção da parentalidade em famílias monoparentais adotivas	55
4.1. Método	63
4.2. Resultados e Discussão	65
4.3. Considerações finais	73
5. Transmissão da história da criança sob a ótica de famílias monoparentais adotivas	76
5.1. Método	83
5.2. Resultados e Discussão	85
5.3. Considerações finais	94
6. Conclusões	96
7. Referências bibliográficas	101
Anexo I	112
Anexo II	113
Anexo III	114

Introdução

Este estudo surgiu em continuidade à pesquisa desenvolvida anteriormente sobre monoparentalidade, que abriu um campo de investigação específico atendendo a uma nova realidade, que aponta a adoção como o meio de realizar o desejo de ter filho para as novas configurações familiares, como as famílias monoparentais, por exemplo. No que se refere à adoção, houve uma mudança de paradigma na década de 1980, passando de uma visão assistencialista a uma preocupação com a proteção integral à criança e ao adolescente, tendo como marcos jurídicos a constituição Federal de 1988 e o ECA em 1990, pelo qual a adoção deve ser realizada para corresponder ao melhor interesse da criança, e não para o interesse exclusivo do adulto. A adoção por pessoas sem cônjuge foi oficializada no Brasil com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Não se faz distinção entre casais e pessoas sem cônjuge, mas é necessário compreender as motivações do adotante e que lugar ocupa o adotado no seu imaginário. No Brasil, segundo Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018), as pessoas sem cônjuge estão entre aqueles que adotam crianças de perfil preterido pela grande maioria dos pretendentes, os quais preferem adotar bebês, em uma tentativa de amenizar as consequências de vivências que a criança possa trazer consigo.

No presente trabalho, contempla-se a adoção que se realiza por meio do Cadastro Nacional de Adoção, colocando em relevo a realidade de crianças abrigadas. Segundo os relatórios estatísticos nacionais do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, no painel de acompanhamento diário, existiam, em 17 de junho de 2023, 32.137 crianças acolhidas no Brasil e 4.392 disponíveis à adoção (Conselho Nacional de Justiça, 2023). Da totalidade dos pretendentes à adoção, 9% são pessoas solteiras.

Minuchin e Fishman (1990) destacam que o risco de que o filho possa ser desejado para preencher um vazio não é prerrogativa de famílias monoparentais, pois o vazio também está presente em casais em decorrência de problemas na conjugalidade, e não apenas no fato de não estar em um relacionamento afetivo.

Peiter (2016) enfatiza que quando não é possível encontrar espaços para trabalhar sentimentos relacionados a feridas narcísicas, é possível que alguns pretendentes desloquem inconscientemente as dores de seu próprio desamparo à criança adotada. Assim, isso estaria sustentando inconscientemente a busca pela adoção de uma criança desamparada. Motivações dessa natureza são de difícil acesso, e a intervenção psicanalítica poderá ajudar os pretendentes a elucidá-las, de forma que a adoção não se efetive por razões desconhecidas deles mesmos.

O processo de adoção acrescenta desafios específicos à transição e construção da parentalidade. Em primeiro lugar, as dificuldades relativas ao processo de adoção e em segundo, a história pregressa da criança. Uma espera demasiado longa é repleta de expectativas, angústias, fantasias e está muitas vezes relacionada à realidade das crianças à espera de adoção, que difere do perfil idealizado daqueles que pretendem adotar. A nova lei da adoção nº 12.010/2009 (Brasil, 2009) trouxe importantes contribuições em matéria de adoção de crianças maiores e adolescentes no país, acrescentadas das disposições do Art. 197-C, que reitera a obrigatoriedade do estudo psicossocial, elaborado por equipe interdisciplinar a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, a fim de aferir a capacidade dos postulantes à paternidade/maternidade, como também da obrigatoriedade da participação destes em programas preparatórios. Estão incluídos a preparação psicológica e o estímulo à adoção inter-racial; de crianças maiores, adolescentes, com deficiência ou necessidades de saúde; e ainda, de grupos de irmãos.

Nesse percurso, Roszia e Maxon (2019) apontam os aspectos mais sensíveis a serem enfrentados pelos membros da tríade adotiva, e destacam o sentimento de perda como sendo a questão central. A perda inicial ou central na adoção é experienciada como um evento traumático, que altera a experiência de si mesmo e do mundo e, por conseguinte, a própria trajetória de vida. Essa não é uma experiência única, e as perdas subsequentes serão somadas a outras inerentes às mudanças de fases do desenvolvimento humano. A esse sentimento seguem-se outros como a rejeição, vergonha e culpa, luto, e seus desdobramentos em outras questões relativas à identidade, à intimidade e à autodeterminação e controle. Cada pessoa afetada pela adoção pode não experienciar todas essas questões, e as

experiências podem se manifestar diferentemente, a depender da idade, do estágio do desenvolvimento, da situação em que foi adotada e de sua história pessoal ou situação de vida. Os autores referem-se ainda ao conceito de perda ambígua, desenvolvido desde os anos 1970 (Boss, Russ & Harris, 2021), que designa um tipo de perda particularmente estressante porque, tipicamente, não é reconhecida e, portanto, sem possibilidade de fechamento. Assim, a perda ambígua requer uma atenção especial, devido ao alto nível de estresse provocado pela incongruência entre ausência e presença, e a terapia de luto usual pode não ser suficiente.

Entre os obstáculos que a adoção coloca à transição e construção da parentalidade é forçado constatar, segundo Le Run (2017), que a questão da transmissão destaca-se em primeiro plano. Primeiramente, porque ela se encontra interrompida inicialmente dos dois lados: pela perda dos pais de nascimento, e pela impossibilidade de ter filhos. A linhagem se encontra interrompida e a possibilidade de dar a vida, reembolsando a dívida simbólica contraída no nascimento, encontra-se travada. Essa questão do dom e da dívida é crucial na adoção, pois do lado da criança, aquele que doou a vida não é aquele com o qual se vive e que é reconhecido pela sociedade. A relação com os pais biológicos é complexa porque matizada desta dívida de vida. E ainda, os pais adotivos devem à criança a sua renúncia em relação a seus pais de nascimento. O contrato narcísico nessas famílias é marcado pela história adotiva, na qual a dimensão da reparação é particularmente forte, com o risco de que a criança venha a alimentar o mito da criança “salvadora-salva” (Veuillet-Combier, 2002). No plano consciente, a maior parte dos pais compreendem os riscos e o peso que eles farão a criança carregar, se eles a designassem para essa função, mas o que ocorre em nível inconsciente não pode ser controlado.

Eiguer (2017) destaca que, para que a adoção se conclua, os pais adotivos devem inscrever a criança em uma genealogia, e aponta os desafios para estes, de falarem sobre sua história e de assumirem suas próprias raízes familiares. Adicionalmente, a ruptura com o modelo tradicional de família, característico da adoção, implica em descontinuidades com heranças biológicas dos dois lados, colocando em relevo questões inter-raciais (Brun, 2023). Entretanto, o aspecto

mais assustador para os pais adotivos se trata da transmissão da história da criança adotada.

No cenário contemporâneo, tem sido criado um grande movimento de busca pelas origens por parte de pessoas adotadas. Le Run (2022) aborda as ambivalências da transmissão no que concerne à história da criança adotada e procura compreender as contradições que são vividas pelos protagonistas da adoção. Ladvocat (2021) explora as dificuldades dos pais em relação à história prévia dos filhos, o que propicia o surgimento de mitos e segredos. Golse (2022) explora o tipo de comunicação que é possível ter com a criança pequena no trabalho de informar sobre sua filiação adotiva, e distingue tipos de narratividades, que podem ser sensorial, comportamental, imagens mentais, além da narratividade verbal.

Do ponto de vista jurídico, o advento da Nova Lei da Adoção nº 12.010 (Brasil, 2009) assegurou ao adotado o direito de conhecer as suas origens. Pinho e Machado (2023) destacam a centralidade das origens na constituição psíquica do sujeito, o aumento do número de adotivos buscando informações sobre suas raízes, e a necessidade de mais pesquisas sobre a questão da busca pelas origens, que podem apresentar singularidades e viabilizar a apresentação de novas questões para análise e discussão.

A partir desse contexto, levando em conta que a adoção coloca desafios específicos à construção da parentalidade, e que a adoção é o meio encontrado para realizar o desejo de ter filhos nas novas configurações familiares, tivemos como objetivo geral deste trabalho investigar a construção da parentalidade adotiva em famílias monoparentais. Para atingirmos esse objetivo, estabelecemos quatro objetivos específicos que serão abordados em quatro artigos. Assim, esta tese será apresentada no formato de artigos.

O primeiro artigo tem como objetivo investigar as motivações na transição para a monoparentalidade adotiva. O segundo, investigar os impactos da adoção na construção da parentalidade em famílias monoparentais. O terceiro, investigar a transmissão geracional na construção da parentalidade em famílias adotivas

monoparentais. E o quarto, investigar a transmissão da história da criança em famílias adotivas monoparentais.

.

Motivações na Transição para a Monoparentalidade Adotiva

Motivations in the Transition to Adoptive Single Parenthood

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar as motivações na transição para a monoparentalidade adotiva. Foram entrevistados nove mulheres e três homens entre 38 e 61 anos dos extratos socioeconômicos médios – nove da região metropolitana do Rio de Janeiro, um de Campinas-SP, um de Santos-SP e um de Gravataí-RS - que adotaram crianças há mais de dois anos. Os resultados foram analisados segundo o método de análise de conteúdo, em sua vertente categorial. Surgiram nove categorias de análise das narrativas dos participantes. Para os objetivos deste estudo serão analisadas três delas: *além da infertilidade*, *motivações para o perfil* e *motivações emocionais profundas*. Os resultados apontaram que as questões biológicas não predominaram nas motivações e a adoção monoparental foi o meio encontrado para realizar o desejo de ter filho(s). As motivações para o perfil se transformam por meio de processos identificatórios e da releitura do desejo. Experiências subjetivas das histórias de vida apresentam-se com intensidade, como em sentimentos de rejeição, no luto pelo filho morto e no sentimento de dívida simbólica. O autoconhecimento e o acompanhamento psicológico individual são relevantes, favorecendo a adoção.

Palavras-chave: adoção, monoparentalidade, motivações, perfil.

Abstract

This study aimed to investigate the motivations in the transition to adoptive single parenthood. Nine women and three men between 38 and 61 years of age, from middle socioeconomic strata - nine from the metropolitan region of Rio de

Janeiro, one from Campinas-SP, one from Santos-SP and one from Gravataí-RS - who adopted children more than two years ago, were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method, in its categorical aspect. Nine categories of analysis emerged from the participants' narratives. For the purposes of this study, three of them will be analyzed: *beyond infertility*, *motivations for the profile* and *deep emotional motivations*. The results showed that biological issues did not predominate in the motivations and that single-parent adoption was the means found to fulfill the desire to have child(ren). The motivations for the profile are transformed through identification processes and the rereading of desire. Subjective experiences of life stories present themselves with intensity, such as feelings of rejection, mourning for the dead child and the feeling of symbolic debt. Self-knowledge and individual psychological follow-up are relevant, favoring adoption.

Keywords: adoption, single parenthood, motivations, profile.

No presente trabalho a adoção se constituiu por meio do Cadastro Nacional de Adoção, colocando em relevo a realidade de crianças abrigadas. Na década de 1980 houve uma mudança de paradigma no campo da adoção, passando de uma visão assistencialista a uma preocupação com a proteção integral à criança e ao adolescente, tendo como marcos jurídicos a constituição Federal de 1988 e o ECA em 1990, pelo qual a adoção deve ser realizada para corresponder ao melhor interesse da criança, e não para o interesse exclusivo do adulto. A adoção por pessoas solteiras foi oficializada no Brasil com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Não se faz distinção entre casais e pessoas solteiras, mas é necessário compreender as motivações do adotante e que lugar ocupa o adotado no seu imaginário. Com a Nova Lei da adoção (Brasil, 2009), além do cumprimento do período de convivência, torna-se indispensável uma preparação psicossocial e jurídica, bem como um acompanhamento multiprofissional tanto no período que antecede a adoção quanto posteriormente. Segundo dados estatísticos do Sistema Nacional de Adoção (CNJ, 2020), 5.154 mil crianças e adolescentes estavam aptos a serem adotados em 2020. Entre os pretendentes disponíveis, 9% são pessoas solteiras. Esses dados são continuamente atualizados no portal do

Conselho Nacional de Justiça, por meio do novo painel on-line do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.

O desejo de filho corresponde ao aspecto subjetivo inicial da experiência da parentalidade, seja ela biológica ou adotiva. Houzel (2004) diferencia e articula três eixos constitutivos da parentalidade: o exercício, que corresponde aos aspectos jurídicos e prescritos pela sociedade; a prática, que inclui os cuidados físicos, psíquicos e as trocas intersubjetivas com o filho; e a experiência subjetiva, que se refere à percepção do sujeito sobre a sua vivência parental e tem origem no desejo de ter filho. Assim, o desejo inaugura o processo subjetivo de transição para a parentalidade, um conceito complexo, que se instaura em ação e que implica em níveis conscientes e inconscientes do funcionamento psíquico, uma vez que envolve aspectos tanto de construção como de transmissão intergeracional, baseados em padrões oriundos das experiências com os próprios pais (Solis-Ponton, 2004).

As motivações para ter filho têm sido objeto de investigações porque afetam o desenvolvimento e a qualidade dos vínculos. Schetinni Filho (2008) aponta três principais origens motivacionais para a adoção: a biológica, como nas questões relativas à fertilidade; a social, como no caso do altruísmo; e a emocional, em casos como a transmissão familiar ou a perda de um filho que morreu. As motivações se expressam de forma manifesta ou latente, de acordo com as fantasias, os medos, os desejos e as demandas individuais e indicam, em certo sentido, o lugar que o filho ocupará no psiquismo dos pais, o que poderá ser identificado a partir de uma escuta atenta por parte de profissionais envolvidos no processo de habilitação para a adoção (Puerta Beltrame, 2021).

Entre as motivações para a adoção, a infertilidade tem sido apontada pela maior parte da literatura como o fator mais frequente e relevante. A impossibilidade de gerar um filho, fruto ou não de um relacionamento, constitui a principal perda que pode ser vivida pelos adotantes e aparece associada às gestações incompletas, à falência dos tratamentos de infertilidade, e aos sonhos de criar uma criança com a qual se tenha uma conexão genética (Child Welfare Information Gateway, 2019). Essas perdas podem vir acompanhadas do

sentimento de vergonha nos pais adotivos por não serem capazes de ter um filho biológico. Silva (2014) discrimina ainda o luto da feminilidade e masculinidade, tal como nas expectativas religiosas e sociais.

Biasutti (2021) pontua que em décadas passadas a motivação para a adoção decorria principalmente da infertilidade do casal, implicando nas questões relacionadas ao luto pela gravidez e pelo filho biológico. Nas últimas décadas o cenário da adoção tem sido ampliado, e a adoção vem sendo vista mais como uma opção às novas famílias e não apenas uma opção à infertilidade (Silva et al, 2017). As autoras identificaram nas avaliações de técnicos judiciários, diferenças relacionadas aos perfis das famílias candidatas, e concluíram que os vários arranjos apresentam novos desafios aos profissionais, destacando a importância de que estes conheçam tais questões para melhor lidar com preconceitos e reinventar novos modos de atuação. Algumas motivações não associadas à infertilidade foram denominadas como motivações contemporâneas, por serem facilitadas pelas novas configurações familiares, como na adoção por pessoas sem cônjuge e por casais homossexuais. Sampaio et al (2020) identificaram, em um grupo específico de sujeitos que adotaram crianças maiores, a prevalência do desejo de vivenciar a parentalidade independentemente de uma relação conjugal, e sem a necessidade de ter um bebê. Sobre a relação entre o perfil das famílias e o das crianças adotadas, os estudos são ainda incipientes.

O estudo das motivações para o perfil da criança adquire relevância especial quando há divergência entre o perfil esperado e o real (Ladvocat, 2021). Esse fato retrata a realidade da filiação adotiva na sociedade brasileira atual e abre questões que colocam em relevo o interjogo entre motivadores externos e internos para a ampliação do perfil. Borges e Scorsolini-Comin, (2020) apontam a discrepância entre o desejo dos pretendentes à adoção e a realidade das crianças nos abrigos: no perfil traçado pelos pretendentes são almejadas características como pouca idade, pele branca, ausência de doenças infectocontagiosas ou de anomalias congênitas, o que não corresponde à realidade das crianças e adolescentes que estão disponíveis para adoção, de acordo com o Cadastro Nacional de Adoção. Assim, os autores ressaltam a necessidade de que seja conferida maior visibilidade sobre o real perfil das crianças abrigadas, por parte dos profissionais envolvidos na

adoção. Por outro lado, Silva (2019) ressalta que o reconhecimento de uma criança como filho requer um processo de elaboração psicológica; a criança já existe no imaginário, mas também na vida real. A autora acrescenta a importância das reflexões sobre as motivações, pois a alteração do perfil envolve questionamentos, sensações e sentimentos diferentes de uma gestação biológica e que, portanto, não deve provir de motivadores externos, segundo a disponibilidade, pois reduziria a relação filiação-parentalidade a uma lógica mercadológica.

Entre os motivadores internos para a adoção, a identificação exerce função fundamental para o estabelecimento do vínculo parento-filial, por constituir o elo emocional essencial entre os pais e seus filhos adotivos. Machado (2014) encontrou em pais adotivos uma necessidade de reconhecer semelhanças em comportamentos e traços de personalidade da criança para criar uma identidade de parentesco, possíveis metáforas do narcisismo dos pais na adoção. Entretanto, as motivações narcísicas encontram-se presentes não apenas nas identificações, mas também nas idealizações sobre os filhos, sejam biológicos ou não, e podem surgir tensões entre elas e a realidade da criança.

Para além do luto pela impossibilidade de gerar, com todas as suas representações em termos de continuidade de si e de sua imagem narcísica, outras motivações constituem pontos importantes a serem considerados como: a morte de um filho, a identificação com a criança abandonada, a fantasia idealizada de “fazer o bem”, e a necessidade de fazer reparações em relação a fantasias inconscientes (Levinzon, 2019). Sobre motivações inconscientes, Bègue (2013) procurou compreender se pessoas férteis também precisariam fazer algum luto antes de se lançarem ao projeto de adoção. Em sua pesquisa, foram identificados, no contexto de suas histórias de vida particulares, três principais motivos inconscientes: o pagamento de uma dívida simbólica pela qual se sentiam culpados, reparar a injustiça da morte devido a perdas sofridas na infância e no início da vida adulta, e a intenção de se realizarem enquanto casal. Peiter (2016) acrescenta que sentimentos de vazio e impotência não existem apenas em situações de infertilidade, mas também em diversos contextos da vida das pessoas. No contexto da monoparentalidade, Minuchin e Fishman (1990) destacam que o

risco de que o filho possa ser desejado para preencher um vazio não é prerrogativa de famílias monoparentais, pois o vazio também está presente em casais em decorrência de problemas na conjugalidade, e não apenas no fato de não estar em um relacionamento afetivo. Peiter (2016) enfatiza que quando não é possível encontrar espaços para trabalhar esses sentimentos relacionados a feridas narcísicas, é possível que alguns pretendentes desloquem inconscientemente as dores de seu próprio desamparo à criança adotada. Assim, isso estaria sustentando inconscientemente a busca pela adoção de uma criança desamparada. Motivações dessa natureza são de difícil acesso, e a intervenção psicanalítica poderá ajudar os pretendentes a elucidá-las, de forma que a adoção não se efetive por razões desconhecidas deles mesmos.

A partir dessas considerações, compreendemos que o estudo sobre as motivações tem a contribuir não só para a avaliação da disponibilidade emocional do adotante monoparental para a criança disponível à adoção, como também para um melhor preparo e efetividade da adoção, prevenindo devoluções, e promovendo saúde emocional às famílias. Face à carência de estudos que contemplem as especificidades de famílias monoparentais no que concerne às motivações para a adoção, o objetivo deste trabalho é investigar as motivações de adotantes na transição para a monoparentalidade.

Método

Participantes

Participaram do estudo 12 sujeitos – nove mulheres e três homens – com idades entre 38 e 61 anos, oriundos das camadas socioeconômicas médias, nove residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, e três em outras cidades do Brasil: Campinas-SP, Santos-SP e Gravataí-RS. Todos com escolaridade superior e com processo de adoção concluído por meio das respectivas Varas da Infância e Juventude. Foram critérios de inclusão que os filhos tivessem no momento da entrevista idades entre dois e 18 anos, e sido adotados há pelo menos dois anos. Foram critérios de exclusão famílias com filhos biológicos e adoções na mesma família. Foram 13 crianças adotadas, seis com mais de oito anos e seis com saúde

vulnerável – dois bebês soropositivos. Nove adoções foram inter-raciais, tratando-se de dois pais brancos e sete mães brancas que adotaram crianças negras ou pardas. A tabela 1 contém os dados biosociodemográficos dos participantes.

Tabela 1

Dados biosociodemográficos dos participantes

Participante	Idade	Profissão	Sexo/Idade da criança	Idade na adoção	Características da criança/adoção
M1- Rio de Janeiro	58	Professora e Fonoaudióloga	Fa 6 a	3 d	Inter-racial
P1- Gravataí –RS	40	Assistente social	Fo 15 a	9 a	Inter-racial
M2- Rio de Janeiro	58	Advogada	Fa 13 a	1 a e 9 m	Inter-racial
P2- Rio de Janeiro	61	Engenheiro aposentado	Fo 14 a	9 a	Inter-racial
M3	43	Desempregada	Fo 13 a e 6 m	1a e 4 m	três devoluções
Campinas-SP		Form. Jornalismo			Soropositivo
P3- Rio de Janeiro	38	Farmacêutico e Veterinário	Fo 17 a	11 a	Inter-racial
M4- Rio de Janeiro	41	Pedagoga	Fa 17a	10 a	Doença renal crônica
			Fa 15a	11a	Dermatomiosite
M5- Rio de Janeiro	61	Bióloga	Fo 9 a	4 m	-
					Bronquiolite
M6- Rio de Janeiro	61	Aposentada – Form.Administração	Fo 14 a	8 a e 8m	Inter-racial
M7 - Rio de Janeiro	57	Bióloga	Fa 4 a	1m 17 d	-
					Hemorragia cerebral, Inter-racial
M8- Santos- SP	50	Professora particular	Fo 12 a	2 m	Soropositivo
					Inter-racial
M9- Rio de Janeiro	43	Consultora de beleza	Fa 12 a	2 a e 6 m	Inter-racial

M = mãe, P = pai, Fa = filha, Fo = filho

Instrumentos e procedimentos

Como instrumentos de investigação foram utilizadas fichas biosociodemográficas e entrevistas gravadas por meio da plataforma Zoom que foram transcritas posteriormente na íntegra. O roteiro semiestruturado das entrevistas foi formulado a partir da revisão da literatura.

Um participante foi indicado da rede de relacionamento do pesquisador, três vieram de pesquisa anterior e foram reentrevistados para a finalidade desta pesquisa. Um deles indicou profissional do Direito que trabalha no campo da adoção, que indicou outros participantes e outro profissional (coordenador de GAA), que participou dos processos de alguns entrevistados. O contato inicial para a marcação da entrevista foi feito via Whatsapp. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma Zoom em data e hora determinados pelos participantes e tiveram duração média de uma hora. Durante a entrevista, a ordem de abordagem dos temas foi determinada pela fala do entrevistado. Quando os sujeitos não abordaram espontaneamente alguns temas contemplados no roteiro, coube à entrevistadora formular as perguntas correspondentes.

Cuidados Éticos

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 79/2021). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados colhidos em ensino, pesquisa e publicação, sendo a identidade dos participantes e das pessoas e instituições mencionadas devidamente preservada.

Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo com a finalidade de investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 1977/2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir do critério de repetição e relevância. Para tanto, procedeu-se uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os até se destacarem as categorias de análise.

Resultados e discussão

Das falas dos participantes sobre suas motivações emergiram as seguintes categorias de análise: *além da infertilidade, motivações para o perfil, e motivações emocionais profundas.*

Além da infertilidade

Embora a literatura aponte a infertilidade como uma das motivações mais frequentes para a adoção, em nosso estudo, além de ter sido um fator minoritário, teve papel secundário. Os participantes relataram como lidaram com as questões biológicas em seu caminho até a decisão de adotar.

A minha mãe quase morreu. . . . então eu sempre tive muito medo . . . eu falava ‘Gente, eu vou ser mãe, vou ter o filho e vou morrer’. . . . Então a adoção sempre foi a minha primeira opção. Eu nunca me imaginei gerando, entendeu? . . . Eu queria ser mãe e não importava o caminho também. A adoção é só mais um meio de ser mãe. M4

Sempre quis adotar um filho, porque eu sou adotiva também, né? . . . eu não queria engravidar, eu tinha pavor de ficar nove meses com aquele barrigão. M3

Eu até cheguei a fazer inseminação artificial. . . . e aí eu estava na cidade quando eu comecei a abortar. Aí ali eu falei ‘Gente, que loucura que eu estou fazendo com o meu corpo . . . se eu posso ir por outros caminhos que vai dar no mesmo’. . . Eu quero . . . uma criança, e vou adotar. M5

A minha irmã tinha feito . . . inseminação artificial . . . mas eu não acho legal ficar grávida de alguém que você nem conhece, eu acho estranho. M7

Por ser evangélica, eu não queria fazer uma reprodução independente. M9

Sendo eu homossexual . . . de família bem humilde, enfim, eu sempre achei que eu jamais poderia ser pai. . . . Então . . . eu buscava alternativas . . . eu sempre fiz trabalho voluntário . . . que eu sabia . . . eu ia trabalhar com crianças do abrigo . . . E aí foi que surgiu o L . . . ele que me escolheu, assim, pra ser padrinho dele. . . . Então eu escolhi ser pai e dessa forma . . . em carreira solo . . . eu não tenho interesse nenhum em dividir (Risos). P1

Embora o desejo de adoção tenha se iniciado para três participantes com tratamentos de infertilidade ou com doenças que impedem a gravidez, os relatos enfatizaram o aspecto positivo das adoções. Quatro mulheres consideraram a

inseminação artificial como um meio arriscado ou insatisfatório, e duas não quiseram engravidar. M3 desejou transmitir para o seu projeto familiar a sua própria característica de criança adotada. Em P1, a homossexualidade masculina e o desejo de filiação da criança constituíram fator determinante. O luto pela infertilidade não ganhou expressão nas falas dos entrevistados, mas sim o real desejo de vivenciar a parentalidade, sendo a adoção o meio encontrado para isso. Esses dados corroboram a visão de Silva et al (2017), que apontam que a adoção vem sendo vista cada vez mais como uma opção às novas famílias e não apenas uma opção à infertilidade; e oferecem mais subsídios para a sustentação do pensamento de Biasutti (2021) que pontua que apesar da adoção ainda acontecer principalmente devido à infertilidade do casal, nas últimas décadas tem sido mais frequente entre as famílias a motivação justificada pelo desejo de ter filho e de ser mãe ou pai, tratando-se assim de um projeto de vida.

Os dados também fazem uma interface com o postulado de Puerta Beltrame (2021), por considerar que, como casais heterossexuais constituem a maioria das famílias que buscam a adoção, seria possível que a relação entre infertilidade e adoção espelhasse uma característica desse contexto, sugerindo assim uma relação entre motivações e arranjos familiares. No grupo pesquisado, as motivações conscientes para a adoção se apresentaram predominantemente pela ausência de um parceiro com quem compartilhar a parentalidade, e também devido à idade avançada após uma vida de estudos e trabalho, o que coloca impedimentos biológicos.

Desde os 6 anos de idade . . . era uma coisa óbvia, eu ia ter filho! Só que quando eu me deparei . . . que o tempo tá passando e tudo mais . . . porque . . . profissionalmente eu tava bem. . . socialmente eu tava bem, mas não tinha filhos. . . . Bom, já que eu não tenho uma companheira para ter um filho comigo, até porque o meu último relacionamento . . . ela também já tava na fase que já não permitia mais a gravidez, então . . . por que não adotar? P2

Eu sempre tive essa ideia, independente de casar . . . eu sabia que eu ia adotar uma criança um dia, independente de eu gerar ou não. E aí foi passando o tempo, foi trabalho, faculdade... Quando eu fiz 45 . . . bom tá na hora de adotar. Ai até a médica falou ‘Você não quer tentar?’, ‘Tá louca, vou enfrentar uma gestação . . . não vou ficar arriscando a mim e à criança’. M1

Esses resultados confirmam os achados de Gomes et al (2014), que apontam que a busca por adoção em fase tardia da vida se deve ao fato de os indivíduos terem privilegiado a vida profissional em detrimento da pessoal e de terem adquirido estabilidade financeira e segurança para se tornarem pai ou mãe apenas tardiamente, o que se relaciona com as novas formas de ser família na contemporaneidade, possibilitadas pela medicina e pela adoção.

Motivações para o perfil

Observou-se que as motivações para o perfil da criança foram passíveis de transformações em resposta não apenas a motivadores externos, mas compreendendo também um movimento na realidade interna dos pretendentes, relacionado à imagem do filho desejado. As falas abaixo descrevem o movimento de transformação do desejo, no percurso que vai da imaginação do filho desejado à formalização do perfil, ou até o encontro com a criança real.

Na verdade eu queria menino . . . já tem muita mulher na minha família . . . mas eu não botei só menino . . . porque . . . ah, eu vou diminuir 50% a chance de chegar uma criança, né. . . . Puseram ela na fila de doenças tratáveis, por isso até foi um pouco mais rápido. Se eu tivesse botado que só quero saudável, alguém teria passado a minha frente, né? M7

Meu perfil inicial era de 2 a 5 anos. E aí de repente uma cegonha . . . é a pessoa que faz as apresentações, né, ela falou ‘Nossa, tem uma menina no orfanato . . . que é a sua cara, você não quer conhecer?’. Aí eu achei que era brincadeira porque meu nome é [igual ao do orfanato]. . . ‘Mas ela já tem 10 anos’. Aí eu falei ‘Gente, meus alunos têm oito! Qual o problema de ter uma filha de 10? . . . eu quero ser mãe, não interessa!’. . . . Eu queria que essa criança fosse para a escola comigo já. M4

Para a maioria dos participantes, o desejo de vivenciar a parentalidade sobrepujou a preferência por bebês, relativa ao sexo, à cor/raça, e/ou às condições de saúde da criança, contemplando assim as chamadas adoções necessárias (Borges & Scorsolini-Comin, 2020). M7 e M2 consideraram o aumento do tempo de espera caso desejassem crianças com características comumente requisitadas, e também o risco de diminuir as chances de realizar o desejo de ser mãe. M4, que era motivada pelo desejo de educar, pôde refletir sobre o lugar que a criança real ocuparia na sua vida, e assim pôde acolher uma criança diferente daquela inicialmente imaginada e formalizada no perfil. Esses dados concordam com o

pensamento de Silva (2019), que postula que o reconhecimento de uma criança como filho resulta de uma trajetória nem sempre retilínea e requer um processo de elaboração psicológica, que exige do sujeito a capacidade de refletir sobre suas ideias e desejos em um processo permeado por conversas, sentimentos, escolhas e decisões. Assim, mudar de perfil pode ser um resultado de um longo trabalho de reflexão e análise, e acontece favoravelmente quando o pretendente faz uma análise e releitura do seu desejo, o qual pode ir se construindo e se modificando ao longo da espera, não somente em decorrência da exposição dos perfis das crianças disponíveis, incentivada pelos profissionais da adoção, ou simplesmente para acelerar esse processo, mas porque encontra na sua realidade interna, um lugar para um filho diferente daquele inicialmente imaginado.

M4 relatou sua experiência em torno do desejo inicial em seu segundo processo de adoção: adotar a menina de 11 anos juntamente com seu irmão menor.

Eu queria a M. e o A.[irmão mais novo]. A juíza não deixou, na época, porque ela entendeu que M. tinha que ser filha e não mãe. E foi um grande erro, porque quem sou eu na fila do pão para discutir com a juíza, né? Meu medo na época que ela falou ‘Vai levar os dois ou vai levar a M.’. . . ‘Vou levar a M.’. Porque com 11 anos a criança já não tem perspectiva nenhuma de ser adotada. . . . E eles, a família que adotou os meninos, tentou e tenta até hoje cortar todo o vínculo da M. com os irmãos. Quem não permite é o A. que enche o saco para falar com as irmãs. M4

Quanto ao desejo da pretendente de adotar M. junto com seu irmão mais novo, refletimos sobre a fala da juíza, conforme relatada por M4, provavelmente resultado de algo ouvido de outro profissional, ao descrever a relação maternal entre M. e seu irmão mais novo, no seio da instituição de abrigo. Embora a afirmação seja parcialmente válida, no sentido de que não é desejável que uma criança assuma responsabilidades parentais, é preciso considerar que, no seio da nova família, funções e papéis seriam reconfigurados, de modo que ambas as crianças poderiam assumir o lugar que lhes corresponde na família, como filhos. Tal situação sugere uma reflexão sobre alguns ajustes no entrosamento entre as equipes interprofissionais da casa de acolhimento e o poder judiciário, uma vez que os profissionais das instituições convivem com as crianças, mas os integrantes do judiciário é que avaliam e habilitam os requerentes, o que reforça as reflexões

de Speck (2019) sobre a importância de melhorias nas aproximações entre os que têm o poder deliberativo com os que acompanham o dia a dia da criança e detêm o saber sobre elas, com a finalidade de, pelo menos, obter um melhor resultado na adoção. Atualmente, M4 encontra-se na fila para uma terceira adoção.

Entre os motivadores internos para a formalização do perfil ou para a sua ampliação, destacou-se a busca de semelhanças e familiaridades e a capacidade de construir identificações.

Eu queria uma criança soropositivo. Hoje por exemplo, ele tá zerado, e eu tô zerada, porque eu também sou soropositivo, né, há 23 anos. M3

Quando ela virou eu levei um choque! Porque ela era a minha cara mesmo. . . . A juíza falou assim ‘Você vai querer mesmo, ela foi desenganada! Se a V. morrer na sua casa, você vai fazer o quê?’ . . . ‘Não, Dra., ela vai morrer com nome e sobrenome, ela vai morrer com família’. . . . Eu nunca romantizei a maternidade não. Eu era uma criança tão doente de bronquite . . . eu sempre imaginei que eu teria que correr para hospital, e as minhas filhas, elas são muito mais saudáveis . . . do que eu fui na infância, né? M4

Eu levei um susto, porque eu jamais esperava que viesse assim tão doente, né? . . . Me ligaram falando ‘Olha, tem uma criança no hospital... que é o teu filho’. . . . Quando eu cheguei lá, ele era a cara do meu sobrinho . . . que eu tenho uma adoração por ele, porque eu ajudei a criar . . . foi amor à primeira vista. . . . Nós conseguimos ir pra . . . um hospital da Unimed. . . pra UTI. . . . Ficamos 45 dias nesse hospital, ele estava . . . entre a vida e a morte. M5

M3 buscou semelhanças na formalização do perfil, ao desejar uma criança soropositiva tal como ela é. Em M4, o reconhecimento de semelhança física, como também a similaridade entre o nome da instituição de acolhimento e o seu, marcaram o início do processo identificatório com a criança; adicionalmente, as demandas de cuidado com a saúde da filha se relativizaram quando M4 revisitou a sua infância, que incluía visitas frequentes a hospitais. M7, que havia sinalizado no perfil seu desejo por uma criança saudável, encontrou familiaridade entre os traços da criança real e os do sobrinho de quem cuidou, fator que sobrepujou os aspectos imprevisíveis da saúde da criança. Essa capacidade de construir identificações com a criança constitui um aspecto favorável ao estabelecimento do vínculo parento-filial. Machado (2014) enfatiza a função fundamental da identificação na consolidação do vínculo entre os pais e seus filhos adotivos, pois

por meio desta, o filho que veio de outra matriz familiar, portador de diferenças e estranhezas, pode se tornar familiar, uma vez que reconhecível pela sua semelhança.

O desejo de cuidar esteve presente nas motivações para a adoção da criança doente:

Foi querer uma responsabilidade muito maior pra uma pessoa, entendeu? Além de cuidar de mim, de cuidar de uma pessoa, dar mais atenção, carinho, amor e afeto. Entendeu? P3

O cuidado esteve presente nas experiências relatadas pela totalidade dos entrevistados, em atenção às necessidades das crianças. O desejo de cuidar e de amar outra pessoa concorda com uma das facetas características da parentalidade, biológica ou adotiva. Tais resultados realçam os achados em pesquisas recentes (Sampaio et al., 2018) que apontam que embora as motivações para a adoção sejam individuais, o que pode variar para cada pessoa e família, observa-se como denominador comum o desejo de desempenhar o papel de cuidador, independentemente da configuração, da orientação sexual e da existência de filhos biológicos ou não.

Motivações emocionais profundas

Emergiram das falas dos entrevistados aspectos de experiências subjetivas de suas vidas, que se atualizam na identificação com a criança adotada, e que constituem fatores motivacionais emocionais que permeiam o desejo de adotar. P1 fala sobre o seu sentimento de rejeição perante a sociedade quanto à possibilidade de ser pai e, em outro momento, discorre sobre a dura realidade da criança maior nos abrigos, preterida pelos pretendentes à adoção.

Eu vinha de um processo de... marginalização. . . . Eu tinha isso como certo, que não era permitido pela sociedade, sei lá, que eu, gay, solteiro e pobre. . . . eu achava que mesmo eu fazendo o processo de apadrinhamento eu não seria... ahn, escolhido, talvez, por um afilhado. . . . E aí, eu fui adotado . . . fomos adotados né . . . Esse processo de ser pai, me tornar pai, ele me ensinou . . . porque tem várias questões de autoaceitação que eu jamais... não seria nem padrinho. [sobre a criança adotada] Um menino de 8 anos, as chances de ser adotado era quase nula. Não tinha ninguém na fila. Então eu entrei com um advogado com um pedido de guarda dele . . .

alegando vínculo . . . um ano ele frequentava minha casa . . . e de não ter interessados nele. P1

A vivência de P1 no seu percurso para a homoparentalidade solo adotiva sugere, além do desejo de cuidar manifestado no trabalho voluntário de crianças no abrigo, uma relação entre o perfil preterido da criança maior e a identificação do adotante com os aspectos de rejeição oriundos do preconceito de que sofria. Este dado é análogo ao achado de Puerta Beltrame (2021), no que tange ao sentimento de rejeição perante a sociedade, pelas pessoas homossexuais, como fator inconsciente de identificação na motivação para a escolha da criança maior. Em nosso estudo, reforçando a mutualidade entre o desejo de parentalidade e o de filiação, discriminamos o sentimento de identificação oriundo de semelhanças relacionadas à percepção da rejeição, que é comum tanto ao perfil preterido do adotado como também ao do adotante, em virtude da idade da criança maior de um lado, e da homoparentalidade solo de outro.

Dois participantes falaram sobre os sentimentos vivenciados quando crianças no relacionamento com seus pais, que se atualizam no desejo de adotar.

Muitas das vezes essas crianças são deixadas até os 18 anos e depois . . . não sabe nem pra onde que vão, né? Ficam abandonadas. . . [o que reconhece da sua família de origem na sua família atual] O meu padrasto, como não era o meu pai biológico, ele era meu pai adotivo sem ser adotivo. Minha família também não deixou de ser uma família adotiva... da parte dele. Isso tudo... só não tem o nome de 'adoção', mas é uma adoção. P3

Eu fui criada pelos meus avós, né? Então, assim, não foi uma adoção, mas eles foram nossos tutores, meu e do meu irmão, quando meus pais separaram. Meu pai fez questão que meus avós maternos assumissem porque ele não confiava muito, é... que os cuidados ficassem com a minha mãe, entendeu? Então, não foi adoção, mas... na prática foi. (Risos) . . . Apesar de agradecer imensamente por isso ter acontecido, não deixa de ser um abandono, né? Porque ninguém veio me reivindicar. M2

Para P3 e M2, os sentimentos oriundos das memórias da criança que eles foram como também a alta sensibilização referente aos aspectos de negligência ou rejeição sofridos pelas crianças em suas histórias, sugere uma mobilização em direção a identificações com essas crianças. M2 foi criada por seus avós e, segundo seus relatos, precisou de muito tempo para elaborar o sentimento de abandono decorrente da separação entre ela e seus pais. P3, ao lado do desejo de

cuidar sugere também motivações emocionais que merecem ser exploradas, pois se sentiu negligenciado por seu pai biológico e adotado por seu padrasto. Percebemos que os participantes puderam falar sobre esses aspectos subjetivos de suas histórias de vida, pelo fato de terem trabalhado suas vivências em seus processos psicoterápicos, mencionados no decorrer da entrevista, e de terem se apropriado desse conhecimento. Levinzon (2006) adverte sobre a identificação de mães ou pais com o filho, visto por eles como em situação de abandono, uma vez que, quando crianças, eles mesmos se sentiram abandonados em razão de desencontros com sua família de origem; e salienta que, se ao acolherem e fornecerem um lar ao seu filho se sentirem como se estivessem recuperando a criança carente que reside inconscientemente em seu interior, isso pode trazer dificuldades com o filho. Seria necessário discriminar entre os sentimentos do/a pai/mãe e o do filho adotivo, para que este não se ressinta por ser visto como uma parte encoberta de outro, ao invés de uma pessoa com individualidade própria.

Por outro lado, o conhecimento da própria história é apontado por Bicca & Grzybowski (2014) como um aspecto facilitador na adoção entre crianças com perfis preteridos e os pretendentes à adoção, assim como também a idade e o desejo de exercer a paternidade/maternidade. Em nosso estudo, a consideração da própria história se constituiu como uma experiência consolidadora para o processo de transição à monoparentalidade adotiva, favorecendo o desejo de transmissão de um patrimônio psíquico, em certa monta, transformado.

Para M6, a motivação para assumir sozinha a parentalidade adotiva aparece como um resgate do passado, e relatou como fator determinante:

Poder reencontrar uma alma e cumprir um resgate, né (chora). Eu tenho um débito, e a espiritualidade tá me conduzindo nessa oportunidade de resgatar. . . . Eu havia feito aborto na juventude, né, de um rapaz que eu tinha sido noiva, achava que ia casar . . . e aí, quando chegou na hora . . . me vi sozinha . . . isso daí me acompanhou durante muito tempo e eu achava que na hora que eu tivesse um relacionamento . . . que me passasse essa confiança, eu conseguiria. Só que aí avançou a minha idade . . . eu conheci esse companheiro, né, e aí eu não consegui. . . . Quando . . . ele faleceu . . . durante um tratamento, um mentor espiritual falou pra mim que eu devia me preparar porque tinha uma criança pra vir . . . a espiritualidade sabia . . . tudo que tinha acontecido comigo. E foi então que realmente eu fui trabalhar essa questão do aborto, de todos esses traumas que havia sofrido. Então,

assim, eu fui conduzida, né, pra . . . seguir o meu processo com a minha terapeuta . . . encontrar, né, os meios jurídicos, legais. M6

A fala acima reporta os sentimentos envolvidos na decisão de adotar, e pode ser analisada em dois aspectos: a reparação de fantasia inconsciente no pagamento de uma dívida simbólica, e o luto pelo filho que não nasceu. Esses temas foram trazidos conscientemente por M6, por se tratarem de apropriações conquistadas pela participante, em virtude de seu processo psicoterápico. O sentimento de dívida como o fator determinante na decisão de adotar, sugere a tentativa de fazer uma reparação em sua fantasia inconsciente de “poder reencontrar uma alma e cumprir um resgate”. Esse resultado corrobora com o achado de pesquisa obtido por Bègue (2013), em que o pagamento de uma dívida simbólica pela qual os participantes se sentiam culpados constou entre os três principais motivos inconscientes para a adoção. Além disso, a vivência de M6 coloca em evidência o entrelaçamento dos temas luto e adoção, valorizado por Silva (2014) que aponta a importância de uma melhor compreensão e identificação das interfaces entre adoção e luto na sociedade contemporânea, uma vez que estes temas ainda são considerados tabus e, portanto, pouco discutidos. Nesses casos, Levinzon (2020) aponta a necessidade de um olhar atento à superação desse trauma, pois perdas assim se não houverem sido bem absorvidas e resolvidas criam condições para o surgimento de problemas na relação com o filho adotivo, considerando que o ser humano precisa ser visto em sua individualidade e não como substituto de outra pessoa. Isso se intensifica com a criança adotada, devido à sua história anterior, pela sua necessidade de ter bem claro o seu lugar próprio na nova família. Assim, a elaboração do luto do filho biológico é compreendida como processo psíquico necessário para o surgimento de um lugar no psiquismo dos pais para o filho adotivo.

Acrescentamos que temas que envolvam o entrelaçamento entre luto e adoção dificilmente podem ser trazidos em entrevistas do processo de habilitação, como foi o caso de M6, especialmente se levarmos em conta que ela traz em sua história o estigma existente na época e contexto social em que vivia, quando o teste de paternidade não era vigente e acessível no Brasil e pesava sobre a maternidade solteira recriminações à mulher, por seu comportamento considerado

imoral (Letablier, 2018). A vivência de M6 corrobora os postulados de Rodrigues (2021), que aponta que, devido ao caráter avaliativo das entrevistas no processo de habilitação e pelas limitações de tempo, temas emocionalmente sensíveis e que envolvem juízo de valor podem ser mais facilmente trazidos pelos adotantes em uma escuta especializada e individual, por esta proporcionar melhores condições.

Considerações finais

As motivações mostraram-se variadas e diferenciam-se daquelas mais frequentes apresentadas entre casais, como a infertilidade. Os impedimentos biológicos decorrem majoritariamente da idade, após uma vida de estudos e trabalho em que apenas tardiamente o desejo de parentalidade se constituiu como um novo projeto de vida. Outras motivações consistem na ausência de um parceiro com quem compartilhar a parentalidade ou da falta de interesse em dividi-la. A adoção se configurou prioritariamente como o meio de realizar o desejo de ter filho. O desejo de cuidar propiciou uma aproximação dos pretendentes ao perfil das crianças abrigadas, contemplando assim, majoritariamente, as adoções necessárias.

As motivações para o perfil da criança se transformam não apenas em resposta a motivadores externos, mas igualmente em um movimento interno de releitura do desejo, abrindo lugar na realidade interna do adotante para a criança real, diferente daquela inicialmente imaginada. A capacidade de construir novas identificações assumiu um papel relevante na formalização e alteração do perfil, e também no encontro com a criança real, construindo assim os primeiros elos de uma identidade de parentesco.

Identificações foram observadas na percepção entre a rejeição social vivida por um pai, por ser homossexual e aquela vivida pela criança de maior idade. Tal sentimento nos faz refletir sobre o perfil do grupo em geral e as escolhas de crianças com perfis preteridos, como as negras e pardas ou com alguma vulnerabilidade de saúde. Embora a adoção monoparental seja legitimada juridicamente desde 1990, historicamente, tem sido alvo de muitos preconceitos. Conjeturamos até que ponto pais e mães que apresentam perfis tradicionalmente

preteridos tendem a se aproximar de crianças com perfis igualmente preteridos em consequência de identificações emocionais.

Identificações com a própria história, como ter se sentido adotado seja pelo padrasto ou pelos avós ganharam presença e intensidade, configurando assim, entre as motivações, o desejo de transmitir a parentalidade recebida. Os participantes puderam trazer esses conteúdos em virtude de seus processos psicoterápicos, reforçando a ideia de que o conhecimento da própria história pode ser um aspecto facilitador na adoção de crianças com perfis preteridos. O grupo caracterizou-se por apresentar majoritariamente uma abertura a uma escuta especializada e individual.

O relato sobre o luto do filho que não nasceu colocou em evidência a relevância do espaço psicoterápico no acompanhamento do percurso da realização do desejo de ser pai ou mãe por adoção, pelo seu caráter neutro e protegido, se comparado às entrevistas do processo de habilitação, devido a seu caráter avaliativo e ao tempo que demandam.

O relato em que o desejo inicial de adotar irmãos sofreu um recuo perante o poder judiciário nos leva a sugerir que novas pesquisas englobem também a percepção dos candidatos sobre suas interações com os profissionais envolvidos no processo de adoção, possibilitando reflexões sobre possíveis ajustes no entrosamento entre os que acompanham a criança, os que têm poder de avaliação dos pretendentes e de deliberação sobre a adoção, e os próprios pais, para um melhor resultado na eficácia da adoção. Os resultados deste estudo podem contribuir para uma escuta mais apurada no processo de habilitação das famílias monoparentais, como também para a prática clínica, implicando no sucesso da adoção e na saúde emocional dos membros da família.

Famílias monoparentais: Impactos da adoção na construção da parentalidade

Single parent families: impacts of adoption on the construction of parenting

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar os impactos da adoção na construção da parentalidade, em famílias monoparentais. Foram entrevistados nove mulheres e três homens entre 38 e 61 anos dos extratos socioeconômicos médios de quatro cidades brasileiras que adotaram crianças há mais de dois anos. Os resultados foram analisados segundo o método de análise de conteúdo. Surgiram nove categorias de análise. Para os objetivos deste estudo serão analisadas duas delas: *reações iniciais da criança* e *sentimentos de perda e luto da criança*. Os resultados apontaram as experiências pregressas e sentimentos de perda e luto da criança como principais impactos. Mostraram também a importância de que os pais sejam capazes de enfrentar rejeições, ambiguidades, inseguranças e sustentar novas identificações, e de reconhecer os sentimentos de perda e luto dos filhos, em um ambiente que assegure a aceitação e o senso de pertencimento.

Palavras-chave: adoção, monoparentalidade, perda ambígua, luto.

Abstract

This study aimed to investigate the impacts of adoption on the construction of parenting in single-parent families. Nine women and three men between the ages of 38 and 61 from the average socioeconomic strata of four Brazilian cities who adopted children more than two years ago were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method. Nine categories of analysis emerged. For the purposes of this study, two of them will be analyzed: *child's initial reactions* and *child's feelings of loss and mourning*. The results showed the

child's previous experiences and feelings of loss and mourning as the main impacts. They also showed the importance of parents being able to face rejections, ambiguities, insecurities and support new identifications, and to recognize their children's feelings of loss and mourning, in an environment that ensures acceptance and a sense of belonging.

Keywords: adoption, single parenthood, ambiguous loss, mourning

Este estudo surgiu em continuidade à pesquisa desenvolvida anteriormente sobre monoparentalidade, que abriu um campo de investigação específico sobre a adoção monoparental, atendendo a uma nova realidade, que se oficializou no Brasil com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. No presente trabalho a adoção se realiza por meio do Cadastro Nacional de Adoção, colocando em relevo a realidade de crianças abrigadas. Segundo os relatórios estatísticos nacionais do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, no painel de acompanhamento diário, existem em 17 de junho de 2023, 32.137 crianças acolhidas no Brasil e 4.392 disponíveis à adoção (Conselho Nacional de Justiça, 2023). Da totalidade dos pretendentes, 9% são pessoas solteiras. A adoção coloca desafios específicos à construção da parentalidade.

A parentalidade é um conceito complexo, um tipo de estrutura psíquica que se instaura em ação, referindo-se aos processos psicológicos que se desenvolvem a partir dos vínculos pais-filhos, e não se limita ao aspecto biológico ou legal; evolui com o desenvolvimento do indivíduo e do grupo familiar e diz respeito, sobretudo, ao preenchimento das condições exigidas pelas funções e papéis parentais (Solis-Ponton, 2004). Lévy-Soussan (2006) postula que toda filiação seria constituída por três eixos básicos: biológico, cultural/jurídico e o psíquico, mas em decorrência das diversas transformações sociais há um movimento de valorização dos laços socioafetivos, de modo que os laços familiares se afastam do eixo biológico. Conforme pontuam Machado, Dantas, Mello e Monteiro (2019), no contexto da adoção, a filiação se apoia nos eixos culturais e psíquicos para se constituir, o que coloca desafios específicos à construção da parentalidade, pois os laços parento-filiais estão sempre à prova devido à separação entre a dimensão biológica e as dimensões jurídica e afetivo-imaginária. Assim, as

capacidades emocionais dos pais e a presença consistente da lei jurídica permitem à família suportar a dissociação do eixo biológico, o que é típico da filiação adotiva. Nesse contexto, tanto as capacidades emocionais dos pais quanto as redes sociais de apoio adquirem papel de destaque, frente às demandas próprias da criança adotiva, o que se intensifica na situação das famílias monoparentais.

Machado et al. (2019) enfatizam que os pais adotivos precisam de forças para dar contenção às ansiedades, a questões existenciais e a falhas precoces da família de origem. Assim, a construção da parentalidade adotiva tem como tarefa absorver o impacto das experiências anteriores da criança, para poder oferecer sentido e articular a história pregressa do filho à sua própria cultura familiar. A pesquisa de Skandrani, Harf e Hussein (2019), com dez famílias casadas e 15 monoparentais, investigou o impacto das experiências pré-adotivas traumáticas dos filhos nos pais, em adoções internacionais, e resultou em temas de estudo como: a ausência de sentimentos na narrativa, a negação da significação das experiências traumáticas prévias da criança, percepções do que é estranho na criança, e a presença de narrativas que, em sua forma, denotavam dificuldades de falar sobre o passado traumático anterior à adoção. A reação de negação dos pais foi entendida como defesa aos efeitos traumáticos da experiência da criança neles mesmos, indicando a relevância da exploração desse tema, para que profissionais envolvidos na adoção possam promover um suporte inicial para essas famílias, em um trabalho preventivo em nível das representações parentais e interações familiares.

Ozoux-Teffaine (1987), citada por Speck (2018, 2019), em uma perspectiva psicanalítica, analisa o impacto da adoção sobre as crianças e os estados de sofrimento que dificultam o processo adotivo. A autora enfatiza as rupturas vividas na adoção e as consequências psíquicas da separação do primeiro objeto de amor, que incluem o registro dessas experiências no psiquismo sentidas como abandono. Estas vêm a impactar na adoção, em uma dinâmica de “identificação-projeção”, que atua na criança por meio da fantasia do retorno da família de origem projetada nos pais adotivos, configurando a condensação de duas imagos. Geralmente, as manifestações da criança não são compreendidas pelos adotantes como uma resposta às suas experiências pregressas, de forma que estes serão

desafiados no seu real desejo de amar uma criança, garantindo a ela que não será novamente abandonada.

Silva (2016), referindo-se a Ozoux-Teffaine (2004), postula que o sentimento de pertencer a uma nova família ocorre de forma progressiva e que, no decorrer da nova história, a elaboração do luto referente à imago materna arcaica é imprescindível para que a inscrição de um novo processo de filiação possa ocorrer. Além disso, ao elaborar o luto em relação às imagens parentais originárias, a criança irá reconstruí-las na relação com os novos pais, tornando-as uma ausência assimilada, simbolizada. A autora destaca que sem fazer o luto dos pais biológicos, estes continuam a ser polos de investimento emocional muito ativos, o que pode interferir na adoção. Fazer o luto é realizar todo o trabalho de elaboração simbólica da perda, adquirindo a condição de processar os afetos a ela ligados como, por exemplo, o medo de perder de novo e a culpa pelo próprio abandono.

Roszia e Maxon (2019) atualizam o trabalho de Silverstein e Kaplan de 1982 intitulado *Seven Core Issues in Adoption*, que focalizou sete questões centrais de impacto, que podem ser experienciadas pelos membros da constelação adotiva – família biológica, família adotiva, e o filho – relacionadas a sentimentos de perda, rejeição, vergonha e culpa, luto, e seus desdobramentos em outras questões relativas à identidade, à intimidade, e à autodeterminação e controle. Cada pessoa afetada pela adoção pode não experienciar todas essas questões, e as experiências podem se manifestar diferentemente, a depender da idade, do estágio do desenvolvimento, da situação em que foi adotado e de sua história pessoal ou situação de vida. A perda inicial ou central na adoção é experienciada como um evento traumático, que altera a experiência de si mesmo e do mundo, alterando a própria trajetória de vida; não é uma experiência única, e as perdas subsequentes serão somadas a outras perdas inerentes às mudanças de fases do desenvolvimento humano.

A perda relacionada à adoção pode ser vaga e difícil de ser compreendida pelos membros da tríade adotiva, um sentimento de angústia e confusão sobre pessoas que estão fisicamente ausentes, mas psicologicamente presentes, algumas vezes chamada “perda ambígua” (FosterParentCollege.com, 2016). Este conceito,

desenvolvido desde os anos 1970 (Boss, Russ & Harris, 2021), designa um tipo de perda particularmente estressante porque, tipicamente, não é reconhecida e, portanto, sem possibilidade de fechamento. Assim, a perda ambígua requer uma atenção especial, devido ao alto nível de estresse provocado pela incongruência entre ausência e presença, e a terapia de luto usual pode não ser suficiente.

A *perda ambígua* é considerada como uma desordem relacional e não como uma patologia individual, tornando-se psicologicamente problemática quando sentimentos de desesperança e desamparo levam à depressão. Da mesma forma, a falta de clareza em torno de uma perda – ambiguidade - conduz a emoções e sentimentos conflitivos – ambivalência – sobre a pessoa que foi perdida, levando à culpa, ansiedade, sobrecarga e imobilização. Em uma visão sistêmica, a perda ambígua conduz à ambiguidade das fronteiras e, conforme enfatiza Silva (2014), se uma família não consegue indicar claramente quem está dentro e quem está fora de seu sistema, seu processo de reorganização fica bloqueado. No sistema familiar podem ser observados sintomas relacionais como falta de definições nos papéis e funções, interferindo na capacidade de tomar decisões; dificuldades com a formação e ruptura dos vínculos, gerando ansiedade e insegurança; cancelamento ou inexistência de celebrações e rituais; aumento de conflitos familiares, entre outros. Sem a verificação da perda, o luto fica em aberto, proporcionando a proliferação de fantasias. Roszia e Maxon (2019) acrescentam que perdas ambíguas são difíceis de ser identificadas e abordadas, pois as crianças e adolescentes tendem a criar uma narrativa interna baseada em suas perdas ambíguas, que não são fundamentadas em fatos de sua história. O adotado pode lamentar sobre a relação parento-filial que, em sua fantasia, ele poderia ter tido (FosterParentCollege.com, 2016).

A perda que gera ambivalência também gera um luto não reconhecido na medida em que a sociedade o nega ou tenta minimizá-lo, no contexto de um conjunto de regras sociais que impedem a expressão do luto, seja de forma concreta ou simbólica (Castellato, 2005, citado por Silva, 2014). O luto resultante da adoção não é amplamente conhecido ou compreendido pela sociedade em geral, havendo uma carência de rituais ou cerimônias que marquem a perda causada pela adoção e o luto resultante (Childwelfare, 2019). Para o adotado,

pode ser que não esteja consciente de que está de luto, porque a nossa cultura considera pessoas que foram adotadas “com sorte” por terem sido escolhidas por uma outra família e, portanto, não poderiam sentir que estivessem em luto. Pais e outras pessoas ao redor do adotado frequentemente tentam abafar o sentimento de perda, pretendendo poupar a criança de dor emocional. Se esta for a reação dos pais que a criança recebe sobre a sua perda e luto, ela tentará reter esses sentimentos. Comumente é dito às crianças que elas deveriam ser gratas pela sua nova vida, mas esse é um fardo injusto a colocar sobre elas – esperar somente alegria e gratidão sem o reconhecimento da tristeza e da perda. Se a sociedade vê a adoção como um evento solucionador de problemas, a dor das perdas não abordadas cresce (Silva, 2014).

O luto é a dor que tem origem na perda e no reconhecimento da família e da vida que foi perdida por meio da adoção (Roszia & Maxon, 2019). O reconhecimento da perda torna viável a elaboração do luto, que inclui relembrar, recoletar, experimentar sentimentos, questionar e reorganizar. Um luto não reconhecido pode se manifestar em comportamentos destrutivos, automedicação, raiva ou negação. Crianças e jovens, especialmente aqueles institucionalizados, necessitam de ajuda para nomear seus sentimentos e compreender quando as suas lutas são expressões de luto.

Segundo Levinzon (2020), sentimentos de luto e perda referentes às ligações afetivas perdidas anteriores à adoção podem aparecer anos depois e, por vezes, são difíceis de serem reconhecidos pelos pais. Mesmo que as crianças não tenham conhecido os genitores, isso pode ocorrer; e os pais adotivos resistem muitas vezes a admiti-lo, pois desejam acreditar que, como já construíram um elo firme com o filho e lhe contaram que fora adotado, os problemas da adoção teriam ficado para trás. Sentimentos de perda e de luto se reeditam quando a criança/adolescente vive novas perdas ou separações.

No Brasil, segundo Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018), as pessoas sem cônjuge estão entre aqueles que adotam crianças de perfil preterido pela grande maioria dos pretendentes, os quais preferem adotar bebês, em uma tentativa de amenizar as consequências de vivências que a criança possa trazer

consigo. Assim, os adotantes de crianças maiores se deparam com a tarefa de absorver os impactos oriundos tanto das experiências pregressas quanto da prerrogativa de escolha da criança. Entretanto, a pesquisa de Chamberlain (2013) aponta que bebês podem reconhecer a voz de suas mães mesmo antes do nascimento, e a experiência dessa perda da mãe biológica não pode ser eliminada, não importa o quão cedo os bebês encontrem seus pais adotivos (Roszia & Mazon, 2019). Enquanto a habilitação de pessoas solteiras no Brasil preocupa-se com a disponibilidade para as necessidades da criança, a presença de uma rede de apoio e as razões para estar solteiro (P. S. Silva, Silva, Lopes & Frizzo, 2017), no âmbito internacional, muitos países se recusam a confiar as suas crianças institucionalizadas a pessoas não casadas (Agence Française de l'Adoption, 2008). Na busca da construção de um perfil adequado à parentalidade adotiva solitária é colocada a importância da reflexão sobre as seguintes questões: como responder sozinho aos cuidados materiais, psíquicos e sociais da criança? Teriam estes pais uma representação suficientemente clara e realista das futuras tarefas, papéis e funções que eles deverão assumir? A preocupação dos profissionais intermediários da adoção é de encontrar uma família estável, principalmente, levando em conta as circunstâncias que, na maior parte do tempo, estas crianças viveram e que as levaram a desenvolver estratégias de sobrevivência e comportamentos, que fazem com que a vida cotidiana com elas seja, pelo menos, delicada. Esse contexto é agravado por não haver com quem compartilhar as angústias, as dúvidas e as inquietudes. A partir dessas considerações, este estudo, que faz parte de uma pesquisa mais ampla, tem como objetivo investigar os impactos da adoção na construção da parentalidade, em famílias monoparentais.

Método

Participantes

Participaram do estudo 12 sujeitos – nove mulheres e três homens – com idades entre 38 e 61 anos, oriundos das camadas socioeconômicas médias, nove residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, e três em outras cidades do Brasil: Campinas-SP, Santos-SP e Gravataí-RS. Todos com escolaridade superior e com processo de adoção concluído por meio das respectivas Varas da Infância e

Juventude. Foram critérios de inclusão que os filhos tivessem no momento da entrevista idades entre dois e 18 anos, e sido adotados há pelo menos dois anos. Foram critérios de exclusão famílias com filhos biológicos e adoções na mesma família. Foram 13 crianças adotadas, seis com mais de oito anos e seis com saúde vulnerável – dois bebês soropositivos. São nove adoções inter-raciais, tratando-se de dois pais brancos e sete mães brancas que adotaram crianças negras ou pardas. A tabela 1 contém os dados biosociodemográficos dos participantes.

Tabela 1

Dados biosociodemográficos dos participantes

Participante Cidade	Idade	Profissão	Sexo/Idade da criança	Idade na adoção	Características da criança/adoção
M1- Rio de Janeiro	58	Professora e Fonoaudióloga	Fa 6 a	3 d	Inter-racial
P1- Gravataí –RS	40	Assistente social	Fo 15 a	9 a	Inter-racial
M2- Rio de Janeiro	58	Advogada	Fa 13 a	1 a e 9 m	Inter-racial
P2- Rio de Janeiro	61	Engenheiro aposentado	Fo 14 a	9 a	Inter-racial três devoluções
M3 Campinas-SP	43	Desempregada Form. Jornalismo	Fo 13 a e 6 m	1a e 4 m	Soropositivo Inter-racial
P3- Rio de Janeiro	38	Farmacêutico e Veterinário	Fo 17 a	11 a	Doença renal crônica
M4- Rio de Janeiro	41	Pedagoga	Fa 17a Fa 15a	10 a 11a	Dermatomiosite -
M5- Rio de Janeiro	61	Bióloga	Fo 9 a	4 m	Bronquiolite Inter-racial
M6- Rio de Janeiro	61	Aposentada – Form.Administração	Fo 14 a	8 a e 8m	-
M7 - Rio de Janeiro	57	Bióloga	Fa 4 a	1m 17 d	Hemorragia cerebral, Inter-racial
M8- Santos-SP	50	Professora particular	Fo 12 a	2 m	Soropositivo Inter-racial
M9- Rio de Janeiro	43	Consultora de beleza	Fa 12 a	2 a e 6 m	Inter-racial

M = mãe, P = pai, Fa = filha, Fo = filho

Instrumentos e procedimentos

Como instrumentos de investigação foram utilizadas fichas biosociodemográficas e entrevistas gravadas por meio da plataforma Zoom que

foram transcritas posteriormente na íntegra. O roteiro semiestruturado das entrevistas foi formulado a partir da revisão da literatura.

Um participante foi indicado da rede de relacionamento do pesquisador, três vieram de pesquisa anterior e foram reentrevistados para a finalidade desta pesquisa. Um deles indicou profissional do Direito que trabalha no campo da adoção, que indicou outros participantes e outro profissional (coordenador de GAA), que participou dos processos de alguns entrevistados. O contato inicial para a marcação da entrevista foi feito via Whatsapp. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma Zoom em data e hora determinados pelos participantes e tiveram duração média de uma hora. Durante a entrevista, a ordem de abordagem dos temas foi determinada pela fala do entrevistado. Quando os sujeitos não abordaram espontaneamente alguns temas contemplados no roteiro, coube à entrevistadora formular as perguntas correspondentes.

Cuidados Éticos

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 79/2021). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados colhidos em ensino, pesquisa e publicação, sendo a identidade dos participantes e das pessoas e instituições mencionadas devidamente preservada.

Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo com a finalidade de investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 1977/2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir do critério de repetição e relevância. Para tanto, procedeu-se uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os até se destacarem as categorias de análise.

Resultados e discussão

Da análise do material emergiram várias categorias. Tendo em vista o objetivo deste artigo, discutiremos as seguintes categorias: *reações iniciais da criança* e *sentimentos de perda e luto da criança*.

Reações iniciais da criança

Observaram-se nos relatos dos seis adotantes de crianças maiores particularidades no período de convivência que distinguiram a experiência dos homens daquela das mulheres.

Foi ele que me escolheu pra ser padrinho dele . . . E aí eu fui adotado . . . fomos adotados, né. . . . Esse processo de ser pai . . . ele me ensinou, porque tem várias questões de autoaceitação, que eu jamais... não seria nem padrinho. P1

Eu só tinha visto uma foto dele . . . tipo 3x4 . . . como é que eu vou saber quem é ele? Aí chegamos lá . . . aí vem a criança, né, . . . Aí apareceu alguém . . . virou pra ele e falou assim ‘Ah, apresenta sua casa pro tio’, e dali segurou minha mão, nunca mais soltou... (sorriso). P2

[Quando apresentado como padrinho] Aí ele . . . me deu aquele abraço forte e nós ficamos conversando . . . ele falou que sabia tocar e me chamou pra tocar violão. [No período da convivência] . . . ele não queria ir embora da minha casa, de jeito nenhum. P3

Entre os homens e seus filhos houve, segundo a percepção deles, uma mútua aceitação logo ao início. A expressão usada por P1 “fomos adotados” sugere uma forte identificação do adotante com a criança. As mães tiveram experiências iniciais mais difíceis de enfrentar:

A M. era um bichinho arredo demais. . . . Ela não sabia receber um beijo, um abraço, um afeto. Ela olhava com um olhar desconfiado sempre. Ela não queria assunto comigo, ela falava com a V. [primeira filha adotada]. . . . Ela dizia que não sabia se eu ia fazer com ela o que ela tinha passado na outra família Ela nunca contou o que passava porque tinha medo, e até hoje eu descubro coisas sobre a M.. . . Então foi uma convivência no início bem mais difícil. M4

Esse um mês e pouco dentro do abrigo foi um dos mais difíceis da minha vida. . . . ela chorava o tempo todo, ela não queria ficar comigo, se a gente ficasse sozinha então, não ficava mesmo, né. . . . Ela não falava direito. . . .

então o desenvolvimento foi ainda aos poucos. E aí depois que eu fui, né, levando coisas pra fazer, né, pra poder ir quebrando um pouco esse gelo. M9

Na casa lá . . . nem abriu o portão e todo mundo gritava ‘A mãe do T. chegou, a mãe do T. chegou’ . . . Quando abriu o portão, ele deu um pulo, me agarrou, assim, né, e perguntou ‘Cadê o meu pai?’... e eu disse ‘Não tem pai, sou só eu... tá bom?’... ‘Tá bom’. . . . No primeiro dia que estávamos só eu e ele, ele já quis me enfrentar, sabe, fazendo birras. M6

O desejo de parentalidade feminino foi capaz de sustentar nos primeiros encontros com a(o) filha(o) ora a rejeição da criança, ora o interesse pela figura paterna, ou ainda a retração, a agressividade ou temor da criança em construir um novo vínculo parento-filial. Essas primeiras reações da criança às mães adotivas, como no relato de M4, têm sido apresentadas na literatura como causas de devolução declaradas por mulheres, em famílias constituídas por casais (Speck, 2018), e têm sido estudadas à luz do postulado de Ozoux-Tefaine (1987) que ressalta uma dinâmica de “identificação-projeção”, que atua na criança como imagem combinada – o retorno fantasmático da família de origem projetado nos pais adotivos. A preferência pela figura paterna, ou maior facilidade de vinculação inicial entre adotantes homens e seus filhos é compreendida por Ozoux-Teffaine pelo mesmo mecanismo de identificação-projeção, pois as manifestações da criança estão ligadas ao lugar que a genitora ocupa no imaginário infantil, ou seja, a fantasia do retorno da mãe biológica projetado na mãe adotiva, o que indica a necessidade, segundo a autora, do destacamento identificatório da figura materna internalizada.

O relato de M6 sobre as birras de seu filho pode configurar um exemplo entre outros sobre os testes que a criança adotada faz perante sua nova família, provocações para verificar a consistência do desejo de adoção por parte da mãe adotiva, ou ainda um comportamento de defesa contra um novo abandono, influenciado por sua história anterior (Levinzon, 2020; Gomes & Levy, 2021). O relato de M4 pode apresentar as implicações de um conflito de lealdade que as crianças adotadas apresentam entre a mãe biológica, com quem conviveram e a mãe adotiva. Para McGoldrick (2020), as crianças são capturadas por conflitos entre seus pais e, nos casos das famílias adotivas, as crianças podem apresentar conflitos de lealdade entre a mãe biológica e a adotiva, considerando que, nessa

triangulação, não importa se os pais biológicos são presentes ou não, pois as pessoas podem triangular com uma memória ou ideia tanto quanto com pessoas reais. As falas das mães realçam o pensamento de Passos (2012), segundo a qual, faz-se necessário o enfrentamento dessas tensões iniciais, sustentando novas identificações, eventuais rejeições, ambiguidades e inseguranças.

Speck (2018) traz à luz o contexto social implicado nessas primeiras reações da criança adotada em relação a seu pai ou mãe adotivo(a). A autora refere-se a Peiter (2011), que aponta que a predileção da criança pela figura paterna e o incômodo das mães perante a agressividade direcionada a elas pela criança adotada é uma queixa frequente nas adoções de crianças maiores, e que coloca em relevo as implicações do contexto social. Speck (2018), ainda referindo-se a Peiter (2011), ressalta que a criança faz vinculação inicialmente com o pai adotivo porque ela não tem o genitor como referência e muitas vezes são as genitoras que entregam os filhos à adoção, ou ainda, os filhos são retirados delas, uma vez que os genitores já se encontravam ausentes da família. Nesse sentido, a autora enfatiza que no imaginário social, não haveria um pai mau, mas uma mãe má, parecendo que o homem não tem participação na procriação.

Roszia e Maxon (2019) vão mais adiante ao explorarem os fatores sociais, no contexto da sociedade norte-americana que implicam na minimização, esquecimento ou descarte da paternidade, e que afetam a adoção, o bem-estar infantil e até mesmo a parentalidade de parentesco. É destacado que pais muitas vezes ficam fora das decisões e desempenham papel menor nos planos de longo prazo para a criança. Quando suas contribuições genéticas são reconhecidas, não são convidados para o processo de tomada de decisão e muitas vezes ficam em conflito sobre qual o seu papel, uma vez que não estão carregando o bebê. Sem orientação, eles podem parecer desinteressados, não saber quais são seus direitos e não saber como apoiar a mãe durante a gravidez. Se jovens, podem ser encorajados pelos colegas a não admitirem a paternidade. Muitos temem as repercussões econômicas e jurídicas e podem não ter acesso a um advogado. Pais cujos filhos estão em lares adotivos ou com parentes, raramente são vistos como um possível recurso para seus filhos, e podem ser estereotipados e difamados pela mãe, parentes e até mesmo pelo sistema de serviços sociais. Como são solteiros,

trabalham em período integral, ou têm histórico de dependência, doença mental, violência, prisão ou participação em gangues, eles podem não receber os mesmos serviços que a mãe recebe, pois não são vistos como uma conexão ou recurso importante para a criança.

Os autores frisam que, para muitos homens, é após o nascimento do filho que seus sentimentos crescem, pois a criança está separada da mãe e eles podem ver e segurar seu filho, e concluem que pais por adoção ou por parentesco frequentemente assumem um papel mais passivo no processo de construção familiar, pois se encontram imersos em um sistema de bem-estar infantil centrado na mulher. Tanto os pais biológicos quanto os pais adotivos devem receber tempo e atenção que reflitam seu valor na vida de uma criança. Neste sentido, alguns avanços estão em tramitação na sociedade brasileira como no Projeto de Lei 1.974/2021, que preconiza uma licença parental de 180 dias para cada pessoa de referência da criança, limitada a apenas duas, em substituição das licenças maternidade e paternidade, eliminando-se assim, a diferenciação da licença em relação ao binômio homem-mulher (Consultor Jurídico, 2023).

Sentimentos de perda e luto da criança

Embora possa ser difícil compreender os traumas do passado e as perdas que o filho vivenciou antes da adoção, todas as crianças ou jovens adotados experimentam certo nível de perda quando separados de sua família de origem. Mesmo se eles já conviverem com seus pais adotivos e o processo de adoção tenha sido positivo, a finalidade da adoção pode intensificar sentimentos de perda (DeGarmo, 2017). A maioria dos participantes relatou ter experienciado a curiosidade e as dúvidas dos filhos sobre a própria origem, que surgem e se renovam ao longo das fases do desenvolvimento. Nas adoções de crianças maiores, os sentimentos de perda se apresentaram de forma mais pronunciada e seus impactos foram vividos de diferentes maneiras:

[o filho] ‘Ah, por que só comigo que ela não ficou?’ . . . Eu falo sempre que é um sentimento agridoce, né. Porque (risos) é aquela coisa, parece que tem horas que você se sente um culpado, parece que tu destruiu uma família. Mas, também, a gente teve fatos novos esbarrei com uma tia dele e aí ela meio que me falou o quê que tá acontecendo hoje. E... e não tá bem,

entendeu? . . . a irmã que morava com ele no abrigo passou por violência sexual pelo padrasto que tá preso. . . . E outras questões também aí de vulnerabilidade. Então assim, até conversei com ele sobre isso depois e tudo, assim, então tem esse entendimento de que, vamos dizer, que ele não faz mais parte disso. P1

[a filha] ‘Mas então porque que ela não me quis?’ ‘Filha, eu nem sei se é isso. O que eu sei é que eu sou grata a ela’, e essa palavra quebrou ela. ‘Você ia falar obrigado pra ela?’ . . . ‘Sim’. . . ‘Por quê?’ . . . ‘Por três motivos principais: um, deixou você nascer . . . outro, quando você estava muito doente, ela te levou pro hospital. . . e a terceira, porque aí sim ela abriu mão de você. . . eu acho que ela entendeu que você estava tendo uma segunda chance de ser feliz, que de repente ela não era capaz naquele momento’. Aí ela ficou quieta . . . então assim, pra mim foi difícil, pela conversa. M9

Tinha dias que ele estava muito bem e tinha dias que ele me enfrentava . . . principalmente quando chegava de noite . . . ele brigava, ele não queria dormir . . . até ele realmente . . . compreender, né, toda a situação, né, dessa mudança brusca né, toda. . . . [Dois anos depois] A gente teve uma orientação espiritual de . . . visitarmos a família dele: ‘ele tem que ir lá pra fechar um ciclo’. E aí . . . acredito que teve ali um encontro de perdão, tanto da parte dela quanto da parte dele. Porque... eu acho que isso incomodava muito ele, de saber que só ele que tinha ido pra adoção (chora). . . E... ele não sabia lidar . . . com esses sentimentos todos e eu também não. . . . Acho que aquilo foi como se realmente se encerrasse um ciclo . . . pra ele poder dar continuidade. M6

Os relatos acima falam de um lado sombrio do processo adotivo, o pesar da criança por ter sido colocada à adoção, que coloca desafios aos pais no sentido de lidar com as ambiguidades inerentes à adoção. Se por um lado a criança realiza seu desejo de encontrar uma família e construir novos vínculos, por outro, a adoção significa também a perda de referenciais anteriores que orientavam sua percepção de si e do mundo. Para os pais, a realização do desejo de ter filho implica também em precisar lidar com os sentimentos de perda, rejeição e luto da criança, não devendo esperar dela apenas alegria e gratidão. Embora a família de origem da criança esteja fisicamente ausente, mantém-se psicologicamente presente nos seus pensamentos e fantasias. Tal experiência constitui uma das faces do conceito de perda ambígua, como postulado por Boss (2016) que, conforme Silva (2014), sublinha a existência da família psicológica do adotado, que se expressa em suas dúvidas e curiosidades, considerando questões que talvez não possam ser respondidas ao longo da vida.

No relato de P1, seu filho expressa pesar sobre aquilo que não consegue compreender sobre o seu passado, ter sido colocado à adoção enquanto seus irmãos retornaram à casa de sua mãe. Para Roszia e Maxon (2019), o sentimento de rejeição é comumente experimentado, enquanto filhos adotados se esforçam para entender porque foram renunciados. Segundo os autores, a rejeição é a percepção da perda de aceitação social, inclusão grupal ou um senso de pertencimento. Adicionalmente, o pensamento autocentrado das crianças predispõe a sentimentos de vergonha e culpa, considerados sentimentos sociais e experimentados pelas crianças em certas situações, por exemplo, quando sabem que seus irmãos foram mantidos pela sua família de origem, e esses sentimentos impactam nas crenças centrais sobre si mesmo. O sentimento de culpa também surge quando as crianças percebem que suas curiosidades e dúvidas sobre sua família de origem provocam perturbações em sua família adotiva. Para Levinzon (2020) o sentimento de rejeição é inevitável na adoção mesmo que nem sempre ele seja aparente, podendo ser algumas vezes explícito e chamativo ou outras vezes, calado, escondido.

Para P1, o sofrimento do filho desperta-lhe um conflituoso sentimento de culpa, “agridoce”, como se a realização do desejo de ser pai estivesse destruindo uma família, dado que remete ao postulado de Levinzon (2009) sobre a fantasia de roubo que pode acometer os pais adotivos, capturados pelas ambiguidades e ambivalências da adoção, uma vez que realizar o sonho de ter uma família implica necessariamente na descontinuidade de outra. Adicionalmente, Levinzon (2020) sublinha nesse processo o quão difícil é para os pais acolher uma dor pela qual não são responsáveis. Roszia e Maxon (2019) acrescentam ser relevante que os pais reconheçam que, apesar dos esforços em fornecer um lar à criança adotada, ainda é preciso reconhecer que ela tem motivos para lamentar, pois é preciso tempo para elaborar a perda de referenciais de vida, mesmo que esse universo tenha sido conturbado e perigoso (Tinoco, 2005; citado por Silva, 2014). Os pais adotivos podem, inadvertidamente, bloquear as expressões de perda e luto do filho porque podem experienciá-las como uma rejeição a si mesmos, sendo então necessário que desenvolvam um novo olhar para os comportamentos da criança

ou adolescente, reconhecendo-os como um sinal de valiosa comunicação e confiança, e para moldar a compaixão e aceitação (Childwellfare, 2019).

M9 acolheu as dúvidas e sentimentos da filha sobre a ruptura com a sua mãe de origem, valorizando os aspectos construtivos da mãe biológica na vida pregressa da criança e estabelecendo com aquela um vínculo de gratidão. M9 pôde perceber o alívio na mudança de atitude de sua filha. Esse dado reforça as pontuações de Levinzon (2020), que ressalta ser essencial passar à criança uma imagem que não desvalorize a mãe biológica, pois do contrário, isso repercutirá na auto imagem da filha, por meio do processo de identificação.

M6 percebeu ligações entre as inquietações, alterações de sono e comportamento opositor do filho, e a mudança brusca de ambiente que a adoção promoveu em sua vida. Essa percepção ilustra os ensinamentos oriundos da experiência clínica de Roszia e Maxon (2019), segundo os quais, as crianças respondem à perda e ao luto de forma diferente de um adulto, e comunicam a sua aflição por meio de sua fisiologia e comportamentos. Devido ao seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo, muitas crianças ainda não desenvolveram as habilidades de verbalizar seus sentimentos, e os pais podem presenciar comportamentos de atuação, enquanto seus filhos descarregam seu estresse, luto e dor. Os pais se deparam com a tarefa de decodificar os comportamentos de seus filhos e de sintonizar com o seu estado emocional interno.

M6 deu sentido ao comportamento opositor do filho, validou seus sentimentos e o ajudou na elaboração do luto, acompanhando-o no enfrentamento da dor do reconhecimento da separação da família de origem. No caso particular de M6, o reencontro do filho com a sua família de origem foi vivido como um ritual de despedida, marcando o fechamento de um ciclo em sua vida e a abertura de um novo. Vale notar que o processo de luto embora seja universal depende de muitos fatores como personalidade, gênero, cultura, crenças religiosas e espirituais, estilos de enfrentamento, experiências de vida, a natureza da perda e a idade em que ocorreu. Não é algo que simplesmente se supera, tratando-se de

aceitação, adaptação e resistência, algo que transforma o sujeito (Roszia & Maxon, 2019).

Embora a literatura reconheça que crianças adotadas bebês tenham mais facilidade de construir novos vínculos e que questões relativas à perda e luto sejam minimizadas na sua adaptação à nova família, M1 identifica repercussões de experiências intrauterinas nas reações emocionais da filha em interação com seus pares.

Essa coisa de amizade pra ela é muito sério, o afeto é muito sério. Ela até usa floral . . . eu acredito, né... . . . pra, justamente, essa parte do abandono . . . desse sentimento de não ter o outro, entendeu? Porque ela passou isso intrauterinamente. . . . Então uso floral, é homeopatia, é conversar das coisas, ela faz dança, faz as coisas pra tentar, assim, eu não vou apagar isso, eu acho. Mas ela aprendendo a lidar com isso, eu já fico feliz entendeu? M1

M1, atenta à expressão de alívio da filha em interações com outras crianças, percebe a sensibilidade da criança a sinais de rejeição e exclusão, que associa à revivescência de fatos de seu passado, possivelmente registrados em sua memória sensorial. Essa percepção ratifica resultados de estudos que postulam que recém-nascidos são orientados por um ambiente sensorial e que os bebês se apegam por meio de seus sentidos (Chamberlain, 2013), o que difere do senso comum de muitos adotantes que descartam ou consideram menos importante a perda dos pais biológicos sentida pela criança adotada bebê. Nos últimos três meses antes do nascimento o bebê se acostumou a certos sons, vozes particulares, ritmos circadianos de dia e noite, e à conexão com sua mãe, quando ela responde a seu movimento; e é impactado hormonalmente e quimicamente pelos humores e emoções da mãe.

O conjunto dos resultados corrobora a literatura sobre adoção monoparental na medida em que aponta a boa disponibilidade e dedicação de pessoas solteiras para as demandas da criança, a relevância do papel da rede de apoio na construção da parentalidade adotiva (Silva et al., 2017), assim como também a competência dessas famílias no que diz respeito às atividades parentais relacionadas aos cuidados com os filhos, incluindo o emocional (Biasutti, 2021). Por outro lado, os resultados ilustram, mais especificamente, os esforços dos pais em acolher as

dúvidas, sentimentos e dores dos filhos, relativos às perdas relacionadas à sua família de origem, tema pouco relatado em pesquisas. Neste ponto, refletimos sobre pessoas que tiveram em sua trajetória de vida de lidar com perdas e lutos, como o da falta de um parceiro com quem compartilhar a parentalidade, por exemplo, além dos impedimentos biológicos relativos à idade ou ainda tratamentos de infertilidade malsucedidos, características próprias da monoparentalidade, o quanto elas estariam mais suscetíveis a reconhecer comportamentos e sentimentos relativos a perdas e luto dos filhos adotivos.

O presente estudo enfatizou experiências de famílias de pais e mães solo que colocaram em relevo questões de importância para a adoção em geral: a promoção de um ambiente que permita identificar ambiguidades e conviver com as ambivalências inerentes à adoção, tornando possível lidar com sentimentos conflituosos e, conforme Silva (2014), em uma combinação de tristeza do passado e permissão de seguir em frente com novos relacionamentos, interesses e oportunidades. Como enfatiza a autora, na adoção, é importante reconhecer o que foi perdido, enlutar-se ao longo do caminho, honrar o que ainda existe daquela pessoa, conviver com a ansiedade do não fechamento e a oportunidade de seguir adiante, compreendendo que a perda é apenas parte da sua história. Nesse processo, como nas famílias estudadas, cabe aos pais ajudar os filhos na expressão do luto, ouvir, observar e oferecer conforto e esperança (Roszia e Maxon, 2019).

Considerações finais

No grupo pesquisado, destacou-se a disponibilidade emocional de mães ou pais para trazer à entrevista aspectos dolorosos nas interações com os filhos, e seus impactos na construção da parentalidade adotiva. Observou-se a relevância do reconhecimento pelos pais das implicações psicológicas das experiências pregressas dos filhos em seus comportamentos, o reconhecimento dos seus sentimentos, e também dos próprios sentimentos parentais oriundos dessas interações.

Verificou-se, nas primeiras interações com os filhos, o desejo de parentalidade desafiado pela projeção de sentimentos de raiva, rejeição e

abandono das crianças maiores, especialmente sobre as mães adotivas, possivelmente oriundos dos registros psíquicos das experiências anteriores vividas com sua família biológica. Constatou-se a importância de os pais poderem enfrentar rejeições, ambiguidades e inseguranças e sustentar novas identificações. A experiência distinta entre a monoparentalidade feminina e a masculina permitiu focalizar como pais e mães vivenciaram de forma divergente as primeiras convivências com os filhos, trazendo à discussão questões de gênero, como na hipervalorização da maternidade em detrimento da paternidade, em uma sociedade em que o bem estar infantil está centrado na mulher, apontando para a necessidade de que os pais também possam receber tempo e atenção que reflitam o seu valor na vida de uma criança. Atualmente, vale notar alguns avanços a nível legislativo e judiciário com projetos em tramitação que preconizam benefícios a pais e mães, biológicos ou adotivos, independentemente de orientação de gênero, como, por exemplo, a licença parental em substituição às anteriores licenças maternidade e paternidade, contribuindo para uma maior equanimidade entre homens e mulheres nos cuidados com seus filhos.

A construção da parentalidade dos adotantes monoparentais se caracterizou predominantemente pela disposição em olhar para além das aparências o comportamento inquieto e desafiador dos filhos, reconhecendo suas aflições em relação aos sentimentos de perda, rejeição e luto referentes à família de origem. Esses comportamentos dos filhos desafiaram a capacidade de mães e pais de enfrentar o próprio medo de rejeição e de lidar com a dificuldade de nomear sentimentos em decorrência das ambiguidades e ambivalências próprias da adoção. Destacou-se a postura ativa em lidar com o luto do filho de diferentes maneiras, trazendo fatos novos, elucidando fatos passados, e construindo rituais de despedida. Da mesma forma, o investimento em um ambiente que assegure ao filho, de forma continuada, a aceitação e o senso de pertencimento.

Temas dolorosos como perda, rejeição e luto são pouco discutidos na literatura em geral. O luto na adoção que tem sido explorado na literatura refere-se predominantemente ao luto dos pais adotivos relativo ao filho biológico, sem aprofundar o papel dos pais no reconhecimento do luto do filho adotivo. Os temas trazidos pelos participantes à entrevista e a expressividade de suas falas nos leva a

refletir sobre o quanto pessoas que tiveram, em sua trajetória de vida, de lidar com perdas e lutos, tal como na monoparentalidade se apresentam, por exemplo, a falta de um parceiro com quem compartilhar a parentalidade, os impedimentos biológicos relativos à idade ou tratamentos de infertilidade malsucedidos, o quanto elas estariam mais suscetíveis a reconhecer comportamentos e sentimentos relativos a perdas e luto de seus filhos adotivos. Além disso, a monoparentalidade traz em sua história o enfrentamento do preconceito, que marca esse grupo como uma categoria tão preterida quanto aquela das crianças abrigadas, o que promove fortes identificações entre pais/mães e seus filhos.

Consideramos essas contribuições das famílias monoparentais, com adoções já estabelecidas há vários anos, importantes para a adoção em geral, uma vez que muitas devoluções, independentemente da configuração familiar, são justificadas pelos pais adotivos culpabilizando os comportamentos das crianças adotadas. Um maior aprofundamento sobre esses temas, difíceis de ser abordados pela sua carga emocional e ambiguidades envolvidas, pode contribuir para a efetividade das adoções, como também para a promoção de saúde emocional da família e de seus membros, e para o trabalho de cuidadores e terapeutas.

Transmissão psíquica: construção da parentalidade em famílias monoparentais adotivas

Psychic transmission: construction of parenthood in adoptive single-parent families

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar a transmissão intergeracional na construção da parentalidade em famílias adotivas monoparentais. Foram entrevistados nove mulheres e três homens com idades entre 38 e 61 anos dos extratos socioeconômicos médios de quatro cidades brasileiras que adotaram crianças há mais de dois anos. Os resultados foram analisados segundo o método de análise de conteúdo. Emergiram nove categorias de análise e, tendo em vista o objetivo deste estudo, serão apresentadas duas delas: *articulação de duas histórias* e *questões inter-raciais*. Constatou-se que a transmissão é marcada por rupturas em relação ao modelo tradicional de família e os processos identificatórios ganharam intensidade, como na articulação da história pessoal com a história da criança como meio para que ela elabore sua história adotiva. As adoções inter-raciais promoveram a mudança de atitude dos pais em relação a valores da família de origem e à forma de perceber e reagir ao racismo. Concluiu-se que o trabalho psíquico da transmissão foi marcado por processos identificatórios intensificados sem a influência da parentalidade de um parceiro; as diferenças raciais ganharam nitidez e, na ausência de uma segunda genealogia, tornaram o processo de construção de uma identidade racial positiva para os filhos mais complexo, destacando-se assim o papel da rede de laços da família.

Palavras-chave: famílias adotivas monoparentais, transmissão intergeracional, inter-racialidade.

Abstract

This study aimed to investigate generational transmission in the construction of parenthood in single-parent adoptive families. Nine women and three men aged between 38 and 61 years old from the middle socioeconomic strata of four Brazilian cities that adopted children more than two years ago, were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method. Nine categories of analysis emerged and, given the objective of this study, two of them will be presented: *articulation of two stories* and *interracial issues*. It was found that the transmission is marked by ruptures in relation to the traditional family model and the identification processes gained intensity, such as in the articulation of personal history with the child's history as a means for them to elaborate their adoptive history. It was observed that non-blood ties are valued and that the experience of racial alterity promotes a change in parents' attitudes towards the values of the family of origin and the way they perceive and react to racism. Interracial adoptions promoted a change in parents' attitudes towards the values of the family of origin and the way they perceive and react to racism. It was concluded that the psychic work of transmission was marked by intensified identification processes without the influence of a partner's parenting; racial differences gained clarity and, in the absence of a second genealogy, made the process of building a positive racial identity for children more complex, thus highlighting the role of the family's network of ties.

Keywords: single-parent adoptive families, intergenerational transmission, interraciality.

Este estudo se desenvolveu em continuidade a uma pesquisa anterior sobre monoparentalidade, que abriu um campo de investigação específico, o das famílias monoparentais adotivas, realidade oficializada no Brasil com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O presente trabalho vai abordar a adoção que se realiza por meio do Cadastro Nacional de Adoção, conferindo visibilidade à realidade de crianças abrigadas. Segundo os relatórios estatísticos nacionais do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, no painel de

acompanhamento diário, existem em 17 de junho de 2023, 32.137 crianças acolhidas no Brasil e 4.392 disponíveis à adoção (Conselho Nacional de Justiça, 2023). Do total dos pretendentes, 9% são pessoas sem cônjuge.

A parentalidade é um conceito complexo, que se instaura em ação e que implica em níveis conscientes e inconscientes do funcionamento psíquico, uma vez que envolve aspectos tanto de construção como de transmissão intergeracional, baseados em padrões oriundos das experiências com os próprios pais (Solis-Ponton, 2004). Mata e Scorsolini-Comin (2022) frisam a importância da transmissão psíquica no modo como as famílias se organizam e se recriam ao longo das gerações por meio de dinâmicas centradas na conjugalidade e parentalidade, sendo esse um ponto em comum nas abordagens sejam sistêmicas ou psicodinâmicas. Além disso, os estudos sobre transmissão que explorem e investiguem a transmissão no domínio da adoção, considerando os impactos que ela tem na construção das novas configurações familiares ainda se encontram em estágio exploratório.

A transmissão psíquica é colocada em questão pela Psicanálise e, nas últimas décadas, tem sido alvo de mais aprofundadas investigações por terapeutas de família que procuraram identificar as transmissões, as heranças, aceitas ou rejeitadas. Para Inglez-Mazzarella (2020), o estudo da transmissão psíquica coloca em foco a importância da dimensão intersubjetiva, da presença e da ausência do outro e de suas qualidades na constituição do sujeito, e a história e pré-história de cada pessoa em seu processo de singularização. Conforme Trachtenberg (2021), a transmissão intergeracional refere-se a um trabalho psíquico de elaboração pertinente ao sujeito e ao grupo, que favorece as transformações e conduz a uma diferenciação, a uma evolução entre o que é transmitido e o que é herdado. O sujeito não é apenas herdeiro, servidor e beneficiário, mas, principalmente, aquele que introduz a transformação naquilo que recebe dos pais. Por meio desse trabalho o sujeito torna-se um elo em uma cadeia geracional e num grupo. Trachtenberg cita Kaës (1996), um dos autores seminais do conceito, para destacar que a transmissão psíquica intergeracional conduz uma herança que é constituída por fantasias, imagos, e identificações, por exemplo, e organiza uma

história familiar, um relato mítico, do qual cada sujeito pode tomar os elementos necessários para a constituição da sua história individual.

Para os postulantes à adoção, Le Run (2017) aponta que o desejo de transmitir consta como a principal motivação para ter uma criança, entre outros critérios como amar, proteger e dar uma família a uma criança que não a tem. Entre os conteúdos da transmissão é relatado o desejo de transmitir seus valores, o que a vida lhes ensinou, ou dar o que receberam; ou ainda oferecer aos filhos as ferramentas para se sair bem na vida. Assim, eles colocam espontaneamente a transmissão sob o signo do dom e da dívida.

Le Run (2017) sinaliza que as novas configurações familiares como as famílias monoparentais, homoparentais e adotivas abalam os contornos tradicionais da família ao colocarem em foco questões da transmissão, ressaltando que nas famílias adotivas é forçado constatar que a questão da transmissão está no primeiro plano. Primeiro, porque ela se encontra interrompida inicialmente dos dois lados: pela perda dos pais de nascimento, e pela impossibilidade de ter filhos, sendo frequente a situação de mulheres solteiras cujo percurso sentimental particular não conduziu a engravidar de um companheiro. A linhagem se encontra interrompida e a possibilidade de dar a vida, reembolsando a dívida simbólica contraída no nascimento, encontra-se travada. Essa questão do dom e da dívida é crucial na adoção, pois aquele que doou a vida não é aquele com o qual se vive e que é reconhecido pela sociedade. A relação com os pais biológicos é complexa porque matizada desta dívida, ligada ao fato de que os pais adotivos devem à criança a sua renúncia. O contrato narcísico é marcado pela história adotiva na qual a dimensão da reparação é particularmente forte, com o risco de que a criança venha a alimentar o mito da criança “salvadora-salva” (Veuillet-Combier, 2002). No plano consciente, a maior parte dos pais compreendem os riscos e o peso que eles farão a criança carregar, se eles a designassem para essa função, mas o inconsciente não pode ser controlado. O autor explora ainda os vetores da transmissão colocando em primeiro plano a identificação em suas diferentes configurações, quer se trate da imitação, da introjeção ou da identificação projetiva. Adicionalmente, a transmissão passa pelas narrativas consagradas pelo

transmissor, assim como também repousa em atitudes, reações, encorajamentos e desencorajamentos, em todo um tecido não verbal.

Marcelli (2017) descreve as diversas formas de transmissão: a transmissão consciente voluntária, que concerne ao eu; a transmissão silenciosa involuntária, referente ao supereu e ao ideal do eu; e a transmissão inconsciente traumática, aquela dos fantasmas, dos segredos, dos enigmas atrativos. Esta última, tanto mais se desenvolverá quanto mais as outras forem negligenciadas. Inglez-Mazzarella (2020) esclarece que naquilo que passa de geração em geração há mensagens estruturantes como o supereu e o ideal do eu, mas também mensagens em busca de sentido não realizado; e ainda outras alienantes, que seguem enigmáticas e incompreensíveis para a criança, que se torna delas depositária e herdeira forçada. Desta forma, ao menos parte da própria subjetividade é comprometida, pois abriga em si o impensável, o irrepresentável, próprio da transgeracionalidade, caracterizada pela não ocorrência de modificações do transmitido que possibilitem a integração psíquica do sujeito.

Eiguer (2017) destaca os aspectos intergeracionais da transmissão na evolução da família e aponta que a adoção se conclui graças à integração da criança na genealogia. O autor sublinha as dificuldades desse processo, considerando o lugar de cada um dos pais em suas hesitações em integrar a genealogia do outro, e a se posicionar em relação à inscrição da criança em uma linha genealógica. Ou ainda, a questão da herança da criança adotada. Segundo o autor, alguns pais não se autorizam a falar de suas histórias por medo de ventilar segredos vergonhosos, e por estarem em litígio com suas origens, seu funcionamento psíquico não lhes permite sair de um imediatismo empobrecedor. Outros pais procuram falar predominantemente da cultura de origem da criança, e a criança sofre da falta de determinação dos pais adotivos de inscrevê-la nas suas linhagens, significando para ela que a sua adoção é pouco ou não assumida. Algumas crianças demandam saber porque foram abandonadas; outras, porque foram adotadas. Adotar supõe superar a rejeição desse pequeno estrangeiro, e sua heterogeneidade incita cada um a admitir sua própria estranheza inconsciente e assumir suas próprias raízes familiares, mesmo se elas não lhe convêm em todos os pontos.

Golse (2017), apoiado nas concepções mais recentes de relação em que se destaca a dimensão da intersubjetividade, propõe para gerações em contato direto - pais e filhos - uma transmissão que pode ser de duplo sentido, que passaria principalmente pelas vias da comunicação não-verbal ou pré-verbal, analógica. Ou seja, se por um lado, o passado dos pais organiza em parte o presente do seu filho, por outro, o presente da criança ou adolescente reorganiza os traços mnêmicos que seus pais têm de seu próprio passado, havendo assim, um efeito ascendente do presente da criança sobre seus cuidadores. O nosso presente nos permite assim reler e reconstruir nossa narrativa do passado que, uma vez remanejado terá então um novo impacto sobre o nosso presente, e assim por diante.

Para Benghozi (2010), a adoção põe em jogo um duplo reconhecimento, por ser um vínculo duplo afiliativo e filiativo. A criança deve administrar dois níveis genealógicos de pertencimento: sua inscrição afiliativa como filho nas famílias de origem de seus pais adotivos e também nas duas famílias de origem de seus pais biológicos. Isso pode ser fonte de conflito se uma das famílias levanta a questão da exclusão da outra, mas pode ser uma fonte de enriquecimento excepcional na construção de uma identidade mestiçada pela complexidade dessa rede de vínculos filiativa e afiliativa. A peculiaridade da transmissão na parentalidade adotiva, conforme ressalta Machado, Dantas, Mello e Monteiro (2019), consiste em que os pais, para inserirem o filho em sua cultura e genealogia, precisam assumir os efeitos de uma história da qual não participaram. Assim, pertence à parentalidade oferecer sentido e articular a história pré-adotiva do filho à sua própria cultura familiar.

Nessa articulação, gostaríamos de destacar que as diferentes heranças biológicas ganham visibilidade nas adoções inter-raciais, frequentes nas adoções de crianças abrigadas. Segundo Grotevant (1997, citado por Roszia & Maxon, 2019), o processo identitário torna-se cada vez mais complexo quando camadas de diferenças são adicionadas a uma família, tal como na adoção, na adoção interracial e intercultural, por exemplo. Conforme Brun (2023), famílias adotivas, tais como famílias de casais mistos racialmente, usualmente envolvem pais brancos criando crianças não brancas. Esses dois tipos de família podem promover insights valiosos sobre fronteiras raciais e como elas são negociadas em

nível microsociológico. Entretanto, enquanto a conjugalidade representa o momento de entrada em uma parentalidade racialmente mista e pode constituir um momento de tomada de consciência, a experiência da parentalidade parece constituir um momento de ruptura que é ainda mais radical. Isto pode ser devido à densidade e intensidade dos laços entre pais e filhos, e a forte identificação em que eles implicam pode ser muito maior que aquela entre cônjuges.

Os resultados de Brun (2023) demonstram que a parentalidade envolve um processo (re)socializante e, no caso da parentalidade que atravessa as linhas raciais, tal (re)socialização pode envolver a ruptura ou reconsideração de certos elementos da socialização racial branca previamente internalizada pelos pais. A autora ressalta que essa perturbação pode resultar do distanciamento do que tem sido descrito como branquitude hegemônica (Lewis, 2004; Hughey, 2010), que ela prefere denominar de experiência de branquitude parcialmente marginal. A autora descreve que, como a branquitude é caracterizada por sua invisibilidade, não sendo objeto de discussão, pais brancos de crianças não brancas ocupam um lugar singular e uma posição heurística. Eles vivenciam uma branquitude atípica, pois uma vez que a norma intrafamiliar de homogeneidade racial é rompida, eles experimentam uma alteridade racial de maneira muito íntima, inacessível para a maioria das pessoas brancas. Nesse processo, a autora ressalta o poder da dimensão afetiva que é densa e intensa na relação parento-filial. A autora aponta a mudança de atitude dos pais, que pode ser se referente à percepção do racismo, à maneira de reagir a ele, ou até mesmo, em alguns casos, à maneira de ver a si mesmos. Nesse contexto, resgata o pensamento de Haslanger (2005), que compreende esse processo como sendo resultado da mudança na visão do racismo como algo ofensivo e moralmente questionável, para uma visão do racismo experimentado como “dano pessoal”, pois atinge os mais íntimos e amados. A autora investiga os diferentes modos em que a branquitude na adoção é inusualmente tornada visível, como também questionada, remodelada e parcialmente rompida, considerando o poder socializante da mistura racial. Os pais são vistos não apenas como agentes socializantes, mas também indivíduos (re)socializados, indicando assim a parentalidade como um lugar de socialização racial.

A influência de fatores sociohistóricos sobre a construção da parentalidade nas famílias contemporâneas tem sido apontada por diferentes autores (Mata & Scorsolini-Comin, 2022; Passos, Cavallari & Gomes, 2018). No que tange às pesquisas longitudinais, Kerr e Capaldi (2019) ressaltam essa interferência na transmissão intergeracional. Alguns exemplos são a entrada das mães no mercado de trabalho e variações econômicas sejam regionais ou mais amplas e seus desdobramentos. Atualmente é considerada a influência da exposição das crianças às mídias sociais e meios de comunicação eletrônicos. Os autores exploram os vários fundamentos teóricos que estudam a transmissão intergeracional da parentalidade, e sintetizam suas questões centrais: a maior delas é saber quais as similaridades nos comportamentos parentais, e por meio de que processos ou mecanismos a parentalidade é transmitida. Outro foco considera os fatores moderadores, que fortalecem, anulam, ou revertem associações entre a parentalidade exercida em gerações adjacentes. A identificação desses fatores é relevante por apresentarem implicações para a promoção de saúde, sustentando a parentalidade positiva, e para a prevenção, interrompendo a parentalidade negativa. Entre os fatores moderadores encontram-se os comportamentos e qualidades do cônjuge; a idade da segunda geração de pais; crenças, enfrentamentos e autocontrole; as histórias da infância dos pais e os grupos étnicos. Quanto a este último, a homogeneidade cultural é apontada como uma limitação importante de vários exemplos de estudos de intergeracionalidade. Finalmente, é apontada a questão de identificar em que medida as experiências nas famílias de origem e de procriação, influenciam a parentalidade dos pais.

Mata e Scorsolini-Comin (2022) enfatizam que a despeito das transformações sociais das últimas décadas que repercutiram sobre o modelo hegemônico de família desde o século XIX, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o advento do divórcio, o controle da fecundidade e a visibilidade da homossexualidade, a instituição família continua sendo reconhecida na sociedade contemporânea como a mais natural de todas as instituições. A partir das considerações expostas, desenvolvemos um estudo com o objetivo de investigar a transmissão geracional em famílias adotivas monoparentais.

Método

Participantes

Participaram do estudo 12 sujeitos – nove mulheres e três homens – com idades entre 38 e 61 anos, oriundos das camadas socioeconômicas médias, nove residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, e três em outras cidades do Brasil: Campinas-SP, Santos-SP e Gravataí-RS. Todos com escolaridade superior e com processo de adoção concluído por meio das respectivas Varas da Infância e Juventude. Foram critérios de inclusão que os filhos tivessem no momento da entrevista idades entre dois e 18 anos, e sido adotados há pelo menos dois anos. Foram critérios de exclusão famílias com filhos biológicos e adoções na mesma família. Foram 13 crianças adotadas, seis com mais de oito anos e seis com saúde vulnerável – dois bebês soropositivos. Foram nove adoções inter-raciais, tratando-se de dois pais brancos e sete mães brancas que adotaram crianças negras ou pardas. A tabela 1 contém os dados biosociodemográficos dos participantes.

Tabela 1

Dados biosociodemográficos dos participantes

Participante Cidade	Idade	Profissão	Sexo/Idade da criança	Idade na adoção	Características da criança/adoção
M1- Rio de Janeiro	58	Professora e Fonoaudióloga	Fa 6 a	3 d	Inter-racial
P1- Gravataí –RS	40	Assistente social	Fo 15 a	9 a	Inter-racial
M2- Rio de Janeiro	58	Advogada	Fa 13 a	1 a e 9 m	Inter-racial
P2- Rio de Janeiro	61	Engenheiro aposentado	Fo 14 a	9 a	Inter-racial três devoluções
M3 Campinas-SP	43	Desempregada Form. Jornalismo	Fo 13 a e 6 m	1a e 4 m	Soropositivo Inter-racial
P3- Rio de Janeiro	38	Farmacêutico e Veterinário	Fo 17 a	11 a	Doença renal crônica
M4- Rio de Janeiro	41	Pedagoga	Fa 17a Fa 15a	10 a 11 ^a	Dermatomiosite -
M5- Rio de Janeiro	61	Bióloga	Fo 9 a	4 m	Bronquiolite Inter-racial
M6- Rio de Janeiro	61	Aposentada – Form.Administração	Fo 14 a	8 a e 8m	-
M7 - Rio de Janeiro	57	Bióloga	Fa 4 a	1m 17 d	Hemorragia cerebral, Inter-racial
M8- Santos-SP	50	Professora particular	Fo 12 a	2 m	Soropositivo Inter-racial
M9- Rio de Janeiro	43	Consultora de beleza	Fa 12 a	2 a e 6 m	Inter-racial

M = mãe, P = pai, Fa = filha, Fo = filho

Instrumentos e procedimentos

Como instrumentos de investigação foram utilizadas fichas biosociodemográficas e entrevistas gravadas por meio da plataforma Zoom que foram transcritas posteriormente na íntegra. O roteiro semiestruturado das entrevistas foi formulado a partir da revisão da literatura.

Um participante foi indicado da rede de relacionamento do pesquisador, três vieram de pesquisa anterior e foram reentrevistados para a finalidade desta pesquisa. Um deles indicou profissional do Direito que trabalha no campo da adoção, que indicou outros participantes e outro profissional (coordenador de GAA), que participou dos processos de alguns entrevistados. O contato inicial

para a marcação da entrevista foi feito via Whatsapp. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma Zoom em data e hora determinados pelos participantes e tiveram duração média de uma hora. Durante a entrevista, a ordem de abordagem dos temas foi determinada pela fala do entrevistado. Quando os sujeitos não abordaram espontaneamente alguns temas contemplados no roteiro, coube à entrevistadora formular as perguntas correspondentes.

Cuidados Éticos

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 79/2021). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados colhidos em ensino, pesquisa e publicação, sendo a identidade dos participantes e das pessoas e instituições mencionadas devidamente preservada.

Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo com a finalidade de investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 1977/2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir do critério de repetição e relevância. Para tanto, procedeu-se uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os até se destacarem as categorias de análise.

Resultados e Discussão

Das falas dos entrevistados emergiram várias categorias de análise. Para atingir os objetivos deste trabalho serão analisadas as categorias: *articulação de duas histórias* e *questões inter-raciais*.

Articulação de duas histórias

No grupo estudado, a construção da família adotiva monoparental está alicerçada em uma forma peculiar de transmissão da herança genealógica pois, na medida em que esta é individual, não passa pelas trocas com o cônjuge. Assim,

aquilo que os pais (pai ou mãe) transmitem aos filhos é marcado exclusivamente pela história das próprias experiências de cada um(a) nos relacionamentos com os pais, o que se atualiza com intensidade nas vivências com os filhos.

Eu quero transformar numa coisa que foi boa, que o meu padrasto me passou . . . que tenha mais passeios . . . mais banhos de rio . . . Ele falou assim ‘Você vai fazer Normal, porque se eu morrer de hoje pra amanhã, você já sai com uma profissão’, entendeu? Meu filho, se não quiser fazer uma faculdade, não vou forçar, faz um curso técnico e seja bom naquilo . . . que goste de fazer, entendeu?. . . Muitas vezes um PCD [pessoa com deficiência] tem uma limitação, não vou colocar ele pra batalhar junto com uma outra pessoa que não seja do nível dele. . . Ele percebe muito, o V. . . quando a pessoa não dá carinho, não dá atenção para ele. . . Então foi isso que afastou ele do avô paterno [pai biológico de P3]. Ele nem sente falta, não pergunta, não fala nada, porque ele não deu nem um pinga de carinho por ele, entendeu? P3

P3, que se sentiu “adotado” por seu padrasto, falecido, procura transmitir ao filho o que dele recebeu desde os três anos de idade. O distanciamento afetivo e atenção precária experienciados por P3 na relação com seu pai biológico, que nunca morou com sua mãe, são revividos no presente em suas percepções do relacionamento distante de seu filho com o avô. A percepção da distinção existente entre seu relacionamento com o pai biológico e aquele com o pai afetivo coloca em evidência a valorização dos laços não consanguíneos na transmissão da parentalidade, quando marcada por proximidade afetiva, educação e projeto de futuro. Desta forma, retomamos o pensamento de Le Run (2017) que destaca que as novas famílias promovem abalos nos contornos tradicionais de família, colocando em foco as rupturas na transmissão, como aquela dos laços biológicos. Em relação à herança da criança adotada, o autor prefere diferenciar o termo família de origem de família biológica ou de nascimento. A origem é mais complexa que o fato biológico, pois se funda também no projeto de filho, na criança desejada e fantasiada por seus pais adotivos, que se constrói nas sequências de suas histórias familiares, de seus romances familiares, de suas heranças respectivas, as quais lhe projetaram um lugar que remonta às gerações precedentes.

As próprias histórias também foram usadas como referência para transmitir aos filhos algo em comum com a filiação adotiva.

Olha, foi assim, bem positivo eu poder passar a minha experiência pra ela, até pra facilitar o entendimento dela sobre adoção, né. Pra mostrar que não é porque a mãe não quer, que a criança é colocada em adoção, ou é criada por outra pessoa, né. No caso eu tinha uma mãe, tinha um pai, o pai foi pra outro estado, a mãe ficou, mas não criou, né? E quem criou foi a avó e o avô. Então ela pôde ver isso. Então a adoção pra ela entrou, assim, muito bem desde sempre. M2

A minha mãe nunca falou nada, o meu pai já é falecido já há 27 anos, aí eu perguntei pras minhas tias, nunca ninguém quis, sabe, falar porque que eu fui adotada . . . Então eu não quero isso para ele. M3

Como vimos em Le Run (2017), as identificações são consideradas vias de transmissão em primeiro plano. M2 transmite à filha o que aprendeu a partir de sua própria experiência como filha não criada por seus pais biológicos. Assim, articula dados de sua história à da filha, auxiliando-a a desenvolver uma compreensão sobre a realidade de sua filiação, e a elaborar sua própria história singular. M3 reproduz em sua geração o padrão herdado de família adotiva e introduz transformações ao procurar dar ao filho o que não recebeu em sua condição de filha adotada, no que concerne a informações sobre sua história pré-adotiva. Assim, em consonância com os postulados teóricos mencionados (Trachtenberg, 2021; Inglez-Mazzarella, 2020), a herança recebida, rejeitada ou transformada é estruturante no processo de transmissão familiar em seu aspecto de apropriação por parte do sujeito, seja em termos de continuidade ou de ruptura. Observaram-se também identificações na articulação entre as heranças genéticas dos pais e a dos filhos.

E como ela é de descendência indígena por parte de vó, aí veio uns papos assim: ‘E se ela vier com aquele instinto...’ _ ‘Instinto guerreiro? Ah, então a mãe do meu pai também tem, então são dois guerreiros dentro de casa, tá tudo certo’. M1

E ele, por incrível que pareça, ele é a cara da família da minha mãe [adotiva]. Tipo, eu até brincava com o meu irmão [filho biológico de sua família adotiva], que se fosse fazer exame de DNA era capaz de ser dele, porque meu irmão era piloto de avião, vivia viajando por aí, né. . . . O J. parece ser filho do meu irmão. M3

M1 constrói identificações entre características étnicas ancestrais dela e de sua filha, em favor de um sentimento de pertencimento e de uma identidade familiar. Em M3, observa-se a transmissão não apenas do padrão de família com

adoção, mas também o fato de que aspectos físicos hereditários do filho são alvo de identificações em relação à família de seus pais adotivos, de modo a estabelecer elos de pertencimento por meio de semelhança física entre três gerações. Nas falas abaixo aparece como o passado ancestral é usado para orientar o futuro da família e da nova geração.

Ele sabe que pertence a essa família, e até, ele que vai carregar o nome do Magalhães [fictício], porque ele é o único menino que tem o nome de Magalhães no final. . . . ele que vai dar continuidade ao nosso sobrenome, entendeu? . . . Ele adora o nome dele! Quando ele era pequenininho ele ficava olhando no espelho e falava ‘Gabriel Magalhães’, sabe? Gosta. M5

O nome do meu pai vai estar na certidão dela como avô, então . . . eu tendo a cidadania, ela como filha vai ter. Então ela pode se quiser estudar em Portugal, entendeu? M1

M1 procura transmitir uma herança que liga o passado de seus ascendentes ao projeto de futuro para a filha, inscrevendo-a em uma genealogia. M5 inscreve o filho em uma linhagem que ele vai perpetuar por meio do sobrenome que recebe e valoriza. M9 acentua que tem um único irmão que não teve filhos; M3, que teve um único irmão, falecido, sem filhos; M7 planeja colocar a filha em uma escola judaica, inserindo-a em sua cultura familiar; P2 passa ao filho o valor da educação, tal como experimentou em sua família de origem. Tais resultados vão ao encontro do pensamento de Eiguer (2017), conforme o qual a adoção passa pela integração das linhagens e aquilo que elas veiculam, e adquire autenticidade não somente por meio de aspectos legais, sendo indispensável também um processo psíquico, como aquele da integração da criança em uma genealogia.

Em nosso estudo, as rupturas na transmissão são marcadas pelas especificidades trazidas pelas famílias monoparentais adotivas, referindo-se ao modelo biparental de família e à ruptura vivida pela criança com a sua família biológica. Por um lado, a transmissão não recebe a influência da parentalidade de um parceiro, mas por outro, não sofre as hesitações que ocorrem nas famílias com casais, quanto à inserção de cada um na genealogia do outro, o que repercute nos posicionamentos sobre a inscrição da criança na genealogia dos pais. Assim, os entrevistados falaram claramente sobre os conteúdos e os modos de transmissão em suas famílias, colocando em foco a intensidade dos processos

identificatórios. Retomando o pensamento de Le Run (2017), destacou-se também em nosso estudo a ruptura dos pais com a homogeneidade racial intrafamiliar, termo usado por Brun (2023), segundo a qual a heterogeneidade racial, em muitos casos, ganha visibilidade na adoção, como veremos a seguir.

Questões inter-raciais

A herança biológica da criança adotada torna o processo identitário mais complexo quando esta apresenta características físicas diferentes de sua família adotiva e de sua comunidade circundante. O grupo estudado apresenta entre seus componentes sete mães brancas e dois pais brancos que adotaram crianças negras ou pardas, destacando-se em seus relatos que a cor de pele da criança não constituiu obstáculo à formalização do perfil. As diferenças inter-raciais, comuns na maioria das adoções de crianças abrigadas, adquire visibilidade particular em famílias monoparentais, por disporem de uma única linha genealógica a proporcionar identificações. Emergiram das falas dos entrevistados questões inter-raciais na interação parento-filial, na interação com a geração anterior, e também com a sociedade. Em primeiro lugar, os adotados são aqueles da constelação adotiva que se deparam com as maiores tarefas enquanto formam sua identidade, conforme as falas abaixo:

‘Mãe, eu não quero ser muito preta.’ Imagina, uma criança de 3 anos! . . . Eu falei . . . ‘Você é morena’. . . _ ‘Não, eu queria ser branca’. . . _ ‘Não, mas cada um é do jeito que nasce, que a natureza manda. Olha, eu queria ser menos branca . . . tem gente que pega sol pra ficar mais morena.’ . . . Eu pedi pra babá falar com ela, porque . . . é o mesmo biotipo. . . . Aí ela falou . . . ‘Ah, porque eu não tenho cabelo comprido’ - porque as outras garotas, a maioria tem cabelo comprido nessa idade. . . . E eu entendo, ela fica triste porque eu tenho cabelo comprido até hoje . . . mas eu não me imagino cortando o cabelo Mas agora ela tá na escola pública, tem muito negro e mestiço, aí nunca mais ela falou do assunto, né. M7

Ela estava se sentindo um ETzinho: ‘Porque que eu tive duas mães? Porque que eu tive uma outra família? Porque que só eu, só eu, só eu?’ . . . E aí ali [grupo de apoio] ela descobriu que não é só ela, né . . . Pra ela foi importante . . . se ver nesse outro universo . . . onde existem . . . mães brancas com meninas negras, né. Pra ela isso era muito, né, e diferente. M9

Apesar do gênio, sabe se defender, importante porque não é branca. . . . Tanto que eu já na escola já marquei isso, porque eu acho que a gente tem

que . . . valorizar as origens, né? E . . . ela sozinha sempre se reconheceu dessa forma. Então na hora de . . . me desenhar e desenhar ela, ela sempre colocou a cor diferente, olha que loucura! . . . ‘Mãe, porque você aqui, você é branquinha, eu sou essa cor’. Aí eu ‘Isso aí!’ . . . Então eu valorizo muito isso, sabe?. . . Eu acho que cada um tem sua individualidade, a gente tem que respeitar, né. M2

Retomando o pensamento de Brun (2023), acrescentamos a partir de nosso estudo, que a visibilidade das diferenças biológicas em famílias inter-raciais por via da adoção de crianças abrigadas se sobressai particularmente em famílias monoparentais, uma vez que, pela ausência do cônjuge, dispõem de apenas uma linha genealógica a oferecer possibilidades de identificações para a criança, por meio de possíveis diversidades étnicas e raciais entre os ancestrais, o que torna o processo de constituição de uma identidade racial positiva mais complexo. Como visto em Roszia e Maxon (2019), quanto mais uma pessoa adotada difere em aparência de sua família e de sua comunidade circundante, maior o desafio de formar uma identidade étnica e racial positiva. Adotados podem experienciar existirem fora da norma e podem ser capazes de identificar um grupo específico ao qual possam juntar-se. Isso pode ser tanto uma experiência interna quanto externa, quando recebem mensagem de sua comunidade circundante mostrando que eles são diferentes. Esse fenômeno pode levá-los a procurar outros indivíduos marginalizados, que pareçam mais com eles, com o sentimento de não caber em lugar nenhum. Quando a criança adotada entende plenamente que ela é tanto a criança de seus pais adotivos quanto a de outro par de pais, ela pode aprender a sustentar ambos como verdadeiros. Sem uma conexão com os pais de nascimento, ela pode retirar-se em um mundo interno de fantasia para tentar entender quem são esses pais, porque fizeram o que fizeram e formar uma imagem mental com a qual possa se identificar. Como vimos em Benghozi (2010), o duplo reconhecimento que a adoção comporta, por ser um vínculo duplo afiliativo e filiativo, pode ser fator de enriquecimento na construção de uma identidade mestiçada, se uma família não excluir a outra.

Em M5, a troca do ambiente escolar de sua filha promove um processo de identificação entre pares, favorável à construção de um sentido positivo em relação às suas características físicas. Processo análogo acontece com M9, ao passar a frequentar com a filha um grupo com famílias interracialmente

semelhantes, corroborando o postulado de Roszia e Maxon (2019) que assinalam que não deve ser tarefa da criança ajustar-se a um ambiente que não a reflete. A tarefa dos pais é promover um ambiente em que a criança se sinta confortável e possa assimilar uma identidade cultural, racial, ou étnica positiva. Uma família adotiva identificada como branca que adiciona uma criança de cor, tem que mudar sua identidade de família branca para não branca, ou multirracial; e será vista como tal pela sociedade mais ampla realçando o pensamento de Eiguer (2019), segundo o qual a função de transmissão não tem nem agente nem executante, é a família e sua rede de laços que transmite.

A alteridade racial no seio da intimidade familiar, como experienciada por M2, promove por meio da dimensão afetiva a valorização das origens e das diferenças raciais. Assim, M2 transmite à filha uma visão positiva de suas origens étnicas. Questões interracialis também foram vividas pelos pais, referindo-se à transformação de valores transmitidos pela geração anterior.

Eu acho que tem a ver com a época, também, com a cultura. A minha adoção ela é interracial e eu venho de uma família que . . . reproduz comportamentos, né... e falas racistas, ainda. . . . Então hoje eu já não admito . . . e por mais que reproduzam, até de eu chegar na mesa e dizer . . . ‘Mãe, já percebeu que tu tá sentada na mesa que teu filho é gay e teu neto é negro?’. . . E eu acho que é mais isso, assim, esse . . . é um comportamento preconceituoso de uma época que quem viveu os anos 80, 90 sabe (Risos).
P1

P1 coloca em evidência as transformações em sua família adotiva, porque rompe com a hegemonia racial intrafamiliar. E também fala de suas reações atuais perante comportamentos na sua família de origem, marcados por preconceito relacionado à raça e gênero. Tal fala corrobora os achados de Brun (2023), que ressaltam como a ignorância racial da maioria dos pais é rompida por meio da adoção inter-racial. Essa ruptura resulta em mudanças nos modos de ver o mundo sob a perspectiva das relações raciais e do racismo, como também na maneira de se comportar frente ao racismo, como demonstra a experiência de M9:

Se eu conheço alguém . . . me apresento, apresento a A,. . . . Mas não falo ‘Adotei a A.’. Se me perguntam . . . quase sempre eu respondo, não tenho muito esse problema. Só quando eu vejo que vai ter um preconceito . . . ou se é alguém que . . . cruzou com a gente na rua, viu uma mãe branca, uma

menina negra e pergunta assim ‘Você pegou ela pra criar?’ Aí eu ignoro e falo assim: ‘Não, ela é minha filha’. M9

Os resultados acima sugerem, em conformidade com Brun (2023), que a relação parental por sua natureza e pela dimensão de identificação dos pais com seus filhos que lhe é inerente, opera como uma instância ressocializante que potencialmente desestabiliza prévias disposições raciais. A experiência de parentalidade interracial move os pais para longe das normas da branquitude hegemônica, em parte por mudar disposições raciais internalizadas previamente. Essa mudança é compreendida por meio da transformação da apreensão do racismo a partir de uma compreensão distante, para uma outra experiência, a de “dano pessoal”, uma vez que as pessoas amadas são diretamente afetadas. Assim, a experiência íntima de racismo vivida por meio da parentalidade interracial rompe a atitude passiva do silêncio branco (Underhill, 2018), que pode ter sido adotado frente a injustiças raciais anteriormente, e que se tornam intoleráveis, quando atingem a própria família. A mudança de atitude que a parentalidade interracial promove em relação aos valores da família de origem reforça os postulados de Golse (2017) sobre uma experiência ascendente de transmissão, segundo a qual o presente da criança transforma o modo dos pais verem seu passado, transformando assim o seu presente.

Para P1, os comportamentos de sua família de origem são influenciados por valores de uma época passada, indicando a percepção de aspectos sócio-históricos como fatores que afetam a transmissão intergeracional. A parentalidade por via da adoção, possibilitada também às pessoas sem cônjuge e a homossexuais, juntamente com a realidade social brasileira das crianças abrigadas, cuja maioria é composta por negros e pardos, promove uma abertura à aceitação do diferente, não apenas em relação ao modelo biparental de família, mas também às questões raciais e de gênero. Esse dado reforça os postulados de Kerr e Capaldi (2019), sobre resultados de pesquisas longitudinais, que apontam que aspectos sócio-históricos afetam a transmissão intergeracional. Embora nessas pesquisas o objeto de estudo tenha sido a forma de educar e de monitorar os filhos, observamos na fala de P1 a atuação de aspectos sociohistóricos como fatores moderadores da

transmissão, por abrirem a possibilidade de constituição de novas formas de parentalidade e de família como as monoparentais, homoparentais e multirraciais.

Destacamos o cenário das mais recentes mudanças sócio-históricas, que sublinham as colocações de Passos et al (2018), segundo os quais, no passado somente os casais heterossexuais buscavam a adoção, ainda que esse tipo de vinculação fosse visto como um desvio face à normalidade da filiação biológica. Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015), postulam que este novo paradigma nas relações de parentesco representa e constitui a aceitação social da legitimidade da filiação adotiva. Passos et al adicionam a esse cenário um movimento contemporâneo de valorizar as diferenças, as minorias e a busca pela igualdade. Assim, o novo padrão para a adoção promove a valorização das novas configurações familiares, cujo emblema é a filiação afetiva, que em nosso estudo foi marcada, majoritariamente, pela multirracialidade sob a ótica de famílias monoparentais que, na ausência de um cônjuge, dispõem de uma única genealogia a possibilitar identificações em nível das diferenças raciais, o que torna mais complexo o processo de construção de uma identidade racial positiva, colocando em relevo o valor da rede de laços da família.

Considerações finais

O estudo da transmissão intergeracional coloca em evidência a relevância dessa dinâmica psíquica na construção da parentalidade e na efetividade das adoções. Neste estudo, as especificidades das vivências da transmissão na adoção são abordadas sob a ótica das famílias monoparentais, as quais apresentaram adoções efetivadas há pelo menos quatro anos.

A transmissão apresentou-se marcada por rupturas não somente com o modelo biparental de família e com a história da família biológica da criança, como também com a homogeneidade racial intrafamiliar. Em primeiro lugar, observa-se que a história pessoal das relações com os pais ganha intensidade e são articuladas com a história da criança, não recebendo a influência da parentalidade de um parceiro. Assim, os processos identificatórios individuais aparecem em primeiro plano e aspectos da história dos relacionamentos com os pais são

articulados ao contexto da filiação adotiva da criança, como um modo de auxiliar o/a filho/a na elaboração de sua própria história adotiva.

A transmissão também surgiu por meio de um movimento na direção de construir elos entre a criança e as gerações precedentes, sem que haja as hesitações que são próprias das famílias com casais quanto à inserção de cada um na genealogia do outro, e quanto ao posicionamento relativo à inscrição do filho em uma delas. Nesse processo, observou-se a inscrição da criança na genealogia da mãe ou do pai, mediante aquilo que ela veicula, de forma a promover um sentimento de pertencimento, uma identidade familiar, a orientar o futuro do filho, ou ainda, a considerar a continuidade da família.

No que se refere à ruptura com a homogeneidade racial intrafamiliar, sete mães brancas e dois pais brancos adotaram crianças negras ou pardas, ocasionando repercussões nas interações parento-filiais, na relação com a família mais ampla ou com a sociedade. Se por um lado, a inscrição do filho em uma genealogia é facilitada nas famílias monoparentais, por outro, a existência de apenas uma linha genealógica a oferecer possibilidades de identificações confere maior visibilidade às diferenças inter-raciais na família, e torna o processo de construção de uma identidade racial positiva mais complexo. Nesse processo, verificou-se a importância da rede de laços da família, que propicia identificações entre pares e grupos familiares, em instituições como a escola e grupos de apoio à adoção, por exemplo.

A adoção inter-racial, tal como vivenciada no grupo pesquisado, proporcionou a experiência da alteridade racial na intimidade da familiar, promovendo mudanças de atitude dos pais em relação a valores da família de origem, como também produzindo transformações na percepção dos pais sobre o racismo e na maneira de reagir a ele. A transmissão apresentou-se marcada pela transformação dos valores recebidos, indicando a influência de fatores sociohistóricos, sob a tendência contemporânea de valorizar as diferenças, as minorias e a busca da igualdade. Isto se reflete na abertura da possibilidade de adoção para pessoas sem cônjuge, por exemplo, e promove o surgimento de novas formas de parentalidade e de famílias, como as monoparentais, homoparentais e

multirraciais. Os estudos sobre transmissão na adoção no contexto das novas famílias são ainda embrionários, como também a exploração das questões inter-raciais, sugerindo a importância da continuidade de desenvolvimento de pesquisas sobre esses temas.

Transmissão da história da criança adotada sob a ótica de famílias monoparentais

Single-parent adoptive families: transmission of the child's story

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar a transmissão geracional da história da criança adotada em famílias adotivas monoparentais. Foram entrevistados nove mulheres e três homens com idades entre 38 e 61 anos dos extratos socioeconômicos médios de quatro cidades brasileiras que adotaram crianças há mais de dois anos. Os resultados foram analisados segundo o método de análise de conteúdo. Emergiram nove categorias de análise e, considerando o objetivo deste estudo, serão discutidas duas delas: *narrativas da filiação adotiva* e *transmissão da história das origens*. Constatou-se que as crianças necessitam preencher as lacunas de sua biografia e conciliar sua história atual com as suas origens; os pais devem levar em conta a curiosidade da criança e sua capacidade de absorver informações; e a relevância da comunicação não verbal, especialmente com as crianças pequenas. Verificou-se a importância de os pais confiarem no vínculo estabelecido com os filhos, e de redefinirem verdades traumáticas em um trabalho psíquico conjunto. Observou-se a relevância da sensibilização da equipe técnica no que tange aos termos usados nos autos. Concluiu-se que a transmissão da história das origens da criança adotada é um fator fundamental para a sua constituição identitária como também para a consolidação da parentalidade adotiva.

Palavras-chave: famílias adotivas monoparentais, narrativas de transmissão, história das origens.

Abstract

This study aimed to investigate the generational transmission of child history in single-parent adoptive families. Nine women and three men aged between 38 and 61 years old from the middle socioeconomic strata of four Brazilian cities that adopted children more than two years ago were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method. Several categories of analysis emerged and, considering the objective of this study, two categories will be discussed: *narratives of adoptive affiliation* and *transmission of the history of origins*. It was found that children need to fill in the gaps in their biography and reconcile their current history with their origins; parents must take into account the child's curiosity and ability to absorb information; and the relevance of non-verbal communication, especially with young children. The importance of parents trusting the bond established with their children and redefining traumatic truths in joint psychic work were verified. The relevance of raising awareness among the technical team regarding the terms used in the case files, were observed. It was concluded that the transmission of the history of the adopted child's origins is a fundamental factor for their identity constitution as well as for the consolidation of adoptive parenthood.

Keywords: single-parent adoptive families, transmission narratives, history of origins.

O aspecto específico das histórias adotivas, além da perda dos pais originais, é a ruptura com uma parte da história pessoal. Isso está ligado não apenas à amnesia infantil e à limitação que o bebê e a criança pequena têm em relação à apreensão de seu ambiente global, como também ao fato de aqueles que a adotaram não terem vivido o período pré-adotivo e, frequentemente, não disporem mais do que poucos elementos a esse respeito (Le Run, 2017). Além disso, adoção tem sido o meio de realizar o desejo de ter filho para as novas configurações familiares como as famílias monoparentais por opção e as homoparentais, abalando assim os contornos tradicionais da família ao colocarem em foco, em diversos aspectos, questões da transmissão. A ruptura inicial da transmissão, herança mais ou menos pesada de uma história que se construiu

alhores, mas que os pais deverão aceitar e transmitir apesar de tudo, encontra-se entre os obstáculos específicos da adoção.

Do ponto de vista jurídico, o advento da Nova Lei da Adoção nº 12.010 (Brasil, 2009) assegurou ao adotado o direito de conhecer as suas origens. Pinho e Machado (2023) destacam a centralidade das origens na constituição psíquica do sujeito, o aumento do número de adotivos buscando informações sobre suas raízes, e a necessidade de mais pesquisas sobre a questão da busca pelas origens, que podem apresentar singularidades e viabilizar a apresentação de novas questões para análise e discussão.

Ladvocat (2020, 2021) explora as dificuldades dos pais em relação à história prévia dos filhos, o que propicia o surgimento de mitos e segredos. Há alguns anos atrás o segredo era visto como um modo lógico de proteger a criança contra o estigma e o preconceito da adoção. A revelação sobre a adoção costumava ser adiada para quando a criança tivesse a “idade para entender”. Hoje em dia, é bem divulgado e aceito entre os profissionais e a população em geral que não se deve omitir da criança o fato de que ela é adotada. Entretanto, as informações quanto à origem da criança permanecem relacionadas a uma série de crenças e segredos. Alguns pais preferem não conhecer a origem de seus filhos com medo de entrarem em contato com algo temido, devido a crenças sobre influências da hereditariedade, de modo que o histórico pré-adotivo faz parte do que preferem negar ou esquecer. Outros desejariam que as informações recebidas sobre a criança fossem breves e superficiais, por acreditarem que quanto menos soubessem menos história teria interferência na vida da criança e da família. Muitos temem perder o amor dos filhos para os pais biológicos. Para aqueles que compreendem a importância de criar uma atmosfera na qual a adoção seja discutida aberta e livremente, há ainda a insegurança sobre o que, quando e, principalmente, como contar. Há também o fato de que a criança pode ter sido adotada sem dados registrados sobre sua origem, e tais dados podem até mesmo não existir.

Le Run (2022) aborda as ambivalências da transmissão no que concerne à história da criança adotada, e procura compreender as contradições que são

vividas pelos protagonistas da adoção, tensionados entre querer saber ou fazer saber, e não querer saber nada ou não mais que certas verdades, aquelas aceitáveis para a psique. O autor reporta-se à psicanálise, segundo a qual o princípio do prazer governa a psique. As representações suscetíveis de desencadear angústia ou sofrimento serão descartadas segundo os mecanismos de defesa predominantes do sujeito.

Admitir as ambivalências da adoção se coloca diferentemente em se tratando de adoção precoce ou de crianças maiores (Le Run, 2022). Nesta última, a criança chega com uma vivência, uma história, uma memória. Muitas coisas serão esquecidas ou reprimidas. Outras são ainda bem presentes, que a criança pode ou não confiar a seus pais. A chegada da criança a seu novo meio demanda nos primeiros tempos uma adaptação considerável. Ela vai mobilizar suas defesas e procurar se conformar àquilo que pensa ser as expectativas dos novos pais. Muitas configuram um falso self adaptativo destinado a satisfazer o novo ambiente por temerem ser rejeitadas. A criação do vínculo vai depender da personalidade da criança, de seu modo de apego, mas também dos recursos afetivos e da empatia dos pais que a adotam; de suas disponibilidades e da lacuna entre o meio de onde veio a criança e aquele que a acolhe.

Quando a criança é adotada bebê, são os pais que lhe ensinam que ela é adotada. Essa informação, mesmo que necessária tem, no entanto, um efeito enigmático, vindo perturbar as representações que a criança faz do laço filiativo, uma vez que ela aprende que há um outro laço filiativo, anterior àquele que ela tem com seus pais atuais. Ela pode parecer aceitar esse fato superficialmente, mas levará mais ou menos tempo para “digerir” essa realidade e a medir o seu alcance.

Segundo Golse (2022), a informação da criança pequena sobre a sua adoção coloca frontalmente a questão do tipo de comunicação que é possível ter com ela. O autor distingue os dois grandes tipos de comunicação no que concerne ao desenvolvimento do bebê. Primeiro, a comunicação verbal, segundo as descobertas dos últimos vinte ou trinta anos, é constituída por frases e palavras arranjadas pela sintaxe, e que é denominada digital porque recortável, segmentada em pequenos pacotes de informação, dígitos, como palavras, sílabas, fonemas, etc.

Ela veicula, sobretudo, as ideias, os conceitos e pensamentos, particularmente aquele que serve de suporte ao pensamento racional ou lógico. Segundo, a comunicação pré-verbal ou pré-linguística, que a linguagem não substitui, é chamada por vezes de analógica. Ela veicula sobretudo os afetos, os sentimentos e as emoções, mais que as ideias, no sentido racional ou secundário do termo. Ela repousa sobre a linguagem do corpo e do ato, sobre os comportamentos, os gestos, as expressões faciais, os olhares, etc.

O autor acrescenta que existe também no seio da linguagem verbal, algo que poderíamos chamar de o não verbal do verbal, uma vez que há um lugar para o analógico, materializado pela prosódia, a velocidade, o timbre, a intensidade, as cesuras, as escanções. Assim, a maravilha e a força da linguagem residem no fato de que ela conjuga em si mesma uma parte digital e uma parte analógica. No que concerne à informação do bebê sobre a sua história precoce, Golse explora a importância da precisão musical da linguagem esclarecendo que, se se emprega com um bebê uma palavra que corresponde exatamente àquilo que se tem vontade de dizer, àquilo que se deseja profundamente lhe transmitir da nossa vivência emocional, então a música dessa palavra é tal que o bebê vai estar particularmente interessado e capturado por essa precisão da palavra, no sentido musical do termo. É essa a precisão, mais do que a dimensão simbólica da palavra, que será objeto de uma aprendizagem mais progressiva.

Essas considerações levam Golse (2022) a dar continuidade ao trabalho de Guyotard sobre os três eixos constitutivos da filiação: o biológico, o simbólico (legal ou instituído) e o psíquico (afetivo, imaginário ou narcísico); e propor um quarto eixo, que remete ao processo da narratividade. O autor frisa que hoje em dia distingue-se uma narratividade sensorial (Nassikas et al., 2012), uma narratividade comportamental, uma narratividade em imagens mentais e uma narratividade verbal. Enquanto as três primeiras são do tipo analógico, a narratividade verbal é do tipo digital. A narratividade pré-verbal engloba a narratividade sensorial e a comportamental e concede importância ao corpo, à imagem motora e às figurações comportamentais. É concebida mais como um acompanhamento paralelo da narratividade verbal que como seu precursor, e se mantém ao longo da vida como um processo vincutivo.

Para Golse (2022), parece que, hoje em dia, os três diferentes eixos da filiação para serem efetivos têm necessidade de serem nutridos e apoiados pelo eixo narrativo da filiação, que repousa na narração da história das origens da criança, seja a biológica ou a adotiva. Esse quarto eixo vem formar a trama emocional dos outros eixos da filiação e tem importância decisiva para trançar de algum modo os outros eixos e lhes conferir seus assentamentos históricos no sentido da história subjetiva da criança. Contar a história das origens concede à filiação um ponto de vista ontogenético que vem completar outros pontos de vista como o ponto de vista filosófico (Ricoeur, 1990), o ponto de vista desenvolvimental (Stern, 1989, 1992), e o ponto de vista psicodinâmico (Lebovici, 1994, 1998). O autor destaca que o fato de a narrativa permitir e favorecer a inscrição psíquica pela criança de suas origens, sugere a ideia que, de uma certa maneira, a dinâmica das origens tem valor de traumatismo estruturante ou deletério segundo o caso e, como tal, tem necessidade de testemunhas para poder se mentalizar, se superar e ser vivida de maneira construtiva, o que remonta aos conceitos de traumatismo mínimo ou estruturante de Winnicott (1958).

No que se refere à informação sobre as origens para as crianças maiores, outras complexidades são colocadas por Le Run (2022). Alguns pais acreditam fazer bem quando afirmam terem dito tudo, jogando com a transparência. Assim eles se liberam de um fardo, como o fóbico que se atira à água. Ou eles fazem aquilo que eles pensam ser um dever, sem sempre ter em conta o que a criança pode fazer das informações que ela recebe. Outros pais terão reticências a abordar a história da criança, existindo ainda muitos não-ditos. Enquanto isso não for falado, será objeto de descobertas brutais pela criança se tornando adolescente, sobre realidades denarcisantes, como um dossiê deixado à disposição pelos pais, de forma mais ou menos consciente e sem acompanhamento.

O autor frisa que não se trata de simplesmente liberar uma informação de uma vez por todas, mas em vez disso, de poder iniciar um diálogo com a criança, que se estenderá no tempo, até mesmo à idade adulta. Essas trocas permitem alargar seu horizonte reflexivo. A criança processa geralmente por estágios de compreensão, suas representações tornam-se mais complexas ao longo do tempo, sejam das trocas com os pais ou das tomadas de consciência de certos aspectos, e

também ocorrem de acordo com a sua maturação afetiva e intelectual. Cada nova informação pode levar a um aumento de ansiedade passageira, que será talvez reprimida ou ao contrário, digerida, mais ou menos elaborada. Um apaziguamento se seguirá frequentemente até o próximo questionamento.

O questionamento da criança sobre suas origens pode se tornar angustiante, mesmo entre as crianças mais jovens, colocando em dificuldades os pais adotivos, que não sabem mais o que responder para apaziguar a ansiedade de sua criança (Le Run, 2022). Outras vão recusar falar de adoção ou desenvolver uma inibição baseada sobre a repressão, mas também no interdito de pensar. Essas defesas protegem da angústia e do conflito, mas têm o inconveniente de empobrecer as representações de sua história adotiva e reverberam às vezes sobre outros domínios da vida psíquica travando, por exemplo, a aprendizagem.

Conforme Levy (2014), as histórias contadas por pessoas significativas na vida de uma criança a situam no tempo e no espaço e lhe transmitem valores, dando significado à sua existência, ajudando-a na construção da sua identidade. Ao escutar histórias sobre as suas origens, as crianças podem manter um sentimento de continuidade com o passado. Mas no contexto da adoção e das crianças institucionalizadas, muitas delas têm poucas oportunidades de conseguir acesso à sua história e quase não contam com um espaço em que possam expressar sua singularidade, o que coloca dificuldades para dar significado ao sofrimento oriundo das rupturas com sua família de nascimento e à experiência da institucionalização. A autora destaca a importância de que a família adotiva seja capaz de funcionar como arquivo de memória entre a história de origem e a história pós-adoção, o que contribuirá de forma decisiva para a saúde psíquica da criança adotada. A criança, ao conseguir integrar suas origens na herança das memórias da família adotiva, terá recuperado a capacidade de reescrever a sua história.

Recentemente tem sido criado um grande movimento de busca pelas origens. No exterior, surgem agências dedicadas ao trabalho de restabelecer o contado de uma pessoa adotada e sua família biológica, e sites especializados em identificar linhas de parentesco. Nos Estados Unidos, movimentos de luta pelas

adoções abertas. No Brasil, notícias são veiculadas sobre pessoas que procuram conhecer suas histórias e partem em busca de seus laços biológicos (Ladvocat, 2021). Pinho e Machado (2022) destacam que Reino Unido, Canadá e Estados Unidos já organizaram procedimentos a serem seguidos pelos interessados como também a normatização dessa busca pelo Estado. As autoras fazem propostas ao sistema jurídico brasileiro, e apontam o papel do Judiciário como importante mediador nos procedimentos referentes à busca das origens. A partir dessas considerações, tivemos como objetivo neste estudo investigar os processos de transmissão geracional nas famílias monoparentais adotivas, considerando a transmissão da história da criança.

Método

Participantes

Participaram do estudo 12 sujeitos – nove mulheres e três homens – com idades entre 38 e 61 anos, oriundos das camadas socioeconômicas médias, nove residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, e três em outras cidades do Brasil: Campinas-SP, Santos-SP e Gravataí-RS. Todos com escolaridade superior e com processo de adoção concluído por meio das respectivas Varas da Infância e Juventude. Foram critérios de inclusão que os filhos tivessem no momento da entrevista idades entre dois e 18 anos, e sido adotados há pelo menos dois anos. Foram critérios de exclusão famílias com filhos biológicos e adoções na mesma família. Foram 13 crianças adotadas, seis com mais de oito anos e seis com saúde vulnerável – dois bebês soropositivos. Foram nove adoções inter-raciais, em que sete mães brancas e dois pais brancos adotaram crianças negras ou pardas. A tabela 1 contém os dados biosociodemográficos dos participantes.

Tabela 1

Dados biosociodemográficos dos participantes

Participante	Idade	Profissão	Sexo/Idade da criança	Idade na adoção	Características da criança/adoção
M1- Rio de Janeiro	58	Professora e Fonoaudióloga	Fa 6 a	3 d	Inter-racial
P1- Gravataí –RS	40	Assistente social	Fo 15 a	9 a	Inter-racial
M2- Rio de Janeiro	58	Advogada	Fa 13 a	1 a e 9 m	Inter-racial
P2- Rio de Janeiro	61	Engenheiro aposentado	Fo 14 a	9 a	Inter-racial; três devoluções
M3- Campinas-SP	43	Desempregada Form. Jornalismo	Fo 13 a 6 m	1a e 4 m	Soropositivo Inter-racial
P3- Rio de Janeiro	38	Farmacêutico e Veterinário	Fo 17 a	11 a	Doença renal crônica
M4- Rio de Janeiro	41	Pedagoga	Fa 17 a	10a	Doença autoimune
M5- Rio de Janeiro	61	Bióloga	Fa 15 a	11a	Dermatomiosite
M6- Rio de Janeiro	61	Aposentada – Form.Administração	Fo 9 a	4 m	Bronquiolite Inter-racial
M7 - Rio de Janeiro	61	Bióloga	Fo 14 a	8 a e 8m	-
M8- Santos-SP	57	Bióloga	Fa 4 a	1m 17 d	Hemorragia cerebral, Inter-racial
M9- Rio de Janeiro	50	Professora particular	Fo 12 a	2 m	Soropositivo Inter-racial
M9- Rio de Janeiro	43	Consultora de beleza	Fa 12 a	2 a e 6 m	Inter-racial

M = mãe, P = pai, Fa = filha, Fo = filho

Instrumentos e procedimentos

Como instrumentos de investigação foram utilizadas fichas biosociodemográficas e entrevistas gravadas por meio da plataforma Zoom que foram transcritas posteriormente na íntegra. O roteiro semiestruturado das entrevistas foi formulado a partir da revisão da literatura.

Um participante foi indicado da rede de relacionamento do pesquisador, três vieram de pesquisa anterior e foram reentrevistados para a finalidade desta pesquisa. Um deles indicou profissional do Direito que trabalha no campo da adoção, que indicou outros participantes e outro profissional (coordenador de GAA), que participou dos processos de alguns entrevistados. O contato inicial

para a marcação da entrevista foi feito via Whatsapp. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma Zoom em data e hora determinados pelos participantes e tiveram duração média de uma hora. Durante a entrevista, a ordem de abordagem dos temas foi determinada pela fala do entrevistado. Quando os sujeitos não abordaram espontaneamente alguns temas contemplados no roteiro, coube à entrevistadora formular as perguntas correspondentes.

Cuidados Éticos

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição onde foi desenvolvido (processo número 79/2021). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados colhidos em ensino, pesquisa e publicação, sendo a identidade dos participantes e das pessoas e instituições mencionadas devidamente preservada.

Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo com a finalidade de investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 1977/2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir do critério de repetição e relevância. Para tanto, procedeu-se uma “leitura flutuante”, agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os até se destacarem as categorias de análise.

Resultados e Discussão

Das falas dos entrevistados emergiram várias categorias de análise. Para atingir os objetivos deste trabalho serão analisadas as categorias: *narrativas sobre a filiação adotiva e transmissão da história das origens*.

Narrativas sobre a filiação adotiva

Segundo os relatos dos entrevistados a adoção nunca foi escondida de seus filhos. Para isso, os pais desenvolveram narrativas variadas sobre a origem da

filiação adotiva na interação com os filhos. M3 responde ao filho porque ele não veio da sua barriga.

‘A mamãe queria ter um menino, a mamãe não queria engravidar, aí o quê que o papai do céu fez, ele tirou você da barriga de uma mulher, uma mulher que não tinha condições de cuidar de você, e colocou no coração da mamãe’. (M3, Fo 13a e 6m)

Uma vez eu . . . contei ‘Tinha uma criança, numa casa de criança... que estava procurando uma mamãe’ Aí ela falou ‘Eu’. . . _ ‘Tinha uma moça que queria muito ter filho, aí a assistente social falou pra ela que tinha um bebê na casa de criança que queria ter uma mãe’, aí ela falou ‘Você’. E ela era . . . 2 anos, 3. . . Mas depois . . . muitas vezes ela fala isso . . . ‘Ah, quando eu estava na tua barriga’ . . . Foi quando eu falei ‘Não, você não saiu da minha barriga’, aí ela se assustou, assim. . . Às vezes eu mostro foto ‘Quando você estava na casa de criança’. . . Quando eu vou no médico, falo na frente dela, mas acho que ela não entende o que quer dizer. (M7, Fa 4a)

Ele, quando pequenininho . . . 2 anos e meio . . . chegou encantado lá em casa. . . Eu sempre falava que era meu filho do coração . . . ‘Mamãe . . . ela [a professora da creche] tá com o bebê na barriga, que nem eu na sua barriga’. Aí eu levei aquele choque, né. _ ‘Não, G. . . você não nasceu da minha barriga, foi . . . uma moça muito boazinha . . . que me pediu pra criar você porque ela não podia’ . . . _ ‘Você pode . . . cuidar muito bem dele e fazer ele feliz?’ _ ‘Posso, posso sim’. . . _ ‘Mas você não é feliz?’ Aí ele ‘Sou’. . . . Aí começou a brincar . . . e aí passou. (M5, Fo 9a)

Destacou-se nas falas dos entrevistados que adotaram bebês o relato sobre o fascínio das crianças perante mulheres grávidas, como também as descrições das narrativas desenvolvidas com os filhos nesse processo de compreensão da criança sobre “não ter vindo da barriga da mãe”, tal como imaginava. As narrativas apresentadas aos filhos desde a mais tenra idade corroboram o postulado de Golse (2022) que ressalta a importância de uma informação precoce no lugar de uma revelação tardia. E também o fato de que os pais devam desenvolver uma narrativa que possa ajudar às crianças de menor idade a poder construir alguma representação sobre sua história e sua filiação. As falas reforçam o fato de que a prática passada de esperar por uma idade em que a criança pudesse compreender os fatos da adoção se revelou difícil e pouco eficaz. Primeiro, porque quanto mais os pais esperam que a criança atinja a idade de compreender, mais eles se angustiam e se saem mal nessa revelação, pelo viés de uma discussão unilateral, às vezes solene e muito pedagógica. Segundo, porque não se trata tanto para a

criança de compreender intelectualmente, mas de integrar emocionalmente aquilo que é dito.

A natureza das narrativas apresentadas ricas em conteúdo imagético, que traduzem o desejo da mãe pela criança, expressado igualmente pela tonalidade emocional da sua voz, reiteram o postulado de Golse (2022), que ressalta o valor tanto da enunciação quanto do enunciado. Assim, as narrativas baseiam-se não apenas em um enunciado marcado por uma linguagem que transmite ideias, conceitos e pensamentos racionais ou lógicos, mas também são acompanhadas de narrativas que veiculam imagens comportamentais, emoções, sentimentos e afetos.

As falas ilustram algumas das várias maneiras na vida cotidiana, de os bebês evocarem as origens. Os bebês podem não compreender as simples palavras do cotidiano no sentido cognitivo do termo, mas por meio delas perceberão perfeitamente a musicalidade particular ligada à emoção com que o adulto as pronuncia, conforme postula Golse (2022). Os bebês são sensíveis à música da linguagem bem antes de compreenderem no *strictu sensu* as mensagens verbais. Além disso, é muito difícil de dizer quando essa compreensão cognitiva irá intervir e isto varia de uma criança a outra. O autor ressalta que para bebês acolhidos muito jovens a questão principal é saber rapidamente que eles não foram feitos no ventre da mamãe adotiva. Acreditamos que essas reflexões podem contribuir para os pais ou mães adotivos, que tenham dúvidas ou dificuldades sobre falar de adoção com a criança pequena.

Transmissão da história das origens

Diferentemente das narrativas sobre adoção, a transmissão sobre a família de nascimento apresentou desafios específicos, o que vale tanto para a história de crianças adotadas bebês quanto para a adoção de crianças maiores. Foi observado em primeiro lugar, o embaraço e a ansiedade de algumas mães perante a curiosidade da criança.

De vez em quando ele . . . ‘Você é amiga da moça que me deu pra você?’ Aí eu falei que não . . . até adiantei, uma coisa que eu não deveria ter feito. . . .

‘Por quê? Você quer conhecê-la?’. Aí ele falou que queria. _ ‘É, mas eu não sei como encontrá-la’. Porque eu achei - é muito pequenininho, né, pra... aí meu coração dispara. (M5, Fo 9a)

E agora no Natal, . . . a S. [advogada intermediária da adoção] pediu para ele escrever alguma coisa do que que ele achava de ser adotivo, . . . Aí ele escreveu ‘Ah, eu quero conhecer minha outra mãe’. Aí eu sentei, conversei com ele ‘É isso que você quer de Natal, a gente pode conversar. Eu falei pra você, nunca vou esconder. Só que eu acho que tem um tempo, tem outras prioridades . . . Você tem que passar pela adolescência, você tem que entender algumas coisas’. Depois ele nunca mais falou nada, daí eu perguntei ‘Você quer conversar sobre isso?’ _ ‘Não, não quero’. Então não fiquei insistindo, sabe? (M3, Fo 13a e 6m)

As falas acima reforçam o pensamento de Le Run (2022) e Ladvocat (2020) sobre a ansiedade dos pais no tocante a conversar com os filhos sobre suas origens por diversas razões, entre elas, o medo de perder o amor do filho para os pais biológicos, ou ainda, que a criança sofra ao conhecer certos fatos de sua história que, segundo os pais, poderiam prejudicar seu desenvolvimento. Adicionalmente, a autora destaca que a mãe adotiva pode competir em fantasia com a mãe biológica, sentindo ciúmes, raiva, receios, e outros sentimentos a serem elaborados. Ladvocat (2021) defende que os pais possam satisfazer a curiosidade da criança sobre sua história e ressalta que, geralmente, os filhos adotivos não querem de fato encontrar sua mãe ou pai biológico. As crianças ou adolescentes fantasiam sua história, mas o que desejam na verdade são informações sobre o porque não puderam ficar com sua família de nascimento e porque foram colocados a adoção. Eles precisam preencher as lacunas de sua biografia e conciliar sua história atual com suas origens.

P1 precisou lidar com a curiosidade da mãe biológica em busca de contato com o filho por meio das redes sociais.

Só que ele não reconheceu. . . . o Face dele, quando alguém manda alguma mensagem, a notificação vem pra mim também E aí eu entrei antes e disse pra ela, né, pedi pra não - ela disse que queria saber notícias dele e tudo. . . . depois comentei com ele, perguntei se ele tinha falado com ela, ele disse que não. E aí ele mesmo pediu pra deletar o Facebook, eu mostrei como é que estava hoje e ele disse ‘Nossa, tá tão diferente’ e tudo, assim. Mas nem... é que nasceram vários depois. (P1, Fo 15a)

Hoje em dia, o aprimoramento das redes sociais oportuniza o contato entre a família biológica e a criança adotada e aumenta os riscos de um encontro sem a preparação prévia necessária o que, de acordo com Pinho e Machado (2022), pode colocar a todos os envolvidos na tríade adotiva em situação de vulnerabilidade. A experiência vivida por P1 que conseguiu interpelar junto à mãe biológica, e ao mesmo tempo informar seu filho sobre o ocorrido, observando a sua reação, concorda com Ladvocat (2021) ao ilustrar que, como não foram construídos vínculos afetivos com a família biológica, não existe uma relação, havendo apenas a consciência de um vínculo existente na Biologia. As famílias que passam por essa experiência se confrontam com um momento difícil, porém os mitos sobre os laços de sangue serem mais fortes que os adotivos podem ser abordados e revistos na dinâmica familiar nesse momento, e o vínculo na família adotiva é reforçado. Assim, a autora defende o fornecimento de dados sobre a origem do filho sem, entretanto, ter o objetivo de colocar a criança frente a frente com sua mãe ou pai biológico, tratando-se antes de tudo, de poder satisfazer a curiosidade da criança sobre sua história. Se ocorrer um eventual contato com a família biológica, a família adotiva deve poder tratar do assunto com serenidade, confiando no vínculo estabelecido ao longo dos anos.

Emergiram dos relatos dos entrevistados tarefas assustadoras para os pais, quando a história da adoção inclui informações que podem ser consideradas negativas ou dolorosas. Alguns desejam proteger seus filhos de aspectos sofridos e confusos da adoção. Outros preferem esperar o momento da maioridade, quando os filhos, com maior maturidade, poderão ter acesso à sua história por meio dos documentos que constam no processo jurídico da adoção.

[sobre se o filho traz curiosidades] Não, também não incentivo porque eu acho que vai ser uma coisa muito... ruim. (P3, Fo 17a)

A parte nebulosa né, ruim, eu não contei porque eu acho que não é . . . necessário. (M2 Fa 13a)

E aí nesse encontro com o juiz, o juiz falou ‘Quando você fizer 18 anos, você bate lá na minha porta que eu vou estar com o seu processo para você saber de tudo’. . . . Foi exatamente essa a curiosidade dele nesses 12 anos, o

nome da mãe, se os irmãos precisavam de alguma coisa, se eles tinham também sido adotados . . . e mais nada. (M8 Fo 12a)

Eu tenho receio de quando ela for maior, quiser conhecer a história dela. Porque ela foi encontrada numa caçamba de lixo. . . . em alguns momentos ali do processo fala isso. E... tenho medo . . . desse detalhe. De contar pra ela e ela ficar... né... traumatizada. . . . E só de não ter como saber nada da família dela, também assim, ela nunca vai saber a origem dela. Eu até fiz exame de sangue nela, que mostra . . . sobre a genética dela, né, uma ancestralidade. . . . Eu também tinha curiosidade de saber mais da família e também às vezes eu penso em ir lá ver, retomar a questão do processo criminal pra ver se descobriram alguma coisa. (M7, Fa 4a)

As falas acima vão ao encontro das colocações de Ladvocat (2021), quando salienta que a revelação sobre as origens constitui um segundo passo que as famílias tendem a retardar. Quando se trata de aspectos de difícil transmissão da história da criança, os pais adotivos acreditam que se estes forem revelados poderiam gerar identificações insuportáveis e prejudicar seu desenvolvimento. Sobre os segredos e omissões, a autora acentua que estes interferem negativamente, muito mais que a revelação das informações, pois quanto mais fortes forem os segredos, maior é a curiosidade e a fantasia da criança sobre a família de origem. Por outro lado, a tarefa de revelar as origens só deve ser considerada na medida em que a família esteja preparada para contar e a criança para ouvir. Essa revelação deve ser feita com o cuidado necessário e adaptada à realidade da criança, à sua estrutura psíquica, e ao seu momento, ou seja, contextualizada com informações sobre coisas da vida, como morte e sexualidade, por exemplo. Tudo isso em acordo com a sua idade e curiosidade, e com a sua capacidade de absorver essas informações. Isso é justificável porque a criança precisa conhecer sua história para poder absorvê-la, elaborá-la e descobrir, por si mesma, o sentido da sua existência. As dúvidas sobre sua história podem provocar insegurança e indefinição no seu sentido de existência.

Além de M7, outros entrevistados descreveram situações em que os dados biográficos dos filhos refletem situação de violência física ou subjetiva, ou um contexto de situação de vida em condições precárias.

A enfermeira falou ‘Irmã, tem essa criança aqui que a mãe não vai voltar. Ela já teve aqui várias vezes, tentou deixar ele aqui, agora tá com os membros inferiores deslocados e não vai voltar’. . . . Ela pode ter deixado

cair . . . ela pode ter feito alguma coisa com a criança. Pode ter deixado cair da cama, do sofá...seis meses de idade . . . e assim ele foi pro hospital e depois pro orfanato. (P3, Fo 17a)

Ela com 11 meses, ela foi internada, tava com bronquiolite e desnutrida . . . fez um aninho no hospital . . . como eles verificaram que a situação era de abandono, maus tratos e tal, ela foi direto pro abrigo. (M2, Fa 13a)

Nessas situações, Ladvocat (2021) enfatiza que os dados biográficos da criança precisam ser redefinidos, de modo que a criança possa tomar consciência da sua história de uma maneira que tenha capacidade para entender, sem que os dados se transformem em uma situação traumática e de difícil absorção. A partir da história real, um novo significado deve surgir, possibilitando que a criança entenda a situação sob um novo prisma, sem deixar de ser verdadeiro, porém redefinido. Isso também se dá, especialmente, nas adoções de crianças maiores, as quais possuem registros conscientes e recordações sobre sua vida pré-adotiva que podem ser verdadeiras ou confusas. O importante é redefinir e recontar a história, deixando sempre espaço para futuras indagações. A curiosidade da criança se modifica de acordo com o seu crescimento e desenvolvimento psicossocial.

Como no caso de M7, em que não há nenhum registro sobre a família de origem, o importante é que a criança possa expressar sua curiosidade e encontrar na família adotiva o espaço para o diálogo. Se os dados sobre sua história não existem, ela precisa encontrar juntamente com seu(s) pai(s) ou sua mãe adotivos, dados imaginados e fantasiados, como ressalta Le Run (2022) sobre o trabalho psíquico necessário que acompanha a elaboração da herança da criança adotada, tanto por parte dela como de seus pais. O importante é que os pais possam ajudar os filhos a construir um sentido da informação. Foi observado que algumas famílias conseguem desenvolver uma visão humanizada sobre a família de origem do filho adotivo:

Não sei se é eu que talvez tenha uma visão romântica, mas eu sei que esse encontro vai acontecer um dia, sabe . . . Eu nunca duvidei do afeto dela, acho que é mais questões sociais mesmo, né. É... incapacidade, nunca vi como abandono. (P1, Fo 15a)

Ela era uma coitada que era vítima da sociedade Morava numa comunidade . . . e não tinha condições. Não é o que estava dentro do

protocolo da adoção, mas . . . é isso que eu acredito e passo para ele, entendeu? Que ela não tinha condições. (M3, Fo 13a e 6m)

As falas revelam que alguns pais adotivos entendem que os pais biológicos podem não ter tido oportunidades ou suporte familiar para fazer certas escolhas na vida. Procurar contextualizar a realidade dos pais biológicos e desenvolver uma visão positiva propicia ao filho adotivo um sentimento de empatia com seus pais de nascimento, o que favorece a sua construção identitária, especialmente ao entrar na adolescência, conforme salienta Ladvocat (2021). Dessa forma, os pais adotivos participam e dão suporte a seus filhos ao desenvolverem fantasias de transmissão na elaboração da herança pré-adotiva de seus filhos adotivos, trabalho psíquico destacado por Le Run (2022). Separar comportamentos e decisões dos pais de nascimento de quem eles são como pessoas é importante para o desenvolvimento do senso de identidade da criança adotada. Isso implica em que a criança entenda que as razões para ter sido adotada não são nunca concernentes a ela, mas às circunstâncias e dificuldades dos adultos, pais de nascimento. Assim a criança pode aprender que ela mesma tem condições de fazer melhores escolhas na vida, diferentes daquelas tomadas por seus pais biológicos.

Na situação de M7, é importante refletir sobre a participação do judiciário no processo do filho adotivo ao buscar a sua história de origem e construir a sua identidade. Sobre os documentos relativos ao processo de adoção, que o filho adotivo terá direito de acessar em momento posterior da vida, vale pensar sobre a participação da equipe técnica do judiciário no que concerne à escolha e adequação dos termos empregados na descrição da história da criança em seus relatórios. Pinho e Machado (2023) apontam que casos em que a criança é encontrada na rua são estatisticamente pouco frequentes. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que, se por um lado o segredo sobre as origens pode ser maléfico para a criança, por outro, o texto dos relatórios do processo de adoção deveriam ser alvo de uma avaliação mais criteriosa. Na abordagem das situações em que os genitores e o contexto mais amplo são desconhecidos, colocamos em questão o fato de constar nos relatórios apenas a descrição de elementos de cunho altamente desqualificante e traumatizante. Ao levarmos em conta as considerações de Vieira (2021, citado por Pinho e Machado, 2022) que destaca que o acesso à origens

envolve não apenas o patrimônio genético mas elementos socioculturais, incluindo aspectos existenciais, e repercussões psíquicas, destacamos, em conformidade com a proposta de Pinho e Machado (2022) a relevância da sensibilização das equipes técnicas do judiciário, no tocante ao teor dos seus relatórios. Adicionamos, entretanto, que o texto seja mais criterioso quanto a informações que não ajudem ao adotivo a alcançar um melhor entendimento e aceitação da sua história, no seu processo de construção identitária.

Apresentou-se nas falas dos entrevistados uma especificidade na transmissão da história da criança relativa ao segredo sobre o diagnóstico de HIV/AIDS, adquirida por meio de transmissão vertical, no momento do nascimento.

Ele demora para expressar o que ele sente. . . . eu converso muito isso com o psicólogo dele na escola, e com o médico dele . . . ele entender qual é o problema de saúde que ele tem. . . . O médico . . . falou que ele tinha uma doença, que o que mais matava era o preconceito..., que é o que eu converso com ele, e se ele queria saber qual que era a doença. Ele falou ‘Não quero’. Então a gente tá preparando para ele poder entender. Porque . . . a adolescência é complicada, né? Então é um garoto que - na minha cabeça não existe isso, mas na cabeça da sociedade existe - é adotado, moreno, soropositivo... e o povo é preconceituoso, entendeu? (M3, Fo 13a e 6m)

M3 justifica suas dificuldades em compartilhar com o filho as razões pelas quais toma remédio, por temer as consequências do compartilhamento dele com outros, e vir assim a ser vítima de preconceito, o que concorda com Baptista (2020), que aponta esse como um dos medos dos pais sobre revelar o diagnóstico aos filhos caso a criança/adolescente revele sua condição a terceiros. O dilema de M3 enquadra-se na problemática do estigma como pontuado por Goffman (1988), sobre as dificuldades dos pais de lidar com a informação, recorrendo algumas vezes a médicos em busca de estratégias. Se a criança recebe informação sobre seu estigma ainda na idade escolar, pode ser que não seja suficientemente forte psicologicamente para suportar a notícia e, além disso, venha a expor esses fatos a pessoas que não necessitam conhecê-los. Por outro lado, se a criança é mantida na ignorância, não estará preparada para o que pode vir a lhe acontecer, ou ainda, ser informada por estranhos de forma descuidada, sem que lhe apresentem os fatos de modo construtivo e confiante.

Nessa situação, Baptista (2020) pontua que resta aos profissionais da saúde fornecer espaços para esses jovens se expressarem e auxiliar os responsáveis na tomada de decisão para um diálogo aberto sobre HIV/AIDS. Existem alguns marcos norteadores das condutas e orientações como: a idade, em geral de 12 anos; a entrada nas relações sexuais; a adesão ao tratamento; o interesse do adolescente; e a carga viral. As práticas definidas pelos profissionais para pensar a questão da revelação do diagnóstico, fazem parte de uma construção que divide a responsabilidade sobre o cuidado. Na lógica do cuidado, embora uma decisão precise ser tomada, assume-se uma posição coletiva em relação aos problemas, distribuindo uma ação coletiva. No contexto de M3, a situação é agravada pela ausência de uma equipe multidisciplinar que funcione de forma integrada no acompanhamento da família de criança com AIDS.

Considerações finais

Este trabalho, que teve como objetivo estudar a transmissão da história da criança adotada por famílias monoparentais, abordou temas espinhosos para os pais adotivos como o medo de perder o amor do filho para os pais biológicos, as ambivalências existentes entre o imperativo de informar e o desejo de proteger os filhos de dados dolorosos e confusos, a insegurança perante a falta de informação, ou ainda sobre o modo de contar para a criança pequena, que não tem capacidade para entender o fato da adoção.

Em relação à transmissão da história pré-adotiva para as crianças de pouca idade, foi colocada em relevo a importância de uma informação precoce e da comunicação não verbal, o que implica em que os pais estejam cientes de seus sentimentos e saibam exprimi-los nas interações com seus filhos. Quanto à transmissão para as crianças de maior idade, foi destacada a relevância de os pais atenderem à curiosidade das crianças e confiarem no vínculo estabelecido com os filhos ao longo do tempo, compreendendo que as crianças precisam preencher as lacunas de sua história e conciliar sua história atual com suas origens, no processo de constituição de sua identidade. Nesse processo de informar, é importante levar em conta a idade da criança e sua capacidade para absorver essas informações.

No que concerne à transmissão de histórias com dados considerados traumáticos, destacou-se que o trabalho de elaboração da herança pré-adotiva da criança possa incluir um recontar e redefinir de sua história, ou seja, um trabalho psíquico conjunto da criança com seus pais atuais. Isso vale também, especialmente, para crianças adotadas tardiamente, devido a possuírem registros na memória de situações dolorosas, verdadeiros ou confusos.

Foi observada a pertinência de uma sensibilização da equipe técnica no que tange aos termos constantes nos relatórios dos autos da criança, que ela poderá ter acesso na maioridade. Faz-se mister a avaliação da forma como esses dados poderão contribuir para a reconstrução da sua história.

Foi verificada a necessidade de acompanhamento por uma equipe multidisciplinar para a criança adotada com HIV/AIDS adquirida por transmissão vertical, no que tange ao apoio familiar, visando à revelação do diagnóstico de acordo com a idade e a demanda da criança/adolescente. Isso se intensifica no contexto do isolamento vivido por famílias monoparentais.

Considerando que o grupo pesquisado apresentou adoções efetivadas há pelo menos quatro anos, cremos que as discussões levantadas neste estudo possam contribuir para uma reflexão mais detalhada e aprofundada sobre questões delicadas que podem fazer parte da história pré-adotiva de muitas crianças adotadas, oferecendo subsídios não apenas para os pais adotivos em geral e para a prática clínica, como também para os profissionais envolvidos no processo de adoção.

6

Conclusões

As novas configurações familiares encontram na adoção um meio de realizar o desejo de ter filho. Na construção da parentalidade adotiva, diferentemente da biológica, os pais são chamados a falar sobre as motivações que acompanham esse desejo e, nas famílias monoparentais, as motivações diferem daquelas dos casais uma vez que a infertilidade, para a maioria, não ocupa o lugar central. Os impedimentos biológicos decorrem predominantemente da idade após uma vida de estudos e trabalho, da ausência de um parceiro, ou ainda da intenção de não dividir a parentalidade. Assim, o desejo de parentalidade se configurou na maioria das vezes, tardiamente, como indicam as idades dos participantes da pesquisa.

No grupo pesquisado, o perfil das crianças adotadas enquadra-se majoritariamente nas assim chamadas adoções necessárias, que incluem as crianças de mais idade, negras ou pardas, ou com alguma debilidade física; e foi motivado em parte pelo desejo de cuidar, mas principalmente como o produto de um trabalho reflexivo de releitura do desejo, que abriu um lugar no mundo interno do adotante para a criança real, aproximando-se assim da realidade das crianças abrigadas. Nesse processo, destacou-se a capacidade dos adotantes de construir novas identificações. Na eleição de crianças com perfil preterido pela maioria dos pretendentes à adoção, observaram-se motivações emocionais profundas em virtude de identificações entre experiências comuns, tal como na percepção da rejeição social historicamente vivida por famílias monoparentais, e aquela vivida pela criança abrigada de maior idade, negra ou parda, e/ou doente.

Entretanto, a alteração do perfil desejado também passou pelas interações com profissionais envolvidos na adoção. Em um caso o desejo de adotar casal de irmãos confrontou-se com obstáculos na interação com o Judiciário, devido à má interpretação sobre a criança mais velha poder vir a exercer funções parentais, o que a nosso ver seria menos prejudicial que a separação de irmãos, acrescentando-se que, na nova configuração familiar papéis e funções seriam redefinidos. Tal

ocorrência nos faz sugerir pesquisas que abordem as interações entre os postulantes à adoção e os profissionais envolvidos no processo, com vistas a fomentar um maior entrosamento entre as equipes interprofissionais da casa de acolhimento e aqueles que têm poder de avaliação e deliberação sobre a adoção, para um melhor resultado na eficácia da adoção.

Os primeiros impactos da adoção na construção da parentalidade, tal como relatados pelas mães adotivas, apresentaram-se no enfrentamento das projeções de sentimentos de raiva e rejeição da criança, possivelmente oriundas de imagem materna internalizada ao longo de experiências pregressas. Tais relatos apontam a importância de que os pais possam enfrentar as tensões iniciais na vinculação com os filhos como rejeições, ambiguidades e inseguranças e sustentar novas identificações. As diferenças entre as reações iniciais das crianças com seus pais ou mães, especialmente em caso de crianças maiores, podem ser interpretadas à luz do contexto social, de modo que a vinculação inicial da criança com o pai adotivo é facilitada porque não sofre a influência de referenciais paternos anteriores, uma vez que os pais biológicos se encontravam ausentes na família. Esse dado proporcionou reflexões sobre o papel do pai na vida da criança tal como imaginado pela sociedade em geral, simultaneamente com a hipervalorização do papel materno. Vale notar os primeiros avanços na sociedade brasileira sinalizados pelo Projeto de Lei 1.974/2021, que preconiza a instituição da licença parental em substituição às anteriores licenças maternidade e paternidade, contribuindo assim para uma equanimidade entre os gêneros no que concerne aos cuidados com a criança, seja filho biológico ou adotado.

Adicionalmente, mesmo nas adoções já efetivadas há mais tempo, pais e mães se viram desafiados a lidar com sentimentos de perda e luto dos filhos, a enfrentar o próprio medo de rejeição, e lidar com a dificuldade de nomear sentimentos em decorrência das ambiguidades e ambivalências próprias da adoção. Destacou-se capacidade de reconhecer os sentimentos dos filhos e o desenvolvimento de uma postura ativa dos pais em lidar com o luto do filho de diferentes maneiras, seja trazendo fatos novos, elucidando fatos passados ou construindo rituais de despedida; ao mesmo tempo em que são assegurados a aceitação e o senso de pertencimento. Refletimos sobre pessoas que tiveram em

sua trajetória de vida de lidar com perdas e lutos, como o da falta de um parceiro com quem compartilhar a parentalidade, por exemplo, além dos impedimentos biológicos relativos à idade ou ainda tratamentos de infertilidade malsucedidos, características próprias da monoparentalidade; o quanto elas estariam mais predispostas a reconhecer comportamentos e sentimentos relativos a perdas e luto dos filhos adotivos.

Na construção da parentalidade adotiva a transmissão assume um papel central e a história pessoal das relações com os pais ganha intensidade e é articulada com a história da criança, sem receber a influência da parentalidade de um parceiro, para que ela elabore sua própria história adotiva.

A transmissão também surgiu por meio do processo psíquico de inscrever a criança em uma genealogia, sem que haja as hesitações próprias das famílias com casais, no que se refere à inserção de cada um na genealogia do outro, e quanto ao posicionamento de cada um sobre a inscrição do filho em uma delas. Em relação aos conteúdos transmitidos observa-se a valorização dos laços não consanguíneos e a história do desejo por essa criança. As diferentes heranças biológicas ganharam destaque em virtude de nove adoções terem sido inter-raciais – sete mães brancas e dois pais brancos adotaram crianças negras ou pardas. As diferenças inter-raciais, comuns na maioria das adoções de crianças abrigadas, adquirem visibilidade particular em famílias monoparentais, por estas disporem de uma única linha genealógica a proporcionar identificações, o que torna o processo de constituição de uma identidade racial positiva mais complexo. Nesse processo, verificou-se a importância da rede de laços da família, que propicia identificações entre pares e grupos familiares, em instituições como a escola e grupos de apoio à adoção. Assim, as adoções inter-raciais tal como vividas pelo grupo pesquisado promoveram a experiência da alteridade racial, ocasionando a mudança de atitude dos pais em relação aos valores da família de origem e à forma de perceber e reagir ao racismo.

No que se refere à história das origens dos filhos, a transmissão geracional se apresentou difícil de ser enfrentada ou até mesmo assustadora, pois os pais precisam superar o medo de perder o amor do filho; encontram-se tensionados

entre o imperativo de informar e o desejo de proteger os filhos de fatos dolorosos; ou ainda, não sabem o que fazer com a falta de informações. A curiosidade das crianças/adolescentes sobre suas origens foi algo com que os pais tiveram de lidar, de modo que desenvolveram diferentes narrativas para falar à criança pequena sobre o início de sua história na sua família atual, destacando-se nessa interação o valor da comunicação não verbal e de que os pais estejam cômnicos de seus sentimentos.

Na transmissão sobre as origens, verificou-se ser importante que os pais possam confiar no vínculo estabelecido com os filhos ao longo dos anos e levar em consideração a capacidade da criança de absorver essas informações. Sobre a transmissão de conteúdos considerados traumáticos, destaca-se que a elaboração dessa herança deva acontecer em um trabalho psíquico conjunto, em que essa história seja recontada e redefinida.

No contexto da contemporaneidade, levando-se em conta a possibilidade de que a pessoa adotada possa entrar em contato com os dados da sua história por meio dos autos do processo de adoção, colocamos a questão da sensibilização da equipe técnica quanto aos termos usados em seus relatórios, de modo que essas informações favoreçam a reconstrução da história da criança. Na situação em que a transmissão envolveu a revelação sobre o diagnóstico de HIV/AIDS, observou-se a necessidade de acompanhamento multidisciplinar que funcione de forma integrada no apoio à família e de acordo com a idade e demanda da criança.

Este estudo tem como limitação a não homogeneidade do grupo estudado, considerando que três participantes vivem em três cidades distintas do sul-sudeste brasileiro, enquanto a maioria reside na região metropolitana do Rio de Janeiro. Por outro lado, o processo de construção da parentalidade vivido pelas famílias monoparentais contribui com uma ótica particular, uma vez que as motivações e a transmissão não recebem a influência da parentalidade de um parceiro, e os processos identificatórios oriundos da história de vida pessoal nas interações com os pais ganham intensidade. A maioria dos participantes apresentou durante o processo de construção da parentalidade abertura a uma escuta especializada para tratar de questões pessoais, como também para uma melhor compreensão dos

comportamentos e sentimentos dos filhos. Esta pesquisa explorou temas pouco abordados em pesquisas como a forma de os pais lidarem com o sentimento de perda e luto dos filhos. Além disso, as questões inter-raciais, que ganham maior visibilidade em famílias que dispõem de apenas uma linha genealógica a oferecer identificações, apresentam relevância para as adoções em geral, considerando-se a realidade das crianças abrigadas. E ainda, a transmissão da história de criança, tema sensível para pais e mães que criam sozinhos seus filhos, mostra-se de grande valor para as adoções em geral.

Referências bibliográficas

- Agence Française de l'adoption [AFA] (2008). *L'enfant adopté par un(e) célibataire*. Recuperado de <http://www.agence-adoption.fr/lafa-vous-informe/cahiers-psy/7/>
- Baptista, J. G. (2020). *Cuidados, segredos e revelações: HIV/Aids na assistência às crianças e adolescentes*. Trabalho de Conclusão de Residência. Fundação Oswaldo Cruz Instituto Nacional Fernandes Figueira, Rio de Janeiro-RJ
- Bardin, L. (1977/2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70 LDA.
- Bègue, F. (2013). Deuil et adoption. Attents inconscients des parents adoptifs sans problème de fertilité. *Neuropsychiatrie de l'enfance e de l'adolescence*, 61(2), 106–117. <http://dx.doi.org/10.1016/j.neurenf.2012.04.008>
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação*. São Paulo: Vetor.
- Biasutti, C. M., Nascimento, C. R. R., & Canal, C. P. P. (2021). Atividades parentais na família monoparental constituída pela adoção. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 21(1), 236–259. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.59384>
- Biasutti, C., & Nascimento, C. (2021). The adoption process in single-parent families. *Journal of Human Growth and Development*, 31(1), 47–57. <https://doi.org/10.36311/jhgd.v31.10364>
- Bicca, A., & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: Percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155–167. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.72.04>
- Borges, C. A. P., & Scorsolini-Comin, F. (2020). As adoções necessárias no contexto brasileiro> Características, desafios e visibilidade. *Psico-USF*,

Bragança Paulista, 25(2), 307–320. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712020250209>

Boss, P. (2016). The context and process of theory development: The story of ambiguous loss. *Journal of Family Theory & Review*, (8), 269–286. <https://doi.org/DOI:10.1111/jftr.12152>

Boss, P., Roos, S., & Harris, D. L. (2021). Grief in the Midst of Ambiguity and Uncertainty an Exploration of Ambiguous Loss and Chronic Sorrow. In *Grief and Bereavement in Contemporary Society* (1st ed., pp. 163–175). Routledge. <https://doi.org/104324/9781003199762-16>

Brasil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm

Brasil. Lei nº 12.010 de 3 de agosto de 2009 (2009). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l2010.htm

Brasil. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (1990). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm

Brun, S. (2022). What non-white kids do to white parents: Whiteness and secondary socialization in the case of white parents of mixed-race and internationally adopted children in France. *Genealogy*, 6(31). <https://doi.org/10.3390/genealogy6020031>

Castellato, G. (2005). Luto não reconhecido: Um conceito a ser explorado. In G. Castellato (Org.), *Dor silenciosa ou dor silenciada? Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade* (pp. 19–33). Livro pleno.

Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 171–182. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003832015>

Chamberlain, D. B. (2013). *Windows to the Womb: Revealing the conscious baby from conception to birth*. North Atlantic Books.

- Child Welfare Information Gateway. (2018). *Helping your child transition from foster care to adoption*. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services, Children's Bureau. Recuperado de <https://www.childwelfare.gov/pubs/f-transition/>
- Child Welfare Information Gateway. 2019. *The impact of adoption*. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services, Administration for Children and Families, Children Bureau. Recuperado de <https://www.childwelfare.gov/pubs/factsheets-families-adoptionimpact/>
- CONJUR, 2023. O Supremo tribunal federal e a licença paternidade. *Consultor Jurídico*. <https://www.conjur.com.br/2023-dez-28/o-supremo-tribunal-federal-e-a-licenca-paternidade/>
- Conselho Nacional de Justiça (2023). Sistema Nacional de adoção e Acolhimento. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/adocao/>
- Conselho Nacional de Justiça, 2020. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/mais-de-5-mil-criancas-estao-disponiveis-para-adocao-no-brasil/>
- DeGarmo, J. (2017). Adoption: When fostering leads to building a family. *Fostering Families*, 6(16), 34–35.
- Eiguer, A. (2017). L'adoption à l'épreuve du transgénérationnel. *Enfance & Psy*, 75(3), 51–61. <https://doi.org/103917/ep.075.0051>
- Eiguer, A. (2019). Transmission générationnelle, transmission à contre-courant. *Cahiers Critiques de Therapie Familiale et de Pratiques de Réseaux*, 1(62), 37–47. <https://doi.org/103917/ctf.062.0037>
- Fosterparentcollege.com (2016). Working together with primary family. *Understanding ambiguous loss*. Recuperado de <https://azfamilyresources.org/pdf/UnderstandingAmbiguousLoss.pdf>
- Gimenes, F. M. A. (2016). *Entre o desejo manifesto de crianças e a viabilidade da adoção: Um estudo psicanalítico sobre motivações inconscientes que*

obstam o processo adotivo. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4th ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Golse, B. (2017). Ce que le bébé transmet aux adultes. *Enfance & Psy*, 75(3), 116–126. <https://doi.org/10.3917/ep.075.0116>

Golse, B. (2022). J’aurais rien compris, j’aurais beaucoup pleuré mais j’aurais tout su ! Révéler ou informer ? *Enfances & Psy*, 93, 47-57. <https://doi.org/10.3917/ep.093.0047>

Gomes, I. C., & Levy, L. (2021). Reflexões acerca das dificuldades envolvendo a adoção de crianças maiores: relato de caso. Em *Casal e Família: Clínica, conflitos e afetos* (pp. 79–94). Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio: Propectiva.

Gomes, I. C., Levy, L., & Magalhães, A. S. (2014). Família a qualquer preço. Em R. B. Levinsky, I. C. Gomes, & M. I. A. Fernande (Orgs.), *Diálogos psicanalíticos sobre família e casal. As vicissitudes da família atual* (pp. 33–40). São Ppaulo, SP. Zagodoni Editora.

Haslanger, S. (2005). You mixed? Racial Identity without Racial Biology. In S. Haslanger & C. Witt (Orgs.), *Adoption matters. Philosophical and feminist essays* (pp. 265–289). Ithaca and London: Cornell University Press. [CrossRef]

Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe: parentalidade, um desafio para o próximo milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Hughey, M. W. (2010). The (Dis)Similarities of White Racial Identities: The Conceptual Framework of “Hegemonic Whiteness”. *Ethnic and Racial Studies*, (33), 1289–1309.[CrossRef]

- Inglez-Mazzarella. (2020). *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações*. São Paulo, SP: Escuta Eirelli-ME.
- Kerr, D., & Capaldi, D. M. (2019). Intergenerational transmission of parenting. In M. H. Bornstein (Org.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent* (3rd ed., pp. 443–481). New York, NY: Routledge.
- Ladvocat, C. (2014). Prevenção e reparação na adoção. 13^o Congresso latino-americano de Psicanálise: Realidades e ficções. Recuperado de <https://www.fepal.org/wp-content/uploads/0851.pdf>
- Ladvocat, C. (2020). Da família de origem à família adotiva. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, 9(1), 85–98. <https://doi.org/https://doi.org/10.60114/rbtf.v9i1.33>
- Ladvocat, C. (2021). *Genograma: Mitos e segredos sobre a origem da criança adotiva* (2. ed.). Belo Horizonte- MG: Artesã.
- Ladvocat, C. (2021). Motivações e expectativas para a adoção. In C. Ladvocat (Org.), *Genograma: Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva* (2. ed.). Belo Horizonte, MG: Artesã.
- Le Run, J. L. (2017). La transmission troublée, l'exemple de l'adoption. *Enfance & Psy*, 75(3), 35–50. <https://doi.org/103917/ep.075-0035>
- Le Run, J.-L. (2022). Adopté, savoir ou ne pas savoir d'où l'on vient?. *Enfances et Psy*, (93), 89–100. <https://doi.org/10.3917/ep.093.0089>
- Lebovici, S. (1994). La pratique des psychothérapies mères-bébés par Bertrand Cramer et Francisco Palacio-Espasa. *La Psychiatrie de l'enfant*, XXXVII(2), 415–427.
- Lebovici, S. (1998). L'arbre de vie. In *L'arbre de vie - Éléments de la psychopathologie du bébé* (pp. 107–130). Toulouse: Érès.

- Letablier, M.-T., & Wall, K. (2018). Changing lone parenthood patterns: New challenges for Policy and Research. In L. Bernardi & D. Mortelmans (Orgs.), *Lone Parenthood in the Life Course* (pp. 29–53). Springer International Publishing AG. [https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-3-319-63295-7_2](https://doi.org/10.1007/978-3-319-63295-7_2)
- Levinzon, G. (2013). *Adoção: Clínica psicanalítica* (3. ed.). São Paulo, SP. Casa do Psicólogo.
- Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: O trabalho com os pais adotivos. *Mudanças - Psicologia Da Saúde*, 14(1), 24–31. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/MUD/article/view/630>
- Levinzon, G. K. (2009). *Adoção* (3ª). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Levinzon, G. K. (2019). Adoção e falso self: O dilema do bom adotado. In G. K. Levinzon & A. D. de Lisondo (Orgs.), *Adoção: desafios da contemporaneidade* (1ª reimpre). São Paulo, SP: Blucher.
- Levinzon, G. K. (2020). *Tornando-se pais A adoção em todos os seus passos* (2. ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Levy, L. (2013). O casal homoafetivo e a paretalidade. In Féres-Carneiro (Org.), *Casal e Família: teoria, pesquisa e clínica* (pp. 157–174). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Levy, L. (2014). Construindo Histórias. Em C. Ladvocat & S. Diuana (Orgs.), *Guia de adoção: No jurídico, no social, no psicológico e na família* (1.ed., pp. 353–360). São Paulo, SP: Roca.
- Levy-Soussan, P. (2006). La filiation à l'épreuve de l'adolescence. *Adolescence*, 24(1), 101–110. <https://doi.org/10.3917/ado.055.0101>
- Lewis, A. E. (2004). “What Group”? Studying Whites and Whiteness in the Era of Color-Blindness’. *Sociological Theory*, 22, 623–646. [CrossRef]

- Lima, B. G., Nácul, L. R., & Oliveira, N. de. (2020). A construção do vínculo parento-filial no processo de adoção tardia: Uma revisão integrativa. *Textos & Contextos*, 19(2), 1–12. <https://doi.org/https://doi.org/10.15448/1677-9509.2020.2.35601>
- Machado, R. N. (2014). *Parentalidade e filiação adotivas: O que revelam e o que ocultam as narrativas dos pais*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Machado, R. N., Dantas, C. R., Mello, R., & Monteiro, M. C. (2019). Famílias adotivas: Paradigmas da filiação e a corporeidade no vínculo parento-filial. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e Casal: Filiação, intergeracionalidade e violência* (pp. 131–144). Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC-Rio/Prospectiva.
- Marcelli, D. (2017). quelle transmission pour nos enfants? *Dans Enfance & Psy*, 75(3), 19–34. <https://doi.org/103917/ep.075.0019>
- Mata, J. J. Da, & Scorsolini-Comin, F. (2022). Conjugalidade e parentalidade em casais de gays e lésbicas: costuras a partir da transmissão psíquica. *Avances En Psicologia Latinoamericana*, 40(2), 1–16. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7897>
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2020). *Genograms: Assessment and Treatment* (eBook). W. W. Norton & Company.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1990). *Técnicas de terapia familiar* (1.ed.). São Paulo, SP: Artes Médicas.
- Motta, I. F. (2019). Toda criança necessita ser adotada. In *Adoção Desafios da contemporaneidade* (pp. 235–248). São Paulo, SP: Blucher.
- Nassikas, K., Prak-Derrington, E., & Rossi, C. (2012). *Fabriques de la langue*. Paris: PUF.
- Ozoux-Teffaine. (1987). *Adoption tardive: d'une naissance à l'outre*. Stock.

- Passos, D., Cavallari, M., & Gomes, I. C. (2018). O processo de adoção estrangeira e inter-racial: Uma análise sobre a formação vincular. *Pensando Famílias*, 22(1), 118–130.
- Passos, M. C. (2012). Reconhecimento, filiação e parentalidade. Em E. F. Queiroz & M. C. Passos (Orgs.), *A clínica da adoção* (pp. 125–139). Ed. Universitária da UFPe.
- Passos, M. C. (2015). Vicissitudes do tempo na formação dos laços familiares. Em T. Fêres-Carneiro (Org.), *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (p. 224). Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio: Propesctiva.
- Peiter, C. (2011). *Adoção: Vínculo e rupturas: Do abrigo à família adotiva*. São Paulo, SP: Zagadoni.
- Peiter, C. (2016). Onde está a criança abandonada? In M. L. A. M. Ghirardi & M. P. Ferreira (Orgs.), *Laços e rupturas: Leituras sobre a adoção e o acolhimento institucional* (pp. 147–157). São Paulo, SP: Escuta - Instituto Tortuga.
- Pinho, P. G. R., & Machado, R. N. (2022). Direito de acesso às origens no contexto da adoção: Uma perspectiva psicológica sobre a mediação do judiciário. *Direito Em Movimento*, 20(1), 120–133. Recuperado de <http://portal.amelica.org/ameli/journal/639/6393536007/>
- Pinho, P., & Machado, R. N. (2023). Entrega em adoção e demanda de reencontro à justiça: motivações da genitora. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, 1–14. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1982-3703003245419>
- Puerta Beltrame, P. (2021). *Adoção de crianças maiores e adolescentes: Um estudo qualitativo acerca das motivações dos pretendentes*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade de São Paulo.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Le Seuil.

- Rodrigues, A. C. F. (2021). *Um estudo qualitativo sobre a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados sob a perspectiva de psicólogos/as e Assistentes sociais de Varas da infância e juventude*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade de São Paulo.
- Roszia, S. K., & Maxon, A. D. (2019). *Seven core issues in adoption and permanency: A comprehensive guide to promoting understanding and healing in adoption, foster care, kinship families and third party reproduction*. London and Philadelphia: Jessica Kingsley.
- Sampaio, D. da S., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: Desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. *Trends in Psychology*, 26(1), 1–12. <https://doi.org/https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt>
- Sampaio, D., & Magalhães, A. S. (2021). Falhas no reconhecimento da alteridade nos casos de devolução em adoções tardias. *Psicologia USP*, 32, 1–11. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/0103-6564e210008>
- Sampaio, D., Magalhães, A. S., & Machado, R. N. (2020). Motivações para adoção tardia: Entre o filho imaginado e a realidade. *Psicologia Em Estudo*, 25, 1–15. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44926>
- Schettini Filho, L. (2008). *Compreendendo os pais adotivos* (2. ed). Recife, PE: Bagaço.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. C. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: Identidade e diferença. *Psicologia Em Estudo, Maringá*, 11(2), 285–293. <https://doi.org/doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>
- Silva, D. R. (2014). Tramas do luto na família adotiva. In C. Ladvoat & S. Diuana (Eds.), *Guia de adoção: No jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 179–200). São Paulo, SP: Roca.

- Silva, M. da P. O. (2019). Adoção: tempo de espera e mudança de perfil dos habilitados. In G. K. Levinzon & A. D. de Lisondo (Orgs.), *Adoção Desafios da contemporaneidade*. São Paulo, SP: Blucher
- Silva, M. R. da. (2016). *Adoção: Desafios na construção da filiação e parentalidade. uma reflexão psicanalítica. Tese de doutorado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Silva, P. S. da, Lima e Silva, E. X. de, Lopes, R. de C. S., & Frizzo, G. B. (2017). Diferentes configurações familiares de candidatos à adoção. *Estudos de Psicologia*, 22(4), 412–421. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20170042>
- Skandrani, S., Harf, A., & Hussein, E. (2019). The impact of Children's Pre-Adoptive Experiences on Parents. *Frontiers in Psychiatry*, 10(Article 866). <https://doi.org/10.3389/fpsy.2019.00866>
- Solis-Ponton, L. (2004). A construção da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe: parentalidade, um desafio para o próximo milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Speck, S. (2019). *Devolução de crianças: A outra face da adoção: Um estudo do fenômeno da devolução de crianças e adolescentes na fase da convivência*. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Pernambuco. <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1200>
- Speck, S., Queiroz, E. F. de, & Martin-Mattera, P. (2018). Desafios da clínica da adoção: devolução de crianças. *Estudos de Psicanálise*, (49), 181–186. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100018
- Stern, D. N. (1989). *Le monde interpersonnel du nourrisson. Une perspective psychanalytique et développementale*. Paris: PUF.
- Stern, D. N. (1992). *Journal d'un bébé*. Paris: Calmann-Lévy.

- Tinoco, V. (2005). O luto de crianças institucionalizadas em casas de abrigo. In L. Mazorra & V. Tinoco (Eds.), *Luto na infância: Intervenções psicológicas em diferentes contextos* (pp. 147–169). Campinas: Livro pleno.
- Trachtenberg, A. (2021). Herança intergeracional. In R. B. Levisky, M. L. Dias, & D. L. Levisky (Orgs.), *Dicionário de psicanálise de casal e família* (1. ed., pp. 250–252). São Paulo, SP: Blucher.
- VeUILlet-Combier, C. (2002). Des enjeux de l’héritage à l’adoption. *Le Divan Familial*, (8), 185–193.
- Winnicott, D. W. (1958). La capacité d’être seul. In *De la pédiatrie à la psychanalyse* (pp. 205–213). Paris: Payot.

Anexo I

Ficha de Avaliação Biosociodemográfica

Cidade/Estado _____

Idade: _____ anos.

Sexo: M F

Profissão: _____.

Religião: _____.

Nível socioeconômico: Baixo Médio Alto

Escolaridade:

Ensino Médio (2º grau) completo

Ensino Superior (Universidade) incompleto completo

Curso: _____.

Especialização Mestrado Doutorado

Tipo de configuração familiar:

Família casada Família separada Família recasada Família monoparental

Constituição familiar:

Cônjuge - Idade _____ anos. Profissão: _____.

Filhos:

F M idade _____

F M idade _____

Idade do filho na ocasião da adoção

Tipo de configuração da família de origem do entrevistado:

Família casada Família separada Família recasada Família monoparental

Irmãos:

F M idade _____

Anexo II

Roteiro semiestruturado da entrevista

Pergunta disparadora

Como foi para você se tornar pai/mãe?

1. Porque a adoção?
2. Como foi a espera pelo seu filho?
3. Como você encontrou o seu filho?
 Como foi esse encontro?
 Como foi o período de convivência (aproximação um ao outro)?
4. Quais foram os desafios iniciais, quando ele chegou em casa?
 O que você percebeu que foi difícil para ele?
 Quais foram as suas dificuldades?
5. E hoje, o que você está vivenciando na sua família?
6. O que se sabe e o que não se sabe da história pré-adoitiva do seu filho?
 Como você lida com isso?
 O que é que ele sabe (e não sabe)?
7. Como o que você vivenciou na sua família de origem afeta a relação com o seu filho?
8. Como você vê as principais necessidades de seu filho?
9. Quais são, na sua percepção, as principais potencialidades de seu filho?
10. Quais os principais desafios que você vê pela frente?
11. Há ainda algo que você gostaria de falar sobre esse assunto e que nós não tenhamos abordado?

Anexo III

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome do projeto de pesquisa: Processos de vinculação e transmissão na adoção monoparental

Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, linha de Família e Casal - Pesquisa de Doutorado

Pesquisadora responsável: Sibely Joaquina Pereira Lima

E-mail: sibely_lima@yahoo.com.br; **cel:** (21) 99555-1280

Orientadora: Terezinha Fêres-Carneiro; teferca@puc-rio.br; **cel:** (21) 99111-0180

Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio): (21) 3527-1618

Prezado participante

Esta pesquisa pretende investigar os processos de construções dos vínculos e os processos de transmissão geracional em famílias monoparentais por via da adoção. A justificativa da realização desta pesquisa está relacionada ao número crescente de famílias na configuração monoparental adotiva, tornando necessário a realização de pesquisas que considerem as especificidades e desafios desses grupos na atualidade. Os resultados obtidos poderão trazer subsídios relevantes para a implementação de políticas públicas e para a prática clínica em geral.

Você está convidado a participar desta pesquisa online, realizada a partir do preenchimento de uma ficha de avaliação biossociodemográfica e de um questionário (tempo estimado menor que quinze minutos), e de uma entrevista com roteiro semiestruturado, com duração de aproximadamente uma hora. Após o preenchimento e envio do arquivo por e-mail, poderá ser marcada a entrevista. A entrevista será online, por meio da plataforma Zoom, e será gravada em áudio e posteriormente transcrita, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora o caráter confidencial. Todas as informações têm caráter confidencial, mantendo-se em sigilo a sua identidade. A gravação será feita utilizando a plataforma Zoom, que possui criptografia ponta-a-ponta,

o que garante a segurança das informações. A gravação será arquivada em formato de mídia digital, em pasta criada especificamente para esta pesquisa. Seu nome e de todos os indivíduos mencionados na entrevista serão substituídos por outros, fictícios. O material transcrito ficará armazenado em local seguro e sigiloso por um prazo mínimo de cinco anos e, após esse período, serão destruídos. Todos os dados serão armazenados sob a responsabilidade da pesquisadora.

Durante a entrevista, caso não compreenda a formulação de alguma pergunta, o pesquisador poderá colocá-la de outro modo, atendendo às suas questões. A sua participação é voluntária e você tem a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Caso você se recuse a participar ou decida interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, você não sofrerá qualquer penalização ou constrangimento pela decisão tomada.

Os procedimentos utilizados podem oferecer riscos mínimos à sua saúde e dignidade, mas caso você se sinta prejudicado de alguma maneira ou haja algum desconforto psicológico durante a participação na pesquisa a pesquisadora se disponibilizará para prestar esclarecimentos e, caso você sinta necessidade, poderá encaminhá-lo(a) para atendimento psicológico gratuito.

Ao participar desta pesquisa, você estará contribuindo para o incremento do conhecimento científico sobre as famílias monoparentais adotivas, constituindo assim um benefício social. Aparentemente, você não terá nenhum benefício direto, e não terá qualquer benefício financeiro decorrente da sua participação. Entretanto, a participação neste estudo pode ser uma oportunidade para que você reflita sobre suas atitudes e seu impacto nas relações que dizem respeito à sua família. Além disso, você receberá um retorno por e-mail com os resultados gerais da pesquisa, em forma de artigos ou mesmo da própria dissertação, se assim o desejar.

Em caso de dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ou, ainda, com a Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq PUC-Rio), no endereço Rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Kennedy, Gávea, 22453-900, Rio de Janeiro – RJ, número de telefone: (021) 3527-1618. A CEPq PUC-Rio é a instância da Universidade que faz a revisão ética dos projetos de seus professores, pesquisadores e discentes, quando solicitada.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Concordando com este termo, assinado em duas vias (uma para o participante, outra para a pesquisadora), você está autorizando a utilização das informações prestadas, em ensino, pesquisa e publicação, sendo preservada sua identidade e a de todos os indivíduos mencionados na pesquisa. Você poderá salvar um arquivo em seu dispositivo eletrônico com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Por favor, selecione uma opção abaixo:

() Fui informado(a) sobre a pesquisa acima referida e compreendi seus objetivos. Estou concordando voluntariamente com este termo e quero participar da pesquisa.

() Não quero participar da pesquisa.